

Camila Sopko
Reidy Rolim de Moura

Mulheres catadoras de materiais recicláveis

duplas/triplas jornadas de trabalho,
trajetórias e experiências.



CAMILA SOPKO

Assistente Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), doutoranda e mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela mesma instituição e docente no Centro Universitário Santa Amélia. Fez parte do programa de extensão da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários (ITCP/UEPG). Em 2020, venceu o 33º Prêmio Paranaense de Ciência e Tecnologia, com o artigo “Alfabetização em uma associação de recicladores em Ponta Grossa: limites e possibilidades a partir da trajetória educacional dos associados” (REVISTA CONEXÃO/UEPG). Integrante da equipe editorial da Revista Emancipação, é pesquisadora nas áreas de Gênero, Divisão Sexual do Trabalho, Duplas/Tripas Jornadas, Trabalho Invisível, Serviço Social e Economia Solidária, Políticas Públicas, Cidadania e Ciências Sociais.

REIDY ROLIM DE MOURA

Assistente Social pela Universidade Regional de Blumenau (2002), tem mestrado em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (2004) e doutorado em Sociologia Política pela UFSC (2009). Professora associada na Universidade Estadual de Ponta Grossa, do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas. Pesquisadora nas áreas de Estado, Sociedade Civil, Democracia, Cultura Política, Participação e temas vinculados a discussão do desenvolvimento territorial. Desenvolve práticas extensionistas, atuando como coordenadora e supervisora de programas e projetos com práticas sociais vinculadas às experiências de Economia Solidária, Políticas Públicas, Meio Ambiente, Gênero e Cidadania.

Uma herança histórica ainda a ser enfrentada em nosso país é a desigualdade social latente que faz parte do dia a dia da(o) brasileira(o). Vivemos em uma sociedade de classes, onde há pessoas extremamente ricas enquanto quase metade da população não sabe o que irá comer amanhã. Sendo assim, esse livro traz importantes considerações no que se refere às questões de classe, gênero e raça. Visto que, as mulheres catadoras compõem uma dupla invisibilidade: não existe um merecido reconhecimento por seu trabalho como catadoras e também não há um reconhecimento do trabalho invisível que essas mulheres realizam compondo duplas/triplas jornadas.

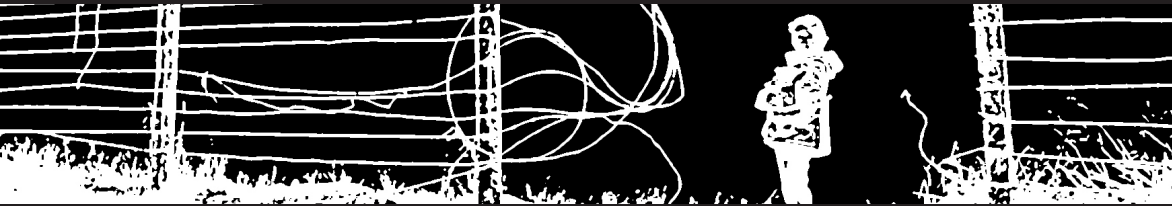
Mulheres catadoras de materiais recicláveis

duplas/triplas jornadas de trabalho,
trajetórias e experiências.

Camila Sopko
Reidy Rolim de Moura

Mulheres catadoras de materiais recicláveis

duplas/triplas jornadas de trabalho,
trajetórias e experiências.







CONSELHO EDITORIAL

Andréa Carla de Moraes Pereira Lago
Andryelle Vanessa Camilo Pomin
Carlos Alexandre Moraes
Fernanda Moreira Benvenuto Mesquita Simões
Ivan Dias da Motta
Paulo André de Souza

Copyright © 2023 para Camila Sopko e Reidy Rolim de Moura

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução, mesmo parcial, por qualquer processo mecânico, eletrônico, reprográfico etc., sem a autorização, por escrito, das autoras. Todos os direitos reservados desta edição 2023 para as autoras.

Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

Produção Editorial

Carlos Alexandre Venancio
cavenancio@gmail.com

Diagramação

Manuela Sanchez

Cessão gratuita das fotos

André Lopes e Diogo Teixeira

340 SOPKO, Camila
Mulheres catadoras de materiais recicláveis: duplas/triplas jornadas de trabalho, trajetórias e experiências / Camila Sopko e Reidy Rolim de Moura – Maringá: Sinergia Casa Editorial, 2023.
240 p., 15,5 x 22,5cm.

ISBN 978-65-87030-53-1

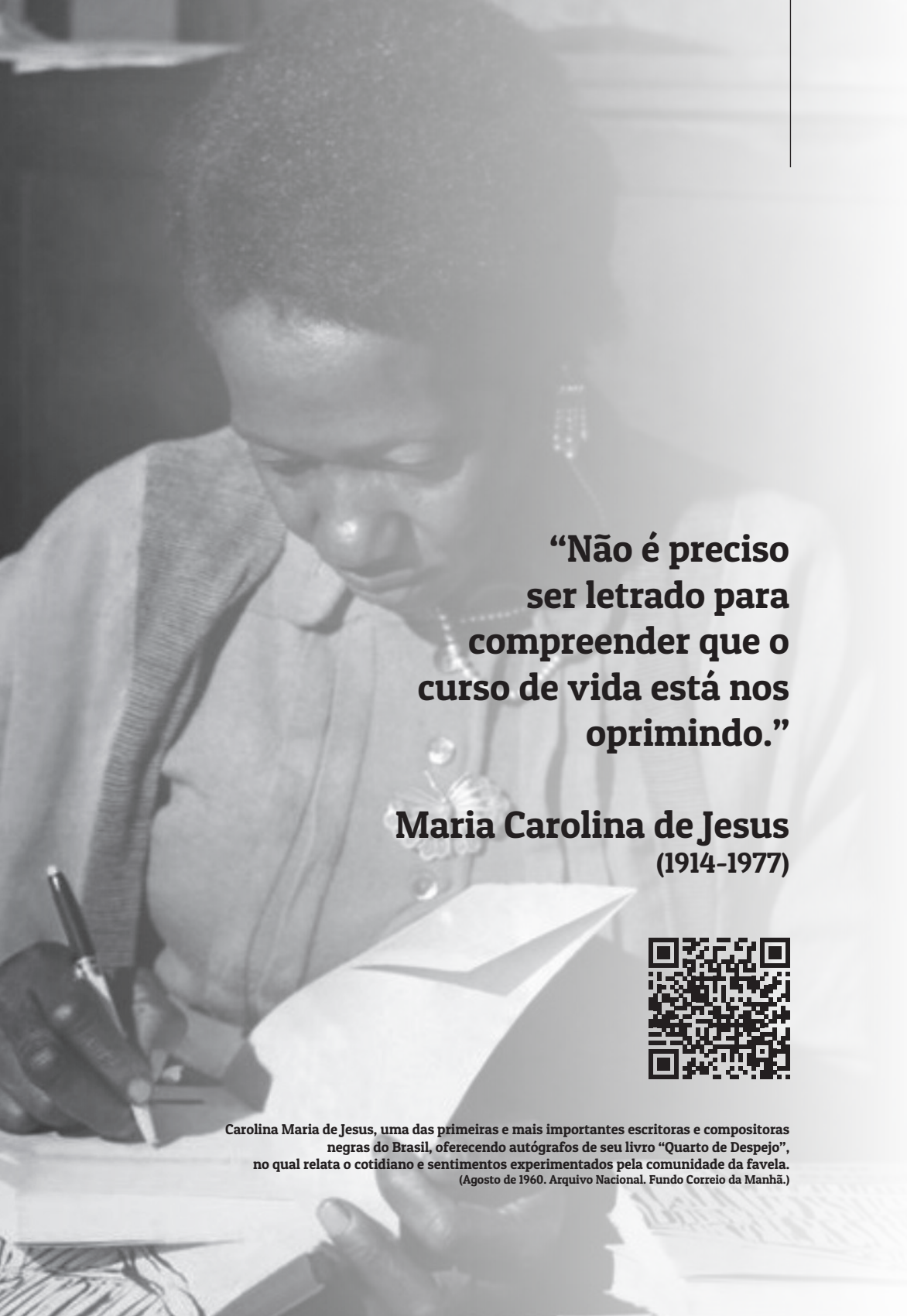
1. Trabalho. 2. Catadoras. 3. Educação. 4. Brasil. 5. MOURA, Reidy Rolim de. II. Título.

CDD 22 ed. 380.098162



livros impressos e e-books

Rua Pioneira Ana Cordeiro Dias, 820A - 87023-100 - Maringá/PR
44 3028-8840 / 44 99950-8101 / 44 99104-9322 / cavenancio@gmail.com

A black and white photograph of Maria Carolina de Jesus, a Black woman, sitting at a desk and writing in a notebook. She is wearing a light-colored, button-up shirt and a necklace with a large, ornate pendant. Her expression is focused as she looks down at her work. The background is slightly blurred, showing what appears to be a window or a wall with some architectural details.

**“Não é preciso
ser letrado para
compreender que o
curso de vida está nos
oprimindo.”**

Maria Carolina de Jesus
(1914-1977)



Carolina Maria de Jesus, uma das primeiras e mais importantes escritoras e compositoras negras do Brasil, oferecendo autógrafos de seu livro “Quarto de Despejo”, no qual relata o cotidiano e sentimentos experimentados pela comunidade da favela. (Agosto de 1960. Arquivo Nacional. Fundo Correio da Manhã.)

SUMÁRIO

PREFÁCIO	11
APRESENTAÇÃO	17
INTRODUÇÃO	23

CAPÍTULO 1

GÊNERO, PATRIARCADO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

1.1 Contribuições de Thompson sobre experiência e classe social: breves apontamentos	40
1.2 Trabalho, gênero e sociedade patriarcal	49
1.3 Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo	78

CAPÍTULO 2

AS CATADORAS E CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: LUTAS E CONQUISTAS NO CONTEXTO BRASILEIRO E A REALIDADE DE PONTA GROSSA

2.1 Os catadores(as) de materiais recicláveis: a realidade no cenário brasileiro	120
2.2 Associações de catadores(as) de materiais recicláveis na cidade de Ponta Grossa/PR: gestão e fundação	142

CAPÍTULO 3

GÊNERO E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO DAS MULHERES CATADORAS DA CIDADE DE PONTA GROSSA/PR

3.1	A pesquisa de campo e a caracterização dos sujeitos: algumas considerações	156
3.2	A delimitação das categorias de análise das mulheres catadoras da cidade de Ponta Grossa/PR	157
3.3	A pesquisa qualitativa, caracterização e discussão	160
3.3.1	<i>Categoria 1: experiência e classe social das mulheres catadoras da cidade de Ponta Grossa/PR</i>	<i>162</i>
3.3.2	<i>Categoria 2: a divisão sexual do trabalho nas associações de catadores(as): qual o papel de cada um?</i>	<i>177</i>
3.3.3	<i>Categoria 3: a dupla/tripla jornada de trabalho das mulheres catadoras e a busca por reconhecimento desses trabalhos</i>	<i>196</i>
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	225
	REFERÊNCIAS	233

PREFÁCIO



A desigualdade social é a principal questão a ser enfrentada no Brasil. Historicamente, barreiras foram construídas, marginalizando parte expressiva da nossa sociedade. A nossa colonização, com a concentração desigual da terra, seguida da escravidão e do posterior abandono dos libertos, foram acontecimentos que compuseram a herança traumática da nossa desigualdade, a qual foi, período-a-período, se retroalimentando, materializando-se em termos de cor e gênero, perpetuando a vulnerabilidade social intergeracional no país.

Hoje temos vários “Brasis” dentro do Brasil, de modo que 1% da população mais rica abocanha quase metade de toda a riqueza do país. Trabalhadores brancos ganham em torno de 75% a mais do que pardos e negros, e mulheres recebem, na média, 78% da remuneração masculina. Essa concentração exacerbada da renda resulta diretamente numa marginalização de parte expressiva da sociedade, formando os “invisíveis sociais”.

E quando se imagina a composição deste grupo vulnerável, imediatamente se pensa numa homogeneização em termos de características, dada a posição excluída que se encontram. Entretanto, as evidências empíricas demonstram que, mesmo num grupo socialmente excluído, existem diferenças em termos de vulnerabilidade.

Por exemplo, quando se analisa a população em condição de pobreza, as famílias chefiadas por mulheres – especialmente não brancas – tendem a ter um grau de marginalização ainda maior do que famílias cujos responsáveis são os homens. Quando se investiga a renda e a inserção no mercado de trabalho formal, constata-se uma diferença entre homens e mulheres, com menor salário médio e menor inserção no mercado de trabalho formal para estas últimas, desigualdade que se intensifica quando as mulheres estão na condição de pobreza. Outro exemplo da heterogeneidade refere-se às funções exercidas por homens e mulheres, evidenciando uma inserção menor destas em cargos mais qualificados, fenômeno ratificado quando se investiga o grupo em condição de pobreza.

Portanto, existem graus diferenciados de vulnerabilidade quando se analisa a população socialmente excluída do Brasil. E este livro contribui diretamente para o avanço desta discussão, ao trabalhar a posição da mulher nas relações de trabalho de um dos grupos mais vulneráveis do país: os catadores de materiais recicláveis.

Importante enfatizar que os catadores de materiais se destacam na dinâmica da nossa sociedade, contribuindo diretamente para o desenvolvimento socioeconômico do país, ao atuar na gestão dos resíduos sólidos. A questão é que a sociedade como um todo ignora o importante papel socioambiental dos catadores, deslocando-os para um dos grupos mais vulneráveis e discriminados do Brasil.

Com efeito, menos da metade dos catadores de materiais recicláveis tem carteira assinada. E menos da metade tem

saneamento básico em suas residências, além de apresentarem situação de precariedade na infraestrutura domiciliar, se comparado à média geral dos domicílios brasileiros.

Concomitantemente, a execução de suas atividades envolve um trabalho insalubre, executado em condições precárias, com jornadas exaustivas e perigosas, aliada a uma renda baixa para sustento. É neste cenário que as autoras trazem a discussão acerca de gênero e das relações de trabalho, focando nas associações de catadores de materiais recicláveis.

Há uma clara divisão sexual do trabalho no Brasil, com cargos/funções específicas dirigidas às mulheres, atrelada a uma hierarquia de remuneração. Mas será que, num ambiente composto por um grupo extremamente excluído socialmente, ainda há espaço para o princípio da hierarquia e da separação de trabalhos conforme o gênero? Este é o grande mérito desta obra, que tem a perspicácia de detectar, por meio de diferentes metodologias, tal discriminação.

É notável a sensibilidade das autoras ao tratar da divisão sexual do trabalho nas associações de catadores de materiais recicláveis ao longo do texto, com a contextualização histórica da discriminação de gênero, findando com sua materialização nas relações de trabalho nas associações. Há um cuidado todo especial quando tratam da fragilidade da mulher num ambiente de vulnerabilidade social, de seus desafios, suas lutas diárias para manter-se no espaço de trabalho e, simultaneamente, sustentar a família. É evidente a posição que as autoras se colocam ao longo do texto, sentindo e traduzindo os conflitos, as trajetórias de vidas e as conquistas das mulheres, tanto no processo de divisão sexual do

trabalho quanto nas outras dimensões de suas vidas.

De maneira alguma as autoras se apequenam e ignoram os fatores que podem estar por trás do processo construtivo das desigualdades nas relações de trabalho deste grupo. Pelo contrário, firmemente apresentam os gargalos das políticas públicas dirigidas para os(as) catadores(as) inseridos(as) nas associações, indicando os caminhos para a mitigação das fragilidades, especialmente no que concerne às desigualdades nas relações de trabalho ali verificadas.

Por fim, destaco o pioneirismo das autoras ao tratar dessa temática, sendo, certamente, referência na área. Autoras ainda jovens que estão construindo um conhecimento vivo e, embora essa construção nunca termine, podemos perceber que ela é muito promissora. Enfim, fico muito feliz com a publicação deste livro!

Augusta Pelinski Raiher

Professora Doutora do Departamento de Economia - UEPG



APRESENTAÇÃO



Na cadeia da reciclagem, existem muitas pessoas envolvidas, e cada uma tem seu papel e sua importância. As que formam o maior grupo são os(as) catadores(as), que constituem a base da cadeia e garantem a matéria prima para todos os processos: os materiais recicláveis. No entanto, quem acompanha a vida dos(as) catadores(as) sabe que existem muitas diferenças entre eles(as), pela origem, sexo, nível de instrução, gênero e situação em relação ao mercado de trabalho formal. Também é fato que as desigualdades fazem parte deste universo. A publicação do presente livro, com uma rica e importante discussão sobre gênero, sociedade patriarcal, trabalho, divisão sexual do trabalho, alertando para a dupla/tripla jornada de trabalho das catadoras de material reciclável em Ponta Grossa/PR, tem grande contribuição a dar para a compreensão do universo das catadoras, de suas dificuldades e conquistas.

Quero iniciar destacando as autoras Camila Sopko e Reidy Rolim de Moura, que me convidaram para escrever esta apresentação. Já atuamos juntos em diferentes momentos na academia, e conheço muito bem as profissionais que são e a grande dedicação que têm com a pesquisa e a extensão. São duas profissionais comprometidas, extremamente envolvidas e preocupadas com as questões sociais, buscando sempre colaborar com as pessoas através da atuação profissional enquanto assistentes sociais, passando pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão. Elas dão grande contribuição à sociedade.

No capítulo 1 você vai encontrar amplo resgate da bibliografia da área, com rica reflexão e discussão, na construção do embasamento teórico sobre as classes existentes na sociedade, à luz do pensamento e das teorias de Edward Palmer Thompson. É tomado como ponto de partida alguns de seus textos e de outros autores que interpretaram suas ideias.

As autoras deixaram claro que a proposta do livro passa pela discussão das questões de gênero na perspectiva do materialismo histórico. Por isso, procuraram fazer toda a discussão teórica segundo esta concepção.

A discussão sobre a divisão sexual do trabalho, o conceito de gênero, a inserção da mulher no mercado do trabalho e todas as implicações envolvidas ao se tentar contextualizar as relações e diferenças entre mulher e homem, passando pela família e pela sociedade patriarcal, veio na sequência. Há ainda uma fundamentação sobre o entendimento do próprio trabalho, enquanto tema central das dimensões econômicas, psicológicas, culturais e simbólicas. Toda discussão perpassa pelo conceito de mais-valia.

Na última parte do capítulo é feita uma discussão sobre as mulheres no mercado do trabalho, mostrando as condições vivenciadas no passado e os avanços até o presente. Porém, as autoras não perdem de vista que ainda é preciso continuar buscando a igualdade de gênero, que ainda está longe de ser atingida por parte significativa das mulheres. Somado à desigualdade de gênero, também se observa a desigualdade de classe e raça.

Ao final, toda a discussão é muito bem amarrada com a necessidade da participação do poder público na criação de con-

dições para aumentar a inserção da mulher no mercado de trabalho e para proporcionar um ambiente adequado de trabalho, sem desconsiderar o fato da dupla/tripla jornada.

No segundo capítulo, a discussão passa a ser feita de forma mais específica, para contextualizar o trabalho de catadoras e catadores de materiais recicláveis no Brasil e em Ponta Grossa. É traçada a evolução cronológica desde o surgimento destes profissionais até o momento atual. Foi feito ainda o resgate dos marcos legais e da luta para alcançar avanços até a consolidação e a inserção da atividade do(a) catador(a) de material reciclável na Classificação Brasileira das Ocupações (CBO).

Com muitos detalhes, também foi abordada a profissão dos(as) catadores(as) sob os mais diferentes aspectos e níveis, passando pela organização do Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável e, ao final, pela história dos(as) catadores(as) que fazem parte das associações existentes em Ponta Grossa.

No terceiro capítulo, as autoras apresentam os dados levantados na pesquisa de campo e constroem o texto fazendo a discussão e amarrando os resultados com o referencial teórico apresentado no primeiro capítulo. Fica evidente o cuidado que foi tomado no planejamento e na execução da pesquisa, assim como na produção do texto.

A apresentação dos resultados das observações nas associações de catadores(as) de Ponta Grossa e das entrevistas realizadas com o grupo focal é de uma riqueza ímpar, que permitirá ao leitor visualizar com clareza a divisão sexual do trabalho presente nas associações, assim como a dupla/tripla jornada de trabalho das catadoras.

Nas considerações finais, as autoras retomaram o que foi apresentado nos três capítulos anteriores, correlacionando objetivos, embasamento teórico, dados, análises e discussões. É demonstrado que os objetivos foram atingidos, o que valoriza o trabalho das catadoras e coloca em evidência a divisão sexual do trabalho, as desigualdades de gênero e a sobrecarga das mulheres com a dupla/tripla jornada de trabalho nas associações de Ponta Grossa.

Com certeza, o livro representa importante avanço e contribuição para o tema e para as mulheres catadoras. Além disso, poderá embasar novas pesquisas e subsidiar o poder público na tomada de decisões com relação à atuação das catadoras nas associações.

Gilson Campos Ferreira da Cruz

Professor Doutor do Departamento de Geociências - UEPG

INTRODUÇÃO



TRAJETO DE UMA CATADORA PARA CHEGAR ATÉ SEU LOCAL DE TRABALHO



Foto: André Lopes

Pesquisar sobre a divisão sexual do trabalho remete à compreensão do papel da mulher na contemporaneidade, no intuito de entender ainda mais o contexto histórico da mulher, especialmente em suas especificidades. A realidade das mulheres no mercado de trabalho tem variações quanto aos lugares, culturas, classes, etnias, nacionalidade etc. Por isso, a necessidade de enxergar a realidade histórica e material em que cada uma vive.

O debate sobre trabalho é central, uma vez que o tema envolve relações sociais, afetivas e monetárias, entre outras. Assim, elenca-se nessa pesquisa duas temáticas essenciais na atualidade: o trabalho e a figura da mulher dentro da sociedade capitalista.

Existe uma naturalização da mulher no decorrer do seu processo de socialização, sendo considerado “trabalho de mulher” toda atividade que tem como características o cuidado, o afeto e o amor. Dessa forma, percebe-se que esse trabalho muitas vezes é realizado sem qualquer tipo de remuneração ou reconhecimento. Na prática, ele se torna invisível.

No caso do homem, existe o reconhecimento de seu papel como provedor da mulher e dos filhos. Para ele, há melhor remuneração e mais tempo para se dedicar ao mercado de trabalho profissional.

Nesse contexto, não é incomum encontrarmos mulheres que, por décadas, ou até mesmo durante toda a vida adulta, dedicaram-se exclusivamente ao cuidado do marido e dos filhos. Isso não é um problema, desde que não haja negligências na relação.

Entre as mulheres que dedicaram seu tempo, seus recursos e sua energia à criação e manutenção da família, é comum que elas esqueçam de si mesmas e passem a não ter autonomia financeira e social. Dependentes da renda do cônjuge, elas exercem atividades invisíveis perante a sociedade e a família. Em muitos casos, são também vítimas de violência.

Com o passar do tempo, percebe-se que a realidade da mulher no trabalho doméstico se modifica. Há maior inserção no mercado de trabalho, principalmente a partir da Revolução Industrial, quando aumenta a demanda por mão de obra barata. Porém, além de a mulher se inserir em um contexto de desigualdade e precariedade monetária, ela entra em uma realidade de exploração dentro de sua vida social. Isso porque o trabalho doméstico não deixa de ser sua responsabilidade. Ou seja, ela acumula o trabalho profissional e os cuidados domésticos e com os filhos. Surgem as duplas/triplas jornadas, e intensifica-se o trabalho invisível.

A realidade das mulheres difere-se de uma para outra por questões sociais, econômicas e culturais. Essa realidade não é universal. Por isso, é importante se compreender aspectos

ligados ao gênero, à raça e à classe. Esses marcadores sociais afetam diretamente todas as questões da vida. Não é possível fazer uma análise das relações de gênero sem consequentemente abordar a interseccionalidade de raça, classe e gênero, uma vez que elas caminham lado a lado.

Collins e Bilge (2020) fazem uma importante análise em relação à interseccionalidade, compreendida da seguinte maneira:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (COLLINS, BILGE, 2020, p. 275).

Compreender as múltiplas identidades e vivências das relações sociais é essencial para o entendimento de como elas perpetuam as desigualdades, na sociedade contemporânea, entre mulheres, negras e pobres. Essas questões impactam diretamente em suas vidas e de forma prática – como, por exemplo, no acesso a empregos com melhores remunerações.

As autoras Cinzia Arruzza, Nancy Fraser e Tithi Bhattacharya, em seu livro “Feminismo para os 99%: um manifesto” (2019) consideram que o sistema em que estamos inseridas

fortalece as desigualdades de raça e classe. Para elas, não há como ter igualdade mesmo em uma empresa em que cargos de chefia são divididos em 50% para homens e 50% para as mulheres, porque há mulheres negras, quilombolas, migrantes e catadoras sendo exploradas em outros espaços.

Assim, consegue-se perceber as desigualdades presentes no contexto da mulher. Existem mulheres que acumulam o trabalho profissional com o doméstico e o cuidado dos filhos, mas há aquelas que terceirizam serviços: elas se inseriram no mercado de trabalho e passaram a remunerar (na maioria dos casos) outra mulher para realizar o trabalho doméstico e o cuidado dos filhos.

Ainda dentro dessa lógica, destaca-se a importância de compreender as desigualdades que envolvem mulheres, pobres e negras. Este é o caso das mulheres catadoras, uma vez que seu trabalho é considerado precário e tem baixa remuneração, ainda que a atividade seja essencial para a sociedade e para o poder público.

Com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), de 2020, percebe-se que as mulheres, quando possuem uma ocupação, trabalham quase 10 horas a mais por semana, na comparação com os homens, dentro de casa.

Outra pesquisa do IBGE, divulgada em 2016, informou que preparar ou servir alimentos, arrumar a mesa ou lavar a louça são atividades realizadas por 97,7% das mulheres e 58,5% dos homens. Este mesmo levantamento, em 2020, indicou um percentual de 95,5% para as mulheres e 62% para os homens. Desta forma, percebe-se que cinco anos se passaram e pouca

coisa mudou. A mulher continua sendo majoritariamente responsável por uma atividade que é essencial para todos.

Segundo a Oxfam Internacional (2020), mulheres e meninas pobres de todo o mundo dedicam, diariamente, seu tempo a trabalhos realizados de forma gratuita. São 12,5 bilhões de horas todos os dias apenas com o trabalho de cuidado. Essa atividade é essencial para a humanidade, para a produção e a reprodução da vida em sociedade. A Oxfam calcula que o trabalho de cuidado agrega pelo menos US\$ 10,8 trilhões à economia.

Dessa forma, compreende-se o valor que o trabalho doméstico realizado majoritariamente por mulheres agrega à economia. Mulheres e meninas realizando trabalho doméstico/invisível permite que homens consigam se dedicar ao trabalho sem ter responsabilidades no cuidado da casa, dos filhos e de outros dependentes.

Outrossim, o trabalho profissional está diretamente ligado ao doméstico. Quanto maior a divisão desigual do trabalho doméstico, menor o tempo para as mulheres trabalharem profissionalmente. As consequências da má distribuição de trabalho são visíveis na realidade das mulheres: há menos tempo para o trabalho profissional, jornadas de trabalhos menores, menos tempo para realizar horas extras e para fazer cursos.

Segundo Federici (2019), o trabalho doméstico tem sido imposto às mulheres e até mesmo considerado um atributo natural da psiquê e da personalidade feminina. Sendo assim, ele não é considerado um trabalho e sequer é remunerado. “No entanto, não existe nada de natural em ser dona de casa, tanto

que são necessários pelo menos vinte anos de socialização e treinamentos diários, realizados por uma mãe não remunerada, para preparar a mulher para esse papel [...]” (FEDERICI, 2019, p. 43).

Hirata e Kergoat (2007) compreendem que o conceito de divisão sexual do trabalho e a forma como ele é socialmente dividido são decorrentes das relações sociais entre os sexos. Essas relações têm como característica o fato de a mulher estar destinada à esfera reprodutiva e o homem à esfera produtiva.

Para um entendimento mais amplo do conceito, Hirata e Kergoat (2007) consideram que a divisão sexual do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio da separação, no qual existem trabalhos para homens e trabalhos para mulheres; e o hierárquico, em que o trabalho do homem tem mais valor que o da mulher.

Com uma visão crítica e empírica, conseguimos observar no dia a dia a veracidade destes princípios, inclusive dentro do ensino superior. Pode-se observar que os cursos com predominância de mulheres são aqueles que remetem às atividades de cuidado: pedagogia, enfermagem, nutrição etc. Consequentemente, são essas profissões que possuem um pagamento inferior em relação àquelas em que há majoritariamente homens, como engenharias, direito, medicina etc.

Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais”

sexuados que remetem ao destino natural da espécie (HIRATA, KERGOAT, 2007, p. 599).

Este livro tem como universo as catadoras de materiais recicláveis. Foram feitas observações durante semanas, para o acompanhamento dos processos de trabalho, das relações sociais, da rotina e da divisão do tempo dessas pessoas.

As observações foram feitas nas quatro associações de catadores(as) da cidade de Ponta Grossa/PR (onde trabalham homens e mulheres). O livro tem, como objetivo geral, a análise das relações de gênero e das configurações da divisão sexual do trabalho na realidade dessas associações.

A obra está dividida em capítulos com os seguintes objetivos específicos: **a)** contextualizar as associações de catadores de materiais recicláveis na política pública para o meio ambiente em Ponta Grossa/PR e os condicionantes vinculados às questões da divisão sexual do trabalho; **b)** compreender a inserção das mulheres nas associações de catadores na cidade de Ponta Grossa/PR; **c)** perceber de que forma se apresentam os aspectos da dupla jornada de trabalho das mulheres das associações de catadores na cidade de Ponta Grossa/PR; **d)** identificar se e de que forma os aspectos relacionados às relações de gênero e à divisão sexual do trabalho interferem na luta por melhores condições de vida das associadas e no reconhecimento do trabalho que exercem enquanto catadoras.

Para este livro, os dados para análise provêm de pesquisa qualitativa que, segundo Minayo *et al.* (2009), responde a questões particulares dentro das Ciências Sociais. A pesquisa

qualitativa trabalha através dos universos de significados, cultura, aspirações, crenças, valores e atitudes. Estes fenômenos humanos são interpretados como parte da realidade social, pois os sujeitos não se distinguem só por agir, mas por pensar sobre o que fazem e por compreender suas ações dentro e a partir da realidade em conjunto com os semelhantes.

Segundo Minayo *et al.* (1994), também é importante considerar que a pesquisa qualitativa se aprofunda no mundo do significado e das ações humanas, circunscrevendo-se em um contexto mais complexo e subjetivo. Ressalta-se também que os(as) autores(as) compreendem que os conjuntos de dados quantitativos e qualitativos não se opõem, mas sim se complementam.

Nesse sentido, a presente pesquisa busca compreender como se dá o trabalho na reciclagem, na perspectiva do olhar sobre gênero e divisão sexual do trabalho para essas mulheres catadoras, analisando seu tempo, seu cotidiano e como ele é entendido e vivenciado por elas.

Como já dito anteriormente, há diferenças na realidade das mulheres em geral, mas principalmente na das mulheres catadoras. Dessa forma, é necessária uma abordagem complexa e crítica. Segundo Martins (2006), Thompson traz contribuições sobre a importância da realidade histórica ser compreendida – ou seja, o processo, a experiência, a relação entre o ser social e a consciência social. Thompson parte do princípio da dialética marxista da historicidade e totalidade de todo fenômeno social. “A história é concebida como processo da vida real dos homens e das relações que estabelecem entre si, entre si e a natureza, por meio do trabalho” (MARTINS, 2006, p. 116). Assim, a

experiência social cotidiana se constrói acompanhada de fatores exteriores.

Thompson (1987) diz que o termo “classe trabalhadora” é descritivo e esclarecedor, mas evasivo. Quando se fala em “classe”, compreende-se um fenômeno histórico que une vários acontecimentos díspares, tanto na matéria-prima da experiência quanto na da consciência. Para o autor, no conceito classe também tem uma relação histórica.

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistema de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma lógica nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma lei. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma (THOMPSON, 1987, p. 10).

Compreende-se então que a experiência social cotidiana faz parte de toda relação que o indivíduo tem, desde experiências individuais até coletivas. Thompson (1987) também diferencia

a experiência de classe da consciência de classe. A primeira é definida majoritariamente pelo nascimento, enquanto a segunda compreende aspectos culturais que se formam no decorrer do tempo, da vivência e da experiência.

Em relação à metodologia de pesquisa para este livro, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Para a pesquisa bibliográfica foram utilizados autores e pesquisadores de referência na temática. Já na pesquisa documental foram utilizadas atas e documentos internos das associações de catadores(as) de materiais recicláveis. Por fim, a pesquisa de campo foi dividida em duas partes: observação não participante, realizada nas associações de catadores(as); e interação com grupo focal, realizado com três mulheres representantes de cada associação (as mais antigas de cada organização).

A pesquisa bibliográfica, segundo Gil (2008, p. 50), é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. “[...] A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente [...]”. A pesquisa é ampla e podem existir diversos materiais e acessos, além de dados e estudos comparativos. Em nossa pesquisa bibliográfica, os temas giraram em torno de Trabalho, Gênero, Patriarcado, Catadores(as) e Divisão Sexual do Trabalho.

Já a pesquisa documental consiste em levantamentos elaborados por meio de materiais que não receberam tratamento analítico. Segundo Gil (2008, p. 51), “a pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença

entre ambas está na natureza das fontes”.

Dessa forma, a pesquisa documental contém elementos que deram embasamentos mais pessoais e próximos sobre a realidade tratada. Para nossa pesquisa, os principais documentos utilizados foram as atas de fundação e de assembleia das associações de catadores, que serviram de base para maior conhecimento da realidade em questão.

Dentro do contexto de trabalho de catadores(as) é importante ressaltar a Lei n.º 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Ela é de grande importância na análise documental do livro e se trata de grande conquista dos catadores em âmbito federal.

Para a pesquisa de campo, o instrumento utilizado para a investigação foram a observação não participante e o grupo focal. A escolha do grupo focal foi definida pela necessidade de interação entre os sujeitos da pesquisa. A partir da temática pesquisada e dos objetivos propostos, a interação grupal entre as catadoras poderia dar melhores resultados para a pesquisa. O grupo focal foi composto por três mulheres de cada associação, tendo como critério serem as três mais antigas. O grupo focal contou com um total de 12 mulheres, de um total de quatro associações de Ponta Grossa/PR.

Com o grupo focal, busca-se compreender ações e atitudes por meio da interação entre os participantes.

Backes *et al.*, (2011) compreende que o grupo focal representa uma forma de intensificar o acesso às informações, seja pela oportunidade de gerar outras concepções ou pela análise e problematização de uma ideia em profundidade. Trabalha-se

dentro de uma perspectiva dialética com um grupo com fins em comum, e os participantes trabalham em equipes para as suas resoluções

Para um melhor resultado da metodologia da pesquisa oral, é necessário que os indivíduos participantes tenham algo em comum. Dessa forma, a pesquisa deve separar as amostras, buscando trazer elementos de igualdade entre os indivíduos que participarão da pesquisa. No caso da amostra utilizada para este livro, todas são mulheres, catadoras e já trabalham há algum tempo nas associações.

Além do grupo focal, foram realizadas 15 observações nas associações de catadores. Foram feitas ainda duas visitas à Secretária do Meio Ambiente da cidade de Ponta Grossa/PR.

Depois de coletados os dados teóricos e realizadas as pesquisas de campo, deu-se início à análise dos relatos das catadoras através de categorias. Para isso, utilizou-se a análise de conteúdo, que segundo Bardin (1977, p. 42) é um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visa obter, através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores, quantitativos ou não, que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dessas mensagens.

Bardin (1977) compreende que a análise de conteúdo tem dois objetivos principais: a) ultrapassagem da incerteza – o que se julga ter na mensagem estará lá, transformando essa em algo válido; b) enriquecimento da leitura – através de maior aprofundamento das leituras e de mensagens pode-se ter uma descrição de mecanismos que a priori não se tinha compreensão.

Para este livro, buscamos no primeiro capítulo compreender os conceitos de classe social, gênero e patriarcado, até chegarmos no ponto principal da pesquisa, que é a divisão sexual do trabalho e as duplas/triplas jornadas.

Durante toda a pesquisa bibliográfica, buscou-se elencar os temas propostos e trabalhá-los de forma crítica, trazendo assim uma reflexão sobre a construção do papel da mulher na sociedade capitalista.

No segundo capítulo, apresentam-se reflexões ao conceito de lixo, como também informações sobre o surgimento do trabalho dos(as) catadores(as) na sociedade. São informados os dados em nível nacional da situação dos catadores. Os números são comparados com os dos catadores em âmbito municipal. Neste capítulo, também há observações coletadas associações, informações documentais das entidades e legislações importantes para os(as) catadores(as).

No terceiro capítulo, buscou-se discutir e analisar a divisão sexual do trabalho e a dupla jornada das mulheres por meio das falas do grupo focal.

Por fim, são apresentadas as considerações finais e as referências utilizadas ao longo do trabalho.

Desejamos que esta leitura contribua para novas pesquisas acadêmicas e para novas práticas – ainda tão necessárias no Brasil quando falamos de mulheres.

Uma excelente leitura à todas(os).



Gênero, patriarcado e divisão sexual do trabalho





Fotos: Diogo Teixeira

**“ Eu não
desejo que
as mulheres
tenham poder
sobre os
homens;
Mas sobre si
mesmas. ”**

Mary Wollstonecraft

Este capítulo buscará compreender como se deu historicamente o surgimento do termo “gênero” e como ele está ligado à luta de classes. Primeiramente, destaca-se a reflexão sobre a sociedade de classes, com a discussão da experiência de Thompson, deixando clara a vertente de análise histórico-crítica no decorrer do trabalho. Na sequência, elucida-se uma reflexão sobre a categoria trabalho, que direciona a discussão da divisão sexual do trabalho. Destaca-se também como a divisão sexual do trabalho pode produzir o gênero. Por fim, há um breve apontamento sobre a importância das políticas públicas para mulheres, considerando uma sociedade em que a luta de classes está presente e colabora para a desigualdade de gênero.

1.1 CONTRIBUIÇÕES DE THOMPSON SOBRE EXPERIÊNCIA E CLASSE SOCIAL: BREVES APONTAMENTOS

Considerando a necessidade de compreender e refletir sobre a questão de gênero e a divisão sexual do trabalho, numa perspectiva de análise que leva em consideração as classes sociais, foi fundamental buscar para subsídio teórico as contribuições do historiador inglês Edward Palmer Thompson relacionadas ao conceito de experiência – articulada à cultura e à classe social.

Conforme Thompson (1987), para compreensão de classe é preciso entender a formação social e cultural, que surge de processos que só podem ser estudados quando perpassam durante um considerável período histórico. A classe operária é tomada como uma existência real, ou seja, são homens que se encontram numa certa proporção com os meios de produção. A partir dessa compreensão, os homens deveriam assumir a consciência de classe, mas isso pouco acontece, uma vez que é preciso consciência de sua posição e interesses reais. “A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, no final, esta é sua única definição” (THOMPSON, 1987, p. 12).

Para Thompson (1987), na consciência de classe as experiências (de relações produtivas) são usadas em termos culturais, dentro de tradições, sistema de valores e ideias.

Ao valorizar a experiência, a importância do agir humano, Thompson critica o determinismo das abordagens ortodoxas, que põem em segundo plano o papel dos sujeitos na realidade histórico-social.

Para ele, trata-se de homens e mulheres que, nas relações com a vida material, tendo em vista suas determinações, vivenciam experiências ao mesmo tempo em que tomam consciência delas (MIRA *et al.*, 2017, p. 661).

Thompson (1978) aponta que os valores não são chamados, nem pensados, mas são vividos e emergem dentro do mesmo vínculo da vida material e das relações materiais em que surgem nossas ideias. As normas, regras, expectativas são necessárias e aprendidas, como sentimento e como vivência, primeiramente na família, no trabalho e na comunidade. “Sem esse aprendizado a vida social não poderia ser mantida e toda produção cessaria” (THOMPSON, 1978, p. 194).

Thompson (1978) trabalha com a lógica histórica, que compreende um método lógico de investigação adequado a materiais históricos. Esse discurso histórico disciplinado da prova busca, numa relação entre conceito e evidência, um diálogo no qual, de um lado estão as hipóteses sucessivas e, de outro está a pesquisa empírica. Mas, para ter uma maior defesa do materialismo histórico, o autor compreende mais particularmente as posições de Althusser, sendo elas: 1) o objeto imediato do conhecimento histórico, compreendendo fatos e evidências atribuídos de existência real, mas sendo apenas cognoscíveis segundo a maneira que são, e preocupando-se com os métodos históricos; 2) o conhecimento histórico é através da natureza, provisório e incompleto, mas não inverídico, limitado e definido pelas perguntas feitas; desta forma, ele é “verdadeiro” somente dentro do campo definido,

e o autor então concorda que a história como ciência acaba por se inutilizar; 3) a evidência histórica tem determinadas propriedades, e o conhecimento histórico deve ficar aquém da confirmação positiva, mas o falso conhecimento histórico está sujeito à desconfirmação; 4) perguntas e respostas são determinantes, e essa relação deve ser compreendida como um diálogo; 5) o objeto do conhecimento histórico é a história real, na qual as evidências devem ser incompletas e imperfeitas, a realidade do nosso presente não pode ser modificada tornando-se o passado. O passado não se constitui por histórias separadas, mas uma soma de várias unidades do comportamento humano, em que cada aspecto se relaciona com outros de determinadas maneiras. Cada vez que as ações e relações dão origem a modificações, essas se tornam objeto de investigação racional.

A história se modificará de acordo com as preocupações de geração, sexo, nação ou classe social, mas isso não quer dizer necessariamente que os acontecimentos passados se modifiquem, ou que cada evidência seja indeterminada. Dessa forma, o autor considera que, para uma análise dos fenômenos sociais, é preciso considerar suas particularidades, suas vivências, tanto da vida material quanto as relações materiais.

6) A investigação da história como processo de continuação de acontecimentos acaba por desenvolver noções da contradição, medição e organização sistemática da vida social, econômica, política e intelectual; 7) o materialismo histórico não é diferente das demais ordenações interpretativas das evidências históricas por suas premissas epistemológicas, mas sim por

suas categorias, hipóteses e procedimentos adotados; 8) certas categorias empregadas no materialismo histórico só podem ser compreendidas como categorias históricas, reconstituindo e compreendendo a realidade do objeto. “Para ele, a dialética do conhecimento histórico é constituída na medida em que uma tese é colocada em relação com suas antíteses e, como resultado, o próprio conhecimento histórico é constituído” (MIRA *et al.*, 2017, p. 662).

O materialismo histórico difere de outras tendências interpretativas das evidências históricas devido a categorias, hipóteses e procedimentos adotados. No entanto, o materialismo histórico é o terreno comum a todas as práticas marxistas, que se preocupam com as manifestações – passadas e presentes – do objeto humano real. Nessa perspectiva, a crítica de Thompson se refere à teoria considerada capaz de conhecer o objeto por si mesmo, sem o confronto com as evidências da realidade (MIRA *et al.*, 2017, p. 662).

Compreende-se então a dialética de Marx, assim como seu método de interpretação de realidade o materialismo histórico, que acaba por restringir determinadas categorias. Thompson então busca uma teoria que seja capaz de conhecer o objeto e sua realidade histórica.

Segundo Muller e Moraes (2008), os estudos de Thompson fazem uma valorização da práxis, que envolve práticas, experiências, aspirações e valores comunitários da classe trabalhadora.

Dessa forma, um dos aspectos fundamentais do método de Thompson é sua capacidade de formar objetivos e aspirações para aqueles submetidos a circunstâncias políticas adversas, mas que precisavam estabelecer e defender sua própria opinião política. Para ele, um dos princípios básicos de uma análise reside na habilidade de articular a teoria a processos diferentes e em constante mudança (MULLER, MORAES, 2008, p. 4).

Thompson (*apud* Muller e Moraes, 2008) compreende que o materialismo histórico se distingue por articular aspirações políticas e o processo histórico. Tal autor (*apud* BEZERRA, 1981) entende que a construção da experiência, que é a categoria que compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo, responde a muitos acontecimentos inter-relacionados. “A experiência está em toda parte, nas ações cotidianas dos indivíduos e dos grupos sociais, construindo coisas de maneiras ativa, sem esperar passivamente o ato conhecedor científico” (THOMPSON *apud* BEZERRA, 1981, p. 124).

Dessa forma, a experiência acaba por relacionar diversos fatores, entre eles a cultura.

Experiência é um conceito chave nos estudos empreendidos pelo autor, que a compreende como “resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento” (THOMPSON, 1981, p. 15). Nessa perspectiva, não considera que a experiência produz saberes de senso comum ou

que estejam contaminados ideologicamente. Para ele, a experiência surge, no ser social, junto com o pensamento, pois homens e mulheres, como seres racionais, ao agirem sobre a realidade, refletem sobre o que acontece a eles e à própria realidade (MIRA *et al.*, 2017, p. 663).

Compreende-se para Thompson que experiência e cultura constituem a junção entre estrutura e processo.

Para Thompson, homens e mulheres atuam e constroem suas vidas em condições determinadas e vivem esta experiência tanto no âmbito do pensamento, como no do sentimento. Na cultura, ele afirma (1978: 363), os sujeitos lidam com o sentimento como normas, obrigações familiares e de parentesco e reciprocidades, como valores, ou mediante formas mais elaboradas na arte ou nas convicções religiosas (MULLER e MORAES, 2008, p. 10).

Em relação à experiência humana, Thompson (*apud* Bezerra, 1981) compreende que é o que há de mais vivo na história, sendo homens e mulheres sujeitos construtores do devir e do presente; o que constrói a história são as pessoas carregadas de experiência.

É nas experiências que os indivíduos determinam a história. Segundo Bezerra (1981), os sujeitos não são livres, suas situações e suas relações produtivas são determinadas segundo suas necessidades. A experiência humana é de grande importância, a qual considera as vivências e experiências que são construídas socialmente e individualmente.

O autor afirma que é por meio do diálogo entre ser social e consciência social que se origina a experiência, a qual não é apenas determinada (guiada) pela teoria. À medida que exerce pressões sobre a sociedade, a experiência oferece novos dados para serem lidos e interpretados, ou seja, também determina a produção de novos conhecimentos, que, uma vez concebidos fora dos procedimentos acadêmicos, não podem ser desconsiderados (MIRA *et al.*, 2017, p. 663).

Portanto, o ser social e a consciência social originam a experiência. Thompson compreende o pensamento dos trabalhadores e como esses experienciam seu trabalho. É experiência que também pode determinar novas formas de conhecimentos.

E quanto à experiência fomos levados a reexaminar todos esses sistemas densos, complexos e elaborados pelos quais a vida familiar e social é estruturada e a consciência social encontra realização e expressão: parentesco, costumes, as regras, visíveis e invisíveis da regulação social, hegemonia e deferência, formas simbólicas de dominação e resistência, fé religiosa e impulsos milenaristas, maneiras, leis, instituições e ideologias – tudo que em sua totalidade compreende a genética de todo processo histórico, sistema que se reúne todos, num certo ponto, na experiência humana comum que exerce ela própria (como experiência de classes peculiares) sua pressão sobre o conjunto (THOMPSON, 1978, p. 189).

Por meio disso, compreende-se o quanto a experiência é densa e necessita do entendimento das mais diversas expressões.

Thompson (1987) acredita que na análise marxista ficaram algumas lacunas em relação à experiência, que constitui parte essencial para compreensão da totalidade.

Segundo Thompson (1978), a experiência gerada na vida material foi estruturada em termos de classe e, assim, o ser social determinou a consciência social.

[...] E verificamos que com experiência e cultura estamos num ponto de junção de outro tipo. Pois as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideias, no âmbito dos seus pensamentos e seus procedimentos, ou (como supõem alguns práticos teóricos) como instinto proletário etc. Elas também experimentam a sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte e nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral (THOMPSON, 1978, p. 189).

Como supracitado, experiência e cultura têm uma ligação, uma vez que a experiência segundo, o autor, acaba por ter relações sentimentais e culturais, definida como consciência afetiva e moral.

Desse modo, o autor atribui à cultura importância dentro de uma perspectiva histórica, considerando os contextos sociais dentro dos quais os termos foram elaborados. Entendida como lugar de transmissão de habilidades e produção de sensibilidades, sempre

perpassada pela noção de reciprocidade, a cultura possibilita reinvenção e também perspectiva de conformação (MIRA *et al.*, 2017, p. 665).

Thompson (1978) compreende, portanto, que a história não é predeterminada; são as relações sociais que a predeterminam, assim como as experiências vividas e compartilhadas. Classe, experiência e cultura representam elementos que acabam por estar interligados e que estão presentes na classe trabalhadora das mais diversas formas, determinadas pelas relações sociais.

O conceito thompsoniano é imprescindível na divisão sexual do trabalho, uma vez que retrata como as relações sociais refletem na experiência. E são essas experiências que fazem o valor e a voz dessas mulheres.

1.2 RELAÇÕES DE TRABALHO E GÊNERO

Compreender as relações de trabalho é central em qualquer discussão, visto que perpassam diversos aspectos de nossa realidade. As relações de trabalho são contraditórias e cíclicas, já que se modificam e se alteram com o passar do tempo.

A experiência social cotidiana faz parte da vida dos trabalhadores e o conjunto de conhecimentos é construído para atender aos interesses de determinadas classes. Dessa forma, a experiência, o tempo, o cotidiano e a cultura tornam-se análises necessárias para que sejam trabalhadas na cultura de classes. A categoria trabalho torna-se central em discussões de desigualdade, uma vez que existem diferentes tipos de trabalho e são diversificadas as distribuições do trabalho para a sociedade civil.

Segundo Castel (1998) o trabalho é um tema central e, por isso não perpassa apenas dimensões econômicas, mas também um universo psicológico, cultural e simbólico. Ou seja, as atividades laborais acabam por significar muito mais do que apenas um viés econômico.

Sendo assim, percebe-se o quanto o trabalho e as relações formadas a partir dele são essenciais para nossa vivência e nosso cotidiano dentro da sociedade, uma vez que formamos relações, laços, convivências e identificações com pessoas e com o trabalho em si. Percebe-se, assim, as dimensões que o trabalho na vida de uma pessoa ocupa e perpassa. Ele ocupa posições de identificação perpassando a questão monetária.

Antunes (2009) compreende vários aspectos do trabalhador para sua produção da mais-valia, sendo que entre eles há o termo “classe-que-vive-do-trabalho”¹, que designa e compreende o conceito marxiano de classe trabalhadora, enfatizando o sentido de classe trabalhadora e sua forma de ser. Para o autor, a “classe-que-vive-do-trabalho” são os sujeitos que vendem sua força de trabalho para sobrevivência. Nesta definição também estão incluídos os trabalhadores improdutivos, sendo esses os que pertencem aos “falsos custos” do capital, mas que são necessários para a reprodução do capitalismo (também estão incluídos aqui os desempregados, uma vez que eles são necessários nessa lógica de capital). Ademais, o autor considera que todo trabalhador produtivo é assalariado, mas nem todo assalariado é um trabalhador produtivo.

[...] Ela não se restringe, portanto, ao trabalho manual direto, mas incorpora a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo assalariado. Sendo o trabalhador produtivo aquele que produz diretamente mais-valia e participa diretamente do processo de valorização do capital, ele detém, por isso, um papel de centralidade no interior da classe trabalhadora, encontrando no proletário industrial o seu núcleo principal. Portanto, o trabalho produtivo, onde se encontra o proletariado, no entendimento que fazemos e Marx, não se restringe ao trabalho manual direto (ainda que nele encontre seu núcleo central), incorporando também,

1 Segundo Ricardo Antunes, em “Os novos proletariados do mundo na virada do século”, o termo “classe-que-vive-do-trabalho” não se trata de um novo conceito, mas sim de tentar compreender o que se diz respeito à totalidade de homens e mulheres produtivos e improdutivos que ficam consternados a vender sua força de trabalho.

formas de trabalho que são produtivas, que produzem mais-valia, mas que não são diretamente manuais (ANTUNES, 2009, p. 102).

Dessa forma, articula-se o trabalho dentro do conceito de mais-valia, pois o capitalismo busca cada vez mais intensificar o processo de lucro e, com isso, aumentar a exploração da mão de obra assalariada e do meio ambiente.

Como mencionado anteriormente, para sua sobrevivência os proletários precisam vender sua mão de obra, já que não detêm os meios de produção e exploração. Antunes (1999) compreende que, cada vez mais, aumenta o número de pessoas que necessitam se incorporar dentro dessa lógica de sobrevivência. Atualmente pertencem à classe trabalhadora todos os que vendem sua força de trabalho e que produzem mais-valia. Há também os trabalhadores improdutivos que não participam diretamente do processo de mais-valia, ou seja, do trabalho industrial. Segundo Antunes (1999, p. 115): “Improdutivos para Marx são aqueles trabalhadores cujo trabalho é consumido como valor de uso e não enquanto trabalho que cria valor de troca”.

Dessa forma, entendem-se os diferentes tipos de trabalho que foram se formando e se adequando segundo a necessidade do capital. Dentro desse sistema não cabe que todos os sujeitos tenham trabalho com valor de troca. Assim, os improdutivos acabaram por se tornar trabalhadores que produzem um trabalho baseado no valor de uso.

Antunes (2005) considera que o mundo do trabalho é vital, tanto para sobrevivência do ser humano, quanto para sua

dignidade e sua felicidade social. Mas, ao mesmo tempo, quando a vida humana se submete exclusivamente ao trabalho, ela se torna alienante, levando os indivíduos a um aprisionamento de modo unilateral. Dependendo de qual trabalho, o ser humano acaba por estar imerso nessa atividade que pode explorá-lo, infelicitar-lo e aliená-lo. “E, na marca da superfluidade, cada vez mais homens e mulheres encontram menos trabalho, espalhando-se à cata de trabalhos parciais, temporários, sem direitos, ‘flexíveis’, quando não vivenciando o flagelo dos desempregados” (ANTUNES, 2005, p. 17).

Por se verem em situações nas quais não há escolhas, os indivíduos acabam por aceitar qualquer tipo de trabalho, sendo ele terceirizado, precário, sem qualquer tipo de direito ou garantia. Esses indivíduos não possuem nenhum meio de produção além de sua força de trabalho, que garante sua sobrevivência em uma sociedade mercantil e capitalista.

A destrutividade que caracteriza a lógica do capital e de seu processo de acumulação e valorização se expressa também quando descarta e torna supérflua uma parcela enorme da força humana mundial que trabalha, da qual cerca de 1 bilhão e 200 milhões encontram-se precarizados ou desempregados, segundo dados da OIT. A título de similitude: assim como o capital torna “supérfluas” suas mercadorias, sem as quais, entretanto, não pode sobreviver, o mesmo, capital torna “supérflua” sua mercadoria força de trabalho, sem a qual também não pode sobreviver (ANTUNES, 2005, p. 28).

Assim, Castel (1998) coloca que atualmente estamos marcados, seja pelo desemprego em massa, seja pela instabilidade das situações de trabalho. Existem até mesmo os “inempregáveis” – inempregados ou empregados de um modo precário intermitente.

O trabalho como categoria central não se dá apenas como um fator econômico, mas também se reflete nas relações sociais, afetivas e de convivência, entre outras. Considera-se então que o trabalho se torna uma obrigação pelo modo de produção no qual estamos inseridos. Seus reflexos acabam por emergir em fatores psicológicos e emocionais, dos quais o ser humano necessita para sobreviver.

Antunes (2005) questiona a reestruturação do trabalho na sociedade capitalista e considera que o capital produz mercadorias supérfluas, sem as quais o capital não sobrevive, como também torna supérflua sua força de trabalho, sem a qual ele também não vive. Outrossim, Antunes (2005) cita nove consequências que atingiram o mundo do trabalho a partir da reengenharia da empresa enxuta: 1) crescente redução do proletário fabril estável que diminui cada vez mais com a reestruturação e flexibilização; 2) incremento do trabalho precarizado, ou como o próprio autor denomina, “subproletariado”, citando como exemplo o trabalho terceirizado; 3) incremento de assalariados médios e de serviços, desenvolvendo o sindicalismo desses setores; 4) exclusão de jovens e idosos do mercado de trabalho. No caso dos indivíduos com mais de 40 anos, quando excluídos do mercado de trabalho dificilmente conseguem a reinserção; 5) inclusão precoce, precária e criminosa de crianças no mercado

de trabalho; 6) aumento significativo do trabalho feminino, que em alguns países chega a atingir mais de 40% da força de trabalho, sendo muitas vezes precarizado e desregulamentado; 7) expansão do trabalho no Terceiro Setor; 8) expansão do trabalho em domicílio, que cresce cada vez mais em várias partes do mundo e mescla-se com o trabalho doméstico; 9) o mundo do trabalho é cada vez mais transnacional. Novas regiões industriais emergem e muitas desaparecem com essa nova configuração do trabalho.

Em relação ao trabalho feminino, o autor destaca: “seu percentual de remuneração é bem menor do que aquele auferido pelo trabalho masculino. O mesmo frequentemente ocorre no que concerne aos direitos e condições de trabalho” (ANTUNES, 2005, p. 20).

Essas consequências, citadas anteriormente, dão-nos embasamento teórico para as discussões em relação à mulher no mercado de trabalho, uma vez que ela acaba por estar inserida em um contexto de exploração de trabalho invisível e de dupla/tripla jornada.

Na divisão sexual do trabalho, operada pelo capital dentro do espaço fabril, geralmente as atividades de concepção ou aquelas baseadas em capital intensivo são preenchidas pelo trabalho masculino, enquanto aquelas dotadas de menor qualificação, mais elementares e frequentemente fundadas em trabalho intensivo são destinadas às mulheres trabalhadoras (e, muito frequentemente, também trabalhadores/as imigrantes e negros/as) (ANTUNES, 2005, p. 29).

Compreende-se que há uma exploração da força de trabalho feminina, visto que o trabalho de uma mulher acaba por ter menor valor em relação ao do homem. O trabalho de reprodução social recai sobre os corpos das mulheres, dando-lhes duplas e triplas jornadas de trabalho.

Sendo assim, faz-se importante salientar a formação da família patriarcal e como esta configuração acaba por trazer reflexos diante do trabalho de reprodução social e das duplas/triplas jornadas que acabam sobrecarregando a mulher diariamente.

Engels (1984) nos faz refletir sobre a família patriarcal e sobre como a palavra do homem é lei neste tipo de organização, na qual a monogamia é imposta não por uma questão de fidelidade de ambos, mas sim por dominação do corpo da mulher e garantia da paternidade dos filhos. Quando surge, a família monogâmica tem o objetivo de dar a certeza ao homem em relação à paternidade dos filhos. Esta certeza deve ser indiscutível, pois os filhos se tornarão herdeiros dos pais, ou seja, terão a posse de seus bens.

Essa foi a origem da monogamia, tal como pudemos observá-la no povo mais culto e desenvolvido da antiguidade. De modo algum foi fruto do amor sexual e individual, com o qual nada tinha em comum, já que os casamentos, antes como agora, permaneceram casamentos de conveniência. Foi a primeira forma de família que não se baseava em condições naturais, mas econômicas e concretamente no triunfo da propriedade privada sobre a propriedade comum primitiva, originada espontaneamente. Os gregos proclamavam

que os únicos objetivos da monogamia eram a preponderância do homem na família e a procriação de filhos que só pudessem ser seus para herdar dele. Quanto ao mais, o casamento era para eles uma carga, um dever para com os deuses, o Estado e seus antepassados, dever que estavam obrigados a cumprir [...] (ENGELS, 1984, p. 70).

Dessa forma, compreende-se que a organização familiar baseada na monogamia surgiu com objetivos econômicos, buscando alternativas tanto para o controle do corpo da mulher, quanto para o da herança.

A primeira divisão do trabalho é a que se fez entre homem e mulher para procriação dos filhos. Hoje posso acrescentar: o primeiro antagonismo de classe que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino. (ENGELS. 1984, p. 71).

Ademais, Engels (1984) afirma que as atividades da mulher, que eram a criação dos filhos e a direção do lar, eram tão importantes quanto as dos homens, que ficavam encarregados pela busca de víveres. Foi a partir da família patriarcal, e mais ainda com a família individual monogâmica, que isso passou a mudar. O lar, nas palavras de Engels (1984), passou a ser um serviço privado, com a mulher como a primeira criada. Se ela decide fazer parte da indústria social para se tornar independente, fica impossível cumprir com suas “obrigações” domésticas. Se ela cumpre seus deveres no serviço privado,

fica impossibilitada de cumprir com o social². Desta forma, os meios de subsistência acabando se tornando responsabilidade do homem, dando-lhe assim uma posição dominadora em relação à mulher e aos seus dependentes. “Na família o homem é o burguês e a mulher representa o proletário” (ENGELS, 1984, p. 80).

Para se trabalhar o conceito de divisão sexual do trabalho, é preciso primeiramente entender o conceito de gênero, uma vez que, quando a categoria trabalho emerge no sistema capitalista, com ela também vem o surgimento da divisão sexual do trabalho, ou seja, a segmentação do que é trabalho para homem e para mulher. Assim, no decorrer desta pesquisa, teceremos os conceitos de gênero, patriarcado e divisão sexual do trabalho, perpassando de forma breve também por relações sociais.

Alves (2013) depreende que foi na década de 1990 que o Brasil se inseriu em uma nova ordem capitalista global, constituindo assim o mundo do trabalho precário, devido aos ajustes neoliberais que maximizaram tais efeitos. Na década de 2000, emergiram outras questões referentes à “nova precariedade salarial”, ou seja, surgiram novas condições de exploração e precarização da força de trabalho, principalmente em empresas.

2 Salienta-se que as mulheres realizam e cumprem trabalhos domésticos e profissionais concomitantemente, mas é importante considerar que o trabalho invisível e as duplas/triplas jornadas sobrecarregam as mulheres, como também trazem consequências monetárias.

Na década de 1990, sob a vigência das políticas neoliberais e crise da economia brasileira, ocorreu uma das mais profundas e amplas reestruturações capitalistas no Brasil. A ofensiva do capital na produção adquiriu um cariz sistêmico. A precarização do trabalho caracterizou-se pela demissão incentivada, terceirização e degradação das condições de trabalho, salário e redução de benefícios e direitos trabalhistas. Ela atingiu grandes empresas do setor privado e setor público, principalmente naquelas de maior organização sindical (ALVES, 2013, p. 144).

Portanto, a crise do capitalismo nos anos de 1990 passou a assombrar não só as classes mais baixas, mas até aquelas que, devido aos sindicatos, poderia se supor terem maior consolidação em seu trabalho. A crise neoliberal trouxe não só a precarização do trabalho para as classes mais baixas, como também a insegurança e o desemprego para as médias e altas (ALVES, 2013).

Alves (1999) compreende que o movimento dos trabalhadores assalariados está numa posição de sujeito e capital, uma vez que há uma perspectiva ontológica e há uma relação sócio-histórica da posição do capital em processo, em que este constantemente revoluciona as condições sociais. O movimento do capital corresponde ou deveria corresponder a alterações na vida dos trabalhadores assalariados. Outrossim, Alves (1999, p. 34) afirma: “portanto, podemos dizer que o movimento do trabalho é uma necessidade interna do sistema capitalista, que, no entanto, aparece, para os trabalhadores assalariados (e capitalistas), sob a forma da contingência (cujo campo prático é dado pelo processo histórico)”.

Ainda que a datação histórica do capitalismo, seus padrões evolutivos e sua convivência com outras formações sociais sejam objetos de controvérsia, a caracterização geral do modo de produção capitalista é consensual. Ela inclui a separação entre trabalhadores e instrumentos de trabalho, a propriedade privada dos meios de produção, o controle privado do investimento, a apropriação privada da riqueza, o assalariamento de uma mão de obra formalmente livre e a produção de bens voltada precipuamente para a troca mercantil. Para seus defensores, é o predomínio do mercado – apresentado como espaço do exercício da autonomia individual e das interações humanas não coercitivas – que concentra as virtudes da sociedade capitalista. Seus críticos observam como a autonomia da maior parte dos indivíduos é limitada pelas condições materiais de suas vidas. O assalariamento aparece, então, não como uma opção livremente elegida, mas como uma necessidade que obriga os não proprietários a se submeterem ao arbítrio de outrem. O trabalho é “alienado”, isto é, despido de seu significado intrínseco, e produz uma riqueza que é apropriada por outros. O capitalismo se caracteriza pela “exploração do homem pelo homem”, expressão que também indica a adesão acrítica, por parte dos pensadores socialistas iniciais, à ideia de que o gênero masculino expressa o humano universal (MIGUEL, 2017, p. 1222).

Desta maneira, a categoria trabalho não perpassa apenas a discussão de trabalho coercitivo e alienado, mas também questões de desigualdade e exclusões. Assim, quando falamos em trabalhador, estamos falando apenas da figura masculina? Onde estão inseridas as mulheres neste contexto? Como é visto o trabalho invisível e de reprodução social? Como se deu a

inserção da mulher no mercado profissional de trabalho? Como compreender o trabalho doméstico e o profissional?

A instauração de um novo modo de produção envolve um grande ônus para certos setores da população de uma sociedade. Na passagem do modo feudal de produção para o modo capitalista, este ônus social pesará sobre os estamentos inferiores da antiga ordem, que, progressivamente, se vão constituindo como classes sociais subprivilegiadas. Torna-se clara, no novo regime, a divisão da sociedade em classes sociais e a exploração econômica de que é alvo uma delas por parte da outra. O modo capitalista de produção não faz apenas explicitar a natureza dos fatores que promovem a divisão da sociedade em classes; lança mão da tradição para justificar a marginalização efetiva do potencial de certos setores da população do sistema produtivo de bens e serviços. Assim é que sexo, fator de há muito selecionado como fonte de inferiorização social da mulher, passa a interferir de modo positivo para atualização da sociedade competitiva, na constituição das classes sociais. A elaboração social do fator natural sexo, enquanto determinação comum, é que assume na nova sociedade uma feição inédita e determinada pelo sistema de produção social. Aparentemente, no entanto, são as deficiências físicas e mentais dos membros da categoria sexo feminino que determinam a imperfeição das realizações empíricas das sociedades competitivas. **A mulher faz, portanto, a figura do elemento obstrutor do desenvolvimento social, quando, na verdade, é a sociedade que coloca obstáculos à realização plena da mulher** (SAFFIOTI, 2013, p. 66, *grifo nosso*).

Miguel (2017) enfatiza que, no capitalismo, pressupõe-se que exista o exercício da autonomia individual, mas devemos considerar que as mulheres foram introduzidas ao mercado de trabalho de forma precária, já que eram o estoque reserva de mão de obra assalariada. Eram as últimas a serem chamadas em momentos de escassez de mão de obra, porém, as primeiras a serem dispensadas. Como ocorre atualmente, seus salários eram inferiores, assim como posições suas profissionais.

Os arranjos familiares, as convenções morais dominantes e o funcionamento do mercado de trabalho agiam em conjunto para que sua posição na estrutura de classes assumisse características diferentes daquelas dos homens. Correspondendo a isso, a reflexão sobre a ordem capitalista e as classes sociais, no marxismo, mas não só nele, sempre pressupôs que o universo dos homens era que determinava a compreensão de toda a sociedade, uma percepção que o feminismo logo denunciaria como parcial e insuficiente. (MIGUEL, 2017, p. 1223).

Sendo assim, a historiadora Scott (1995) traz importantes considerações no que se refere a terminologia da palavra gênero e como muitos historiadores(as) utilizaram-se dela no decorrer da história. Segundo Scott (1995) gênero tem uma história e que esta não se limita a traços de caráter ou sexuais. As feministas utilizaram a palavra como uma maneira de se referirem à organização social entre dois sexos. Scott (1995) depreende que gênero é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos, rejeitando as justificativas biológicas. Sendo assim, o

gênero se torna uma maneira de indicar construções sociais. Desta forma, o termo enfatiza sobre todo o sistema de relações ligados ao sexo, mas não necessariamente é determinado pelo sexo e nem determina diretamente a sexualidade.

Diferentemente do que, com frequência, se pensa, não foi uma mulher a formuladora do conceito de gênero. O primeiro estudioso a mencionar e a conceituar gênero foi Robert Stoller (1968). O conceito, todavia, não prosperou logo em seguida. Só a partir de 1975, com o famoso artigo de Gayle Rubin, mulher, frutificaram estudos de gênero, dando origem a uma ênfase pleonástica em seu caráter relacional e uma nova postura adjetiva, ou seja, a perspectiva de gênero. Vale a pena retroagir um quarto de século a fim de perceber certas nuances hoje consideradas familiares e, portanto, desconhecidas. Conforme afirmou Rubin, em 1975, um sistema de sexo/gênero consiste numa gramática, segundo a qual a sexualidade biológica é transformada pela atividade humana, gramática esta que torna disponíveis os mecanismos de satisfação das necessidades sexuais transformadas (SAFFIOTI, 2015, p. 115).

A ideia do termo gênero, segundo Scott (1995), tem sua significação remetida ao sinônimo de mulheres. Artigos e livros que usaram o termo “mulheres” foram substituídos pelo termo “gênero”, com o objetivo de buscar o reconhecimento político, e assim ele foi separado da política do feminismo.

Outrossim Scott (1995) pontua que uma das formas da utilização do conceito de gênero foi para abordar que as relações entre os sexos são sociais. Gênero também foi utilizado

para referir-se tanto a homens quanto a mulheres, buscando enfatizar que o mundo dos homens também é o das mulheres. Ou seja, a compreensão de apenas uma esfera limitaria e fragmentaria os estudos, já que o termo gênero também é para caracterizar as relações sociais determinadas pelo sexo, daí a importância da compreensão das relações sociais desiguais.

Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior. Em vez disso, o termo “gênero” torna-se uma forma de indicar “construções culturais” - a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. “Gênero” é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (SCOTT, 1995, p. 75).

Scott (1995) considera que o termo gênero traz uma reflexão acerca das construções culturais, uma vez que homens e mulheres são formados por seus processos sociais, identitários e subjetivos. A autora também considera que o termo gênero é útil e necessário, uma vez que, a partir deste consegue-se diferenciar a prática sexual dos papéis designados a homens e mulheres.

Desta forma, compreende-se o quanto o termo gênero é historicamente abrangente e tem um significado subjetivo,

podendo trazer reflexões ainda maiores acerca dos processos que envolvem homens e mulheres na sociedade.

Minha definição de gênero tem duas partes e diversas subconjuntos, que estão interrelacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados. O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações do poder, mas a mudança não é unidirecional. (SCOTT, 1995, p. 86).

Ainda segundo a Scott (1995) há diversos termos e tempos para compreensão da palavra, mas a autora considera que a terminologia gênero teve sua maior ênfase e aparição entre as feministas americanas, quando elas tinham por objetivo diferenciar socialmente as distinções baseadas no sexo.

Segundo a autora (1995) a compreensão de gênero precisa perpassar pelos elementos das relações sociais e suas diferenciações através do sexo, como também estar diretamente relacionado as questões de poder.

Desta forma, compreende-se que as relações sociais e de poder estão diretamente ligadas as questões de gênero, uma vez que há aspectos históricos que envolvem o ser o agir da mulher e do homem na sociedade.

Precisa-se ter a compreensão da totalidade para buscar entender a importância dos sexos e como as suas historicidades

têm influências nos dias atuais, buscando assim a compreensão desta ordem social com o objetivo de alterá-la, ou seja, mudar uma realidade já existente.

Sob muitos aspectos, Scott (1995) coloca que o termo gênero, quando aliado à pesquisa sobre as mulheres, teria um poder de transformação de paradigmas disciplinares. Ela afirma ainda que, segundo as pesquisadoras feministas, escrever as mulheres na história seria escrever uma nova história política e pessoal. Tais pesquisadoras acreditavam que, para ser escrita essa nova história, seria necessário estudar três categorias: gênero, raça e classe³.

As questões de desigualdade quando perpassam por gênero, raça e classe são consideradas interseccionais, em que uma problemática não pode se separar de outra⁴.

O interesse teórico e epistemológico de articular sexo e raça, por exemplo, fica claro nos achados de pesquisas que não olham apenas para as diferenças entre homens e mulheres, mas para as diferenças entre homens brancos e negros e mulheres brancas e negras, como fica claro nos trabalhos realizados no Brasil, mobilizando raça e gênero para explicar desigualdades salariais ou diferenças quanto ao desemprego (HIRATA, 2014, p. 63).

3 Angela Davis em seu livro “A liberdade é uma luta constante” traz uma importante reflexão nas questões referentes ao gênero, raça e classe, uma vez que, o feminismo deve ser interpretado como uma interpretação conceitual, uma metodologia e um guia para estratégias de luta. A luta feminista deve contemplar a todas as mulheres, sendo estas, negras, trans, pobres, imigrantes quilombolas e etc.

4 As lutas e os estudos feministas e de gênero devem ser abrangentes e compreendem outros aspectos da totalidade. Sendo assim, se faz muito importante uma compreensão mais ampla das desigualdades e diferenças que as mulheres sofrem na sociedade, sendo estas diferenças por cor, raça, nacionalidade, orientação sexual, entre outras.

Saffioti (2015) traz-nos que a independência da mulher só surgiu com o pré-capitalismo, uma vez que a categoria trabalho também surgiu neste mesmo período. Ou seja, com a necessidade de trabalho e a ideia de meritocracia também veio a necessidade de independência feminina.

Importante considerar que nesse período a mulher foi inserida dentro do mercado de trabalho, mas o trabalho doméstico e de reprodução social continuou sendo sua obrigação. Ou seja, ela acumulou uma carga de trabalho massiva, a qual será melhor abordada no decorrer deste livro.

A tradição de submissão da mulher ao homem e a desigualdade de direitos entre os sexos não podem, contudo, ser vistas isoladamente. Sendo a família a unidade econômica por excelência nas sociedades pré-capitalistas, a atividade trabalho é também desempenhada pelas mulheres das camadas menos privilegiadas. Embora não se possa falar em independência econômica da mulher (está é uma noção individualista que nasce com o capitalismo), pois o trabalho se desenvolvia no grupo familiar e para ele, o mundo econômico não era estranho à mulher. Não se trata de indagar aqui se o papel econômico lhe assegurava posição social compensatória de sua submissão ao centro de decisões a família: o homem. Trata-se, isto sim, de indagar se, não obstante sua incapacidade decisória, a mulher encontrava via de integração nas sociedades pré-capitalistas (SAFFIOTI, 2015, p. 63).

Há muitos aspectos que devem ser considerados quando trabalhamos gênero, mas, de acordo com Scott (1995), a

abordagem pode ser resumida em três posições teóricas. A primeira se refere a uma interpretação mais feminista, que busca compreender a origem do patriarcado e seus efeitos. Já a segunda trata-se de uma abordagem marxista e busca uma relação com as críticas feministas. Quanto à terceira posição teórica, há uma divisão entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo americanas ao objeto, que se baseia nas escolas de Psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do indivíduo.

Já o marxismo sempre professou seu compromisso com a igualdade entre os sexos. No entanto, ao estabelecer a centralidade absoluta da diferença de classes como fonte última de todas as formas de opressão social, permitia que se negasse relevância às demandas feministas ou mesmo, na pior das hipóteses, que elas fossem consideradas um tipo de diversionismo nefasto (MIGUEL, 2017, p. 1220).

Compreender o patriarcado, e o efeito que tem em toda uma sociedade e sua cultura, significa entender a construção de uma sociedade e suas estruturas. Miguel (2017) compreende que uma sociedade patriarcal seria uma sociedade na qual a dominação dos homens é predominante sobre as mulheres.

No entanto, “patriarcado” é um termo que possui uma trajetória própria na história das ideias sociais e torná-lo coextensivo à dominação masculina não é isento de consequências. No que se refere à ordem política geral, o patriarcado remete a uma doutrina absolutista específica, associada em particular ao livro póstumo de

Robert FILMER (1991 [1680]). Ele vê o poder monárquico como sendo uma derivação direta do poder paterno, transmitido por direito de progenitura a partir de Adão. Trata-se de uma percepção que toma como base o modelo da família patriarcal, entendida como aquela em que a autoridade do pai e marido é total e que é composta não apenas por um núcleo consanguíneo direto, mas incorpora mais de uma geração e, também, um contingente de agregados e serviçais. Mas tais descrições não são condizentes nem com a organização política, nem com a organização familiar atuais, o que leva muitas feministas a preferir entender o patriarcado sendo apenas uma manifestação histórica e datada da dominação masculina (MIGUEL, 2017, p. 1223).

Miguel (2017) faz uma análise a qual compreende que a sociedade contemporânea sofreu alterações no que se refere à família patriarcal, considerando que não há mais autoridade absoluta do homem. Ainda há diferenciação de acordo com sexo e/ou gênero, mas considera-se que é antes uma “parceria desigual”, na qual permanece uma dominação masculina. Ou seja, a sociedade patriarcal na contemporaneidade já não perpassa as mesmas características que na sua origem.

Porém, faz-se importante considerar que as características patriarcais ainda fazem parte da sociedade contemporânea, uma vez que, as mulheres ainda são submetidas a situações onde a palavra do homem é que predomina, essas situações podem ser observadas no dia a dia onde as decisões, o dinheiro e o poder estão sob domínio masculino.

O capitalismo, ao mesmo tempo em que trouxe características como desigualdade, concentração de renda e propriedade privada, entre outras, também trouxe a ideia de autonomia e meritocracia para todos os sujeitos. As mulheres seguem num contexto de desigualdade, mas estão dentro de um discurso onde há perspectiva de mudança na classe social. Esse discurso é alienador, fazendo com que acreditemos que esse sistema econômico é o melhor para nossa autonomia e emancipação.

Silva (2012) lembra que há desigualdades nas relações sociais e de gênero. Estas são um dos fatores que colaboram para a dominação/exploração patriarcal, bem como para a permanência da divisão sexual do trabalho.

Quando a mulher foi inserida no mercado de trabalho, Saffioti (2015) considera que o homem passou a não enxergar mais a sua totalidade histórica, na qual ambos os contextos estão inseridos. A mulher se tornou sua concorrente real no mercado de trabalho, e ele ficou impossibilitado de enxergar a situação da mulher determinada pela configuração histórico-social capitalista. Incapaz desta compreensão, ele desconsidera não apenas a mulher, mas também a si próprio, em meio à conjuntura alienante na qual está envolvido.

Deste ângulo, uma atitude masculina favorável ao trabalho feminino, além de promover o descrédito dos mitos justificadores da posição social inferior da mulher, poria em xeque a maleabilidade do modo capitalista de produção em resolver os problemas por eles gerados e, em última instância, as limitações inerentes à sua estrutura. Embora este grau de consciência do problema da mulher já tenha

feito sua aparição na história das sociedades capitalistas, a mulher se tem constituído, muitas vezes, em objeto da reação negativa do homem que, incapaz de uma visão totalizadora da sociedade, **toma o trabalho feminino como causa do desemprego masculino** (SAFFIOTI, 2015, p. 75, *grifo nosso*).

A mulher nas sociedades pré-capitalistas e capitalistas, ou melhor, quando a categoria trabalho se torna universal com a inclusão mulher – há mitos e descréditos em relação a ela, afirma-se inferioridade na força de trabalho e promove-se a competição entre homens e mulheres dentro do mercado de trabalho. Quando o homem não enxerga a totalidade histórica da inserção da mulher na sociedade, ele passa a vê-la como causa do seu desemprego. “A mulher não figura, assim, como uma usurpadora do trabalho masculino, mas como uma vítima do modo capitalista de produção” (SAFFIOTI, 2015, p. 76).

Importante salientar que para o homem vender sua mão de obra existe uma pessoa encarregada de todo o trabalho de reprodução social. Sendo este o trabalho com crianças, higiene, doméstico, cuidado com idosos, entre outros. Majoritariamente quem realiza este trabalho invisível são as mulheres, as quais não tem remuneração e/ou reconhecimento de tal atividade.

Ressalta-se que a mão de obra feminina é mais barata e explorada que a masculina, e isso se deve a dois fatores importantes e que estão inteiramente ligados: a dupla/tripla jornada de trabalho e a procura da mulher por trabalhos flexíveis, necessidade esta decorrente do primeiro fator. Nesse sentido, Saffioti (2015) utiliza exemplos ocorridos na Inglaterra

no século XIX, quando a mão de obra masculina foi substituída pela feminina por seu valor menor, o que resultava em maior percentual de lucro.

Como nas manifestações luditas da primeira metade do século XIX os operários ingleses depredam as máquinas tomando-as como responsáveis diretas pelo seu desemprego, os trabalhadores franceses de meio século depois centram na mulher uma hostilidade descabida, sem perceberem que, não ela, mas o sistema, gerava o desemprego (SAFFIOTI, 2015, p. 75).

Observa-se que as relações sociais e de gênero, desiguais, estão presentes em diversas áreas do sistema capitalista. Mas há aquelas que se podem visualizar de forma maximizada, principalmente quando enxergamos a mulher num contexto cada vez maior de empobrecimento dentro da sociedade capitalista. Essas desigualdades acabam por dar ênfase e colaborar com o sistema patriarcal. “A ideologia patriarcal, por sua vez, é forjada especialmente para dar cobertura a uma estrutura de poder que situa as mulheres muito abaixo dos homens em todas as áreas da convivência humana” (SILVA, 2012, p. 89).

Scott (1995) afirma que o patriarcado tem suas origens através das relações sociais desiguais existentes entre homens e mulheres. Os historiadores mantêm teorias que explicam esses problemas. A primeira teoria aponta que o patriarcado não mostra o que a desigualdade de gênero tem em relação a outros tipos de desigualdade. Uma segunda teoria trata da força física,

em relação à qual atualmente ainda existe uma comparação entre homem e mulher. O homem, por ter de maior força física que a mulher, acaba por se apropriar de mais espaços, principalmente no que se refere ao trabalho. “Qualquer diferença física assume um caráter universal e imutável, mesmo quando as teóricas do patriarcado levam em consideração a existência de mutações nas formas e nos sistemas de desigualdade de gênero” (SCOTT, 1995, p. 78).

Perrot (2005) constata que as mulheres sempre trabalharam, mas isso não quer dizer que elas tinham uma profissão. Aponta também que há um modelo quase biologicamente naturalizado das funções da mulher, sendo elas domésticas e maternais.

A noção de “profissão feminina” toma corpo, verdadeiramente, no século 19, em uma conjuntura geral de profissionalização, e, na França, em um equilíbrio demográfico favorável a convocação das mulheres. Uma reflexão, sobre a segmentação do mercado de trabalho se esboça, tendo Jules Simon e Paul Leroy-Beaulieu como testemunhas e porta-vozes de maneiras bem diferentes. O primeiro, muito restritivo ressalta a incapacidade das mulheres para o trabalho criativo – “elas não criam, mas reproduzem maravilhosamente; são copistas de primeira ordem” –, os perigos morais da fábrica e as vantagens de trabalho em domicílio, conciliador de todas as virtudes. Interprete do liberalismo moderno, o segundo insiste, ao contrário, na noção de “profissões próprias para as mulheres” e na possibilidade de aumentar o seu espectro pela formação e por um judicioso uso das aptidões do sexo. O setor terciário, sobretudo, lhe parece conveniente: a instrução – “as mulheres têm, instintivamente,

o conhecimento da infância” –, mas também, o comércio, os bancos, as repartições públicas, os correios e telégrafos. A feminização ponderada de certos setores permite uma melhor utilização das capacidades produtivas (PERROT, 2005, p. 254).

Sendo assim, há uma separação do que é o trabalho para o homem e para a mulher, fazendo assim uma segmentação sexual do trabalho, ou seja, uma divisão sexual do trabalho.

Perrot (2005) afirma que o termo “fazer carreira” não é algo que estava dentro das perspectivas das mulheres, principalmente na França. Para fazer carreira, as mulheres teriam que “abrir mão” do tão desejado casamento do século XIX.

Outrossim, é possível fazer uma comparação com os dias de hoje, já que as mulheres ainda têm menos horas de trabalho profissional que os homens. Isso é justificado pela dedicação, naturalização e responsabilização ante as atividades domésticas.

[...] As mulheres também querem ter acesso a uma profissionalização que lhes permitam transformar as “qualidades naturais” que lhes são atribuídas, em qualificações oficialmente registradas, única maneira de avaliá-las convenientemente. Em uma sociedade de exames, não existe nenhum outro caminho senão a passagem pelo ensino e a sanção de uma nota ou concurso (PERROT, 2005, p. 256).

Para ilustrar, Perrot (2005) cita a história do trabalho doméstico na Alemanha e na França nas duas guerras. A autora discute como “fazer uma dona de casa profissional”, transformando cozinha em laboratório e a dona de casa em

engenheiro tayloriano. Segundo a autora, isso era organizado por institutos na época, com o objetivo de manter as mulheres em casa e longe trabalho assalariado. Essa foi mais uma forma de manter as mulheres realizando o trabalho invisível e também desvalorizando o doméstico, sendo que tal situação dá margem para que o trabalho invisível não seja considerado um trabalho, mas sim uma ocupação sem remuneração.

Assim, nas sociedades pré-capitalistas, embora jurídica, social e politicamente seja a mulher inferior ao homem, ela participa do sistema produtivo; desempenha, portanto, um relevante papel econômico. Este papel, entretanto, na medida em que é menos relevante que o do homem, define-se como subsidiário no conjunto das funções econômicas da família. Enquanto a produtividade do trabalho é baixa (isto é, enquanto o processo de criação da riqueza social é extremamente lento), não se impõe à sociedade a necessidade de excluir as mulheres do sistema produtivo. Seu trabalho é ainda necessário para garantir a ociosidade das camadas dominantes. Todavia, o processo de sua expulsão do sistema produtivo já está esboçado na forma subsidiária assumida pelo seu trabalho. Tanto na economia Feudal quanto na economia de burgo, e sobretudo nesta última que prepara para o advento da economia urbana, fabril, o emprego da força de trabalho feminina encontra sérias barreiras. Impedindo a penetração das mulheres ou oferecendo-lhes as posições subalternas e menos compensadoras, as corporações de ofícios, mais do que a economia agrária da época medieval, conduzem o processo de marginalização das mulheres do sistema produtivo a uma etapa mais avançada (SAFFIOTI, 2015, p. 65).

Compreende-se então que estamos inseridos em uma sociedade patriarcal, ou seja, em que há preponderância masculina. O papel da mulher acaba por se tornar secundário. É um papel que quando submetido a esta exploração acaba por dar mais destaque, valoração e relevância ao homem na sociedade. Isto se deve ao trabalho invisível que a mulher realiza, uma vez que ela dedica tempo, energia e recursos em atividades domésticas e de cuidados que quase nunca são reconhecidas.

Saffioti (2015) dá ênfase à instauração de um novo sistema, uma vez que, na passagem da produção do modo feudal para o modo capitalista, foram grandes as mudanças que ocorreram na vida dos sujeitos. Enquanto no feudalismo estava implícito o modo de servidão e desigualdade. No capitalismo torna-se clara a divisão da sociedade em classes, assim como a exploração econômica e social de uma classe para com a outra. Também se sobressai a marginalização de alguns setores da população.

Segundo Saffioti (2015), é nesse momento que o sexo passa a intervir de forma efetiva na sociedade. Ele passa a intervir até mesmo de forma positiva, já que é nesse momento que a figura da mulher passa a fazer parte da sociedade competitiva dentro das classes sociais. Isso não muda o fato de que a sociedade capitalista continuou a colocar impasses e desigualdades à realização plena da mulher. Durante séculos, e ainda atualmente, a mulher é alvo de desigualdade social e econômica. Essa é uma das justificativas para se arrancar o máximo de mais-valia feminina, justificando assim a exploração da mão de obra, a intensificação da jornada de trabalho e os salários mais baixos em relação aos homens.

Marx (1988) define a força produtiva de acordo com a habilidade dos trabalhadores, o nível de desenvolvimento da ciência, a eficácia e as condições naturais. Neste último fator é que as mulheres acabam por sofrer exclusões, pois sempre foi definido que a condição natural de uma mulher está no cuidado, no carinho, no afeto, e não em seu desenvolvimento intelectual. Assim, o sexo feminino acaba por ser excluído por não ter todas as habilidades de um nato trabalhador homem.

Independentemente do contexto econômico, a mulher passa por situações de exploração de sua mão de obra. Mas, segundo Saffioti (2015), no contexto capitalista, a mulher vive num ângulo de marginalização. Este seria um contexto econômico no qual a mulher teria como se desenvolver social e economicamente, mas isso não foi possível porque, quando houve a ascensão do sistema capitalista, com ele emergiram as categorias – trabalho e o assalariamento.

No que tange ao processo de assalariamento do qual participam homens e mulheres, há que se verificar o modo específico em que este processo se desenvolve para representantes de um e de outro sexo e, de outra parte, não somente as contradições neles expressas, mas também a intensificação dessas contradições no trabalho feminino e suas repercussões nas diferentes subestruturas da sociedade (SAFFIOTI, 2015, p. 68).

Eis que existe uma contradição, pois o trabalho tem um significado social, econômico, identitário e até mesmo afetivo para o sujeito. Mas, ao mesmo tempo, a forma como

ele se desenvolve no contexto dessas subestruturas faz com que, durante todo o tempo, aconteçam questionamentos, contradições e alienações.

Saffioti (2015) considera que uma empresa tem o desejo e a necessidade de aumento de sua mais-valia. Para isso, se faz necessário ou que se tenha menor quantidade de empregados, ou menores salários pagos. Levando em consideração o histórico de submissão e exploração da mulher, isso acaba por elevar o montante de trabalho excedente. Ou seja, isso é mais uma forma de exploração e lucro.

Vale reiterar que, quando falamos em gênero, falamos do sexo masculino e feminino, mas quando tratamos de feminismo situamos as lutas para igualdade e para o fim da subordinação da mulher em relação ao homem e à sociedade machista e patriarcal na qual vivemos.

1.3 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO

Segundo a Organização Mundial do Trabalho (*apud* DIAS; MATOS; DUARTE, 2012, p. 9), mesmo com todas as tentativas para diminuir as desigualdades de gênero, levaria 475 anos para haver paridade entre homens e mulheres nas posições mais altas nos setores administrativos.

Hirata (2007) interpreta que, quando consideramos o debate sobre trabalho precário em âmbito internacional, pode-se compreender três indicadores para tal situação:

1) ausência de proteção social e de direitos sociais, inclusive de direitos sindicais: o trabalho informal nos países do Sul concerne a atividades realizadas sem proteção social (previdência social, aposentadoria), férias etc. O mesmo ocorre com um certo número de empregos do setor de serviços nos países do Norte (trabalhadores domésticos, faxineiras etc.); 2) horas reduzidas de trabalho, que resultam em salários baixos e que levam frequentemente à precariedade; por exemplo, uma mulher que trabalhe em tempo parcial, mesmo tendo um contrato por tempo indeterminado, pode ser considerada como alguém que exerce um trabalho precário; 3) níveis baixos de qualificação: a ausência de qualificação formal e a consequente baixa renda levam, em inúmeros casos, à precariedade e ao desemprego (HIRATA, 2007, p. 26).

Como exposto anteriormente, o trabalho precário acaba por fazer com que as pessoas tenham uma jornada de trabalho

parcial, ou seja, com menos horas de trabalho, o que leva a baixos salários. Dessa forma, sabe-se que as mulheres possuem uma dupla/tripla jornada de trabalho, pois sobre elas recai a responsabilidade do trabalho de reprodução social, sendo este, todo o trabalho invisível, doméstico, cuidado com os filhos, idosos e etc.

Biroli (2018) considera que as divisões sexuais já começam nos séculos XIX e XX, quando, por estratégia do patriarcado privado, considerou-se deixar a mulher em casa e privatizar seu trabalho, fazendo com que a mão de obra feminina se tornasse mais barata em relação à masculina. Ademais, considera-se que isso seja um dos fatores para as dificuldades na luta por direitos trabalhistas, tal como a equiparação salarial, e também na desigual designação de tarefas em cuidar dos filhos e do trabalho doméstico.

Hirata (2007) considera que os três indicadores marcam uma divisão sexual da precariedade, considerando que as mulheres têm quantidades de horas inferiores de trabalho em relação aos homens, como também níveis mais baixos na escala de qualificação. A autora cita ainda, como ponto de convergência entre os países de Norte ao Sul, um aumento significativo da inserção de mulheres em campos de trabalho de profissões intelectuais superiores, como advogadas, professoras universitárias, pesquisadoras e arquitetas. Do outro lado, há um crescente número de mulheres em ocupações “consideradas femininas”, como cuidadoras, enfermeiras, educadoras, serviços particulares, professoras, empregadas e faxineiras.

A intensificação do trabalho é, de modo geral, uma das consequências da flexibilização e da precarização do emprego, mesmo que se observem também causas ligadas ao processo de trabalho e às suas novas formas de organização em um sentido estrito. A intensificação do trabalho é, hoje em dia, a regra tanto no setor secundário quanto no terciário, entre os dirigentes e entre os empregados, seja no Japão, na França ou no Brasil. As consequências desta intensificação são duplas: de um lado, observam-se danos múltiplos à saúde física e psíquica dos trabalhadores (as); de outro, o aumento da distância entre os assalariados (as) e os desempregados e, de modo mais amplo, entre os trabalhadores e aqueles que se encontram sem emprego (HIRATA, 2007, p. 34).

Federici (2017) compreende que as mulheres são afetadas negativamente em todas as classes. Seja no sistema feudal ou no capitalista, as mulheres, de uma maneira ou de outra, foram exploradas e subordinadas ao domínio das classes. Quando se compara o sistema feudal com o capitalista, não se busca compreender em qual desses a mulher foi mais ou menos explorada, uma vez que foi no sistema capitalista que surgiu a categoria trabalho e, nesta categoria, o trabalho doméstico passou a não ser considerado mais como trabalho, por ser realizado gratuitamente dentro de suas casas. Ressalta-se assim que as formas de mandar eram igualitárias dentro do sistema feudal, visto que o senhor feudal tomava decisões tanto para os homens quanto para as mulheres. Era ele quem mandava no trabalho e nas relações sociais das mulheres. O senhor feudal também tinha o direito de decidir se uma viúva deveria se casar

novamente e até mesmo quem seria seu esposo. Em algumas regiões, o senhor feudal tinha até mesmo o direito sobre o corpo da mulher e poderia deitar-se com ela na noite de núpcias.

A dependência das mulheres em relação aos homens na comunidade servil estava limitada pelo fato de que, sobre a autoridade de seus maridos e de seus pais, prevalecia a autoridade dos senhores, que se declaravam em posse das pessoas e da propriedade dos servos e tentavam controlar cada aspecto de suas vidas, desde o trabalho até o casamento e a conduta sexual (FEDERICI, 2017, p. 52).

Visto assim, a exploração da mulher e de seu corpo acontecia mesmo antes de o capitalismo estar inserido como sistema econômico dominante. Mas, no que se refere à divisão sexual do trabalho, Federici (2017) afirma:

O trabalho no feudo era organizado com base na subsistência. Na aldeia feudal não existia uma separação social entre a produção de bens e a reprodução da força de trabalho: todo trabalho contribuía para o sustento familiar. As mulheres trabalhavam nos campos, além de criar os filhos, cozinhar, lavar, fiar e manter sua horta; suas atividades domésticas não eram desvalorizadas e não supunham relações sociais diferentes das dos homens, tal como ocorreria em breve na economia monetária, quando o trabalho doméstico deixou de ser visto como um verdadeiro trabalho (FEDERICI, 2017, p. 53).

Bezerra (2014) pontua que foi a partir da revolução industrial que a figura da mulher passa a ter mais visibilidade, assim

como a dupla opressão que elas vivem. Mesmo com a mão de obra assalariada elas continuavam responsáveis pelos trabalhos domésticos.

A Política Neoliberal, o ascenso dos movimentos sociais que incendiaram a Europa e a rápida inserção das mulheres no mercado de trabalho desde a década de 1950 nos países ocidentais centrais, que se intensificaram e espalharam por diversas regiões do mundo na década de 1970, formavam o contexto em que surgiu o conceito de Divisão Sexual do Trabalho. Estas transformações provocadas pela crise do Modo de Produção do Capital nos anos de 1970 suscitaram negativas repercussões na vida das mulheres, pois intensificaram a tendência à precarização das condições do trabalho remunerado, assim como aumentaram o montante de trabalho doméstico realizado pelas mulheres, devido à redução de gastos do Estado com as Políticas Sociais (BEZERRA, 2014, p. 52).

Ainda segundo Bezerra (2014), tais situações fizeram ressurgir o movimento feminista francês na década de 1970, que era contestatório. Foi a partir daí que se desencadeou o estudo da divisão sexual do trabalho, que se apresentava enquanto conceito analítico em diversas disciplinas.

O Movimento Teórico-político Feminista impulsionou o surgimento de diversos estudos sobre a temática e em pouco tempo formularam-se “as bases teóricas desse conceito” (idem, *ibidem*). A partir da realidade material, questionava-se a estrutura da divisão do trabalho entre os sexos, o montante de trabalho doméstico realizado de graça e

as razões naturalizantes que encobriam a opressão das mulheres a esse tipo desvalorizado de trabalho (BEZERRA, 2014, p. 52).

Ademais, Bezerra (2014) pontua que a divisão sexual do trabalho compreende o trabalho da produção e das reproduções sociais, devido às transformações que ocorrem no mercado capitalista no século XX. O mercado sofre transformações em sua organização e no sistema de assalariamento.

No entanto, a estrutura familiar ou reprodutiva apesar de ter sofrido modificações na forma como se apresentam, permaneceram estruturadas sob a mesma base material de opressão dos homens sobre as mulheres, ou seja, sob o imperativo da Divisão Sexual do Trabalho típica do sistema capitalista – racista – patriarcal (BEZERRA, 2014, p. 53).

Biroli (2018) acrescenta que foi em meados do século XIX e XX que se caracterizaram algumas lutas feministas, das quais resultaram o direito ao voto, à propriedade, à educação e o de deixar um casamento. Através dessas conquistas, pôde-se ter um contexto favorável para o acesso ao trabalho remunerado e, conseqüentemente, para a independência da mulher.

Para uma abordagem da divisão sexual do trabalho, tem-se a necessidade de entendimento do trabalho e do trabalho feminino. Além da compreensão de como as desigualdades acabam por contribuir nas relações de poder que existem numa sociedade capitalista e patriarcal.

Biroli (2018) compreende que trabalhar a divisão sexual do trabalho significa adentrar num contexto que historicamente é deferido o que é trabalho de mulher, competência de mulher e lugar de mulher. É necessária a compreensão dessas divisões para entender as hierarquias de gênero, classe e raça, uma vez que a percepção de quem somos no mundo, o que representamos e quais são os nossos papéis está atrelada à divisão sexual do trabalho. Ainda há de se destacar que é na divisão sexual do trabalho que acontecem as definições de trabalho para as mulheres, das quais os homens são liberados.

Com todas as transformações que ocorreram nas últimas décadas, as mulheres continuam a dedicar mais tempo às tarefas domésticas e a ter rendimentos médios menores do que os homens pelo trabalho desempenhado fora de casa (BIROLI, 2016, p. 720).

Com o decorrer do tempo, mesmo as mulheres tendo um maior acesso à educação, ao ensino superior e ao mercado de trabalho, isso pouco significou no que se refere à divisão das tarefas domésticas e à igualdade de tempo em relação ao homem no trabalho fora de casa.

O ingresso das mulheres no mundo econômico não equilibra as funções atribuídas aos sexos, ao contrário, reforça as desvantagens vividas pelas mulheres que atualmente compartilham com os homens, de forma equânime ou não, a provisão financeira da família juntamente com a responsabilidade da esfera reprodutiva. A saída do lar e as conquistas cada vez mais visíveis no âmbito público

representaram uma revolução incompleta, uma vez que as mulheres ainda assumem praticamente sozinhas as atividades do espaço privado, o que perpetua uma desigual e desfavorável divisão sexual do trabalho para elas (SOUSA e GUEDES, 2016, p. 125).

Sousa e Guedes (2016) compreendem que a não consideração dos afazeres domésticos como trabalho ocultou por muito tempo relações assimétricas e de poder. O trabalho doméstico era um dos vínculos do casamento no qual estavam inclusos a subalternidade e a opressão entre os sexos. Para o homem ficava a responsabilidade financeira e para as mulheres, o cuidado com a casa e a criação dos filhos.

A realização desse trabalho gratuito “ao longo da vida inteira” como se diz da formação hoje, fora do contexto coercitivo (escravidão, servidão etc.), coloca um problema ao sociólogo, notadamente quando: 1) admite-se que se trata efetivamente de trabalho (pois pode-se dizer que não se trata de trabalho, mas de serviços prestados em troca de compensações afetivas, materiais, simbólicas; ou que se trata do resultado de negociações no interior do casal, o que pressupõe necessariamente interação e reciprocidade etc.); 2) postula-se que se trata de amor (pois pode-se dizer que não se trata de sentimento amoroso mas de uma lógica interiorizada, de normas e papéis socialmente impostos, de alienação etc.; ou, do ponto de vista do sujeito, de escolhas estratégicas etc.) (HIRATA, 2004, p. 44).

Sousa e Guedes (2016) justificam a permanência da responsabilidade das mulheres no trabalho doméstico pela

relação entre produção e reprodução, que se materializa entre trabalho remunerado e trabalho não remunerado e nas relações sociais entre os sexos. Dessa forma, naturalizou-se o trabalho remunerado como sendo o do homem e o não remunerado como sendo o de mulher.

Essa oposição entre o masculino e o feminino, no entanto, vem sendo colocada em xeque à medida que as mulheres ocupam mais funções ditas masculinas no mercado de trabalho e na vida pública e os guetos femininos passam também a ser ocupados por homens. Vale ressaltar que o adensamento de mulheres nos espaços historicamente masculinos não significa alteração na essência da divisão social do trabalho, pois ainda há hierarquização do trabalho masculino como de maior valor do que o trabalho feminino (SOUSA e GUEDES, 2016, p. 126).

Biroli (2018) relata que foi nas últimas décadas do século XX que o perfil de acesso das mulheres brasileiras ao trabalho remunerado e à educação teve uma alteração significativa.

[...] Entre 1970 e o início do século seguinte, o percentual de mulheres economicamente ativas passou de 18,5% para cerca de 55%, tendo alcançado um teto de 59% em 2005. Modificaram-se assim, os ritmos e as feições da vida cotidiana. A posição delas se modificou, também, no acesso à escolarização. Hoje têm, em média, mais tempo de educação formal do que os homens, passando a ser maioria entre as pessoas matriculadas no ensino superior. Apesar disso, a diferença entre o rendimento médio das mulheres e o dos

homens permanece em torno de 25%, e a profissionalização não garantiu acesso igualitário às diferentes ocupações. Em todos os casos, é na conjugação entre gênero, classe e raça que as posições relativas se estabelecem de fato. Na pirâmide de renda e no acesso a postos de trabalho, à escolarização e a profissionalização, as mulheres brancas estão mais próximas de oportunidades dos homens brancos e apresentam vantagens em relação aos homens negros. São as mulheres negras, acompanhadas de seus filhos, que integram a faixa mais pauperizada da população (BIROLI, 2018, p. 22).

Sendo assim, percebemos que nas últimas décadas o cenário de desigualdade entre homens e mulheres vem se modificando e se caracterizando cada vez mais como um cenário de igualdade de gênero. Por isso, quando se trata da mulher negra, as relações de oportunidades de gênero não são as mesmas. Como já mencionado, a divisão sexual do trabalho também se divide em classe e raça.

Nesse caso, a concentração de renda é um componente incontornável das hierarquias, embora não suspenda os padrões de gênero na responsabilização pelo trabalho doméstico e no acesso a ocupações. O ponto aqui é que as desvantagens que atingem as mulheres não são suficientes para que se faça delas um grupo minimamente homogêneo. Nessa dinâmica, gênero, raça e classe organizam conjuntamente sua vivência. Em outras palavras, o gênero não se configura de maneira independente em relação à raça e à classe social, nem é acessório relativamente a essas variáveis (BIROLI, 2016, p. 720).

Ademais, gênero, raça e classe acabam por caminhar juntos na luta por igualdade e transformações, uma vez que são as mulheres, pobres e negras, que sofrem cada vez mais os impactos relacionados à desigualdade no cenário brasileiro.

Biroli (2018) considera ainda que a divisão sexual do trabalho não afeta somente as mulheres, mas também os homens. A autora relaciona a posição de classe e o racismo estrutural que estão presentes. São as mulheres brancas que estão mais próximas da igualdade dos homens brancos, apresentando vantagem em relação aos homens negros e às mulheres negras. Confirma-se assim:

[...] Quando se observa a distribuição, na população, do trabalho precarizado, as mulheres negras estão na posição de maior desvantagem. Elas são 39% das pessoas que exercem esse tipo de trabalho, seguidas pelos homens negros (31,6%), pelas mulheres brancas (27%) e, por fim pelos homens brancos (20,6%). Se acrescentarmos entre esses dados o fato de que 98% das pessoas que exercem trabalho doméstico remunerado são mulheres e que, entre estas, muitas estão inseridas em relações precarizadas de trabalho, teremos um dos eixos em que a divisão sexual do trabalho se funde com as hierarquias entre mulheres, permitindo padrões cruzados de exploração (BIROLI, 2018, p. 22).

Dada tal visão, compreende-se a necessidade de entender classe social e gênero. A hierarquia e a desigualdade de gênero existem em diferentes classes sociais e de formas diferentes, uma vez que as mulheres burguesas conseguem explorar o

trabalho dos homens e mulheres proletárias(os) e negras(os). Também deve-se considerar que as mulheres de classes sociais baixas acabam por sofrer maiores formas de responsabilização do trabalho doméstico, visto que as mulheres de classes médias e altas conseguem terceirizar essa atividade. Mas isso não quer dizer que não há desigualdade e responsabilização das mulheres em todas as classes sociais quando se fala do trabalho invisível.

Como gênero é um aspecto central da divisão do trabalho, tal abordagem faz com que as preocupações feministas se tornem nativas de qualquer descrição bem informada do mundo social. Afinal, a divisão sexual do trabalho – ou “divisão do trabalho por gênero”, como prefere Young – foi a primeira forma histórica da divisão do trabalho. As divisões posteriores, como entre trabalho manual e intelectual, são transformações dentro da divisão primária por gênero. Em suma, conclui a autora, a divisão do trabalho não explica toda a situação das mulheres em uma determinada sociedade, mas qualquer explicação deve passar por ela (YOUNG, 1981, p. 53 *apud* MIGUEL, 2017, p. 1232).

Biroli (2018) constata que a divisão sexual do trabalho produz o gênero, mesmo que isso não aconteça de forma isolada. A autora destaca que a divisão sexual do trabalho acaba por ser a base para a opressão das mulheres: o gênero, desta forma, aparece como fator primordial para a exploração do trabalho das mulheres e para a vulnerabilidade que recai sobre elas.

Do mesmo modo, a divisão sexual do trabalho não se organizou historicamente segundo um padrão único. Os padrões variam quando se considera a posição de diferentes mulheres (e homens), levando em conta as relações de classe e de raça (BIROLI, 2018, p, 37).

Sendo assim, ressalta-se que as formas de exploração são diversificadas. Uma mulher negra e pobre acaba por sofrer diferentes e intensas formas de exclusão e exploração, em comparação com uma mulher classe média, ou rica e branca. Compreende-se então que a desigualdade acaba por ser de gênero, classista, sexista e ainda em relação à nacionalidade⁵ das pessoas, neste caso, das mulheres.

O termo divisão “sexual do trabalho” aplica-se na França a duas acepções de conteúdos distintos. Trata-se, de um lado, de uma acepção sociográfica: estuda-se a distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões, e as variações no tempo e no espaço dessa distribuição; e se analisa como ela se associa à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos. Esse tipo de análise foi e continua sendo indispensável: por exemplo, a construção de indicadores confiáveis para medir a igualdade profissional homens/mulheres é um verdadeiro desafio político na França. Mas, a nosso ver, falar em termos de divisão sexual do trabalho deveria permitir ir bem além da simples constatação de desigualdades. E aqui se chega à segunda acepção, segundo a qual

5 Importante salientar que as mulheres migrantes também sofrem desigualdades em relação as mulheres que estão no mesmo território em que nasceram. Como também há desigualdades latentes em relação as mulheres trans quando comparadas as mulheres cis e também em relação a sua orientação sexual.

falar em termos de divisão sexual do trabalho é: 1. mostrar que essas desigualdades são sistemáticas e 2. articular essa descrição do real como diferenciação para hierarquizar as atividades, portanto os sexos, em suma para criar um sistema de gênero (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 596).

De acordo com Hirata e Kergoat (2007), houve uma tomada de consciência em relação à opressão, que deu início ao movimento das mulheres, tornando evidente que uma enorme quantidade de trabalho era realizada pelas mulheres de forma gratuita, e não sendo para elas próprias, mas sim para os outros. Este trabalho é invisível e imperceptível e sempre realizado em nome da natureza, ou seja, do amor, da fraternidade, daquilo que supostamente “nasceu com a mulher”. Desta forma, o não reconhecimento do trabalho da mulher e a naturalização de sua obrigação passaram a se tornar um impasse para as mulheres. Pouco a pouco, essa problematização passou a ser analisada nas ciências sociais (os primeiros trabalhos sendo citados entre 1985 e 1998).

[...]. Pouco a pouco, as análises passaram a abordar o trabalho doméstico como atividade de trabalho tanto quanto o trabalho profissional. Isso permitiu considerar “simultaneamente” as atividades desenvolvidas na esfera doméstica e na esfera profissional, o que abriu caminho para se pensar em termos de “divisão sexual do trabalho”.

Assim, inicialmente, a divisão sexual do trabalho tinha o estatuto de articulação de duas esferas. Porém, essa noção de articulação logo se mostra insuficiente, o que nos levou a um segundo nível de análise: a conceitualização dessa relação social recorrente entre o grupo dos homens e das mulheres. Essa foi a origem do que nós, francesas, chamamos de “relações sociais de sexo” [...] (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 598).

Hirata e Kergoat (2007) nos mostram que o conceito de divisão sexual do trabalho tem sua origem na França. Por isso, fica implícita a necessidade de se trabalhar os conceitos de relações sociais de sexo⁶, já que um é indissociável à teorização do outro. Foi esse movimento na França que fez com que se repensassem o trabalho e suas categorias, tais como sua produção e reprodução na sociedade.

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa fórmula é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária os homens à esfera produtiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc. (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

Após essa definição conceitual, Hirata e Kergoat (2007)

6 Nesta pesquisa, perpassa-se pelo conceito de Relações Sociais de Sexo de forma breve, já que esse não é foco do trabalho.

buscam distinguir claramente os princípios da divisão sexual do trabalho e suas modalidades.

A forma particular da divisão sexual do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio da separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados que remetem ao destino natural da espécie (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

Esses dois princípios, o de separação e o hierárquico, fazem-nos distinguir e compreender a valoração e a segmentação dos papéis femininos na sociedade. Mesmo depois de conquistas femininas no mercado de trabalho, os trabalhos considerados pesados ainda remetem à figura masculina e os trabalhos delicados e frágeis são das mulheres. Quando se rompe essa lógica, ainda há resistência para sua aceitação. Referente ao princípio hierárquico, basta considerarmos que o trabalho doméstico não tem valoração alguma e é naturalizado como sendo da mulher.

A posição das mulheres nas relações de trabalho caracteriza-se por formas de exploração de gênero e patriarcado, a qual “trata-se de um conjunto variado de abordagens, atravessado pelo problema da correlação entre divisão do trabalho

doméstico não remunerado, a divisão do trabalho remunerado e as relações de poder nas sociedades contemporâneas” (BIROLI, 2018, p. 27).

Hirata e Kergoat (2007) afirmam que os princípios de separação e hierarquia encontram-se em todas as sociedades e são legitimados pela ideologia naturalista. Consideram ainda que a divisão sexual do trabalho pode variar no tempo e no espaço, mas são estáveis na distância entre os grupos de sexo. “Esta análise deve tratar dessa distância, assim como das ‘condições’, pois, se é inegável que a condição feminina melhorou, pelo menos na sociedade francesa, distância continua insuperável” (HIRATA e KERGOAT, 2007. p. 600).

A divisão sexual do trabalho tem caráter estruturante, ou seja, ela não é a expressão de escolhas das mulheres e dos homens. São as estruturas de responsabilização desiguais dos trabalhos domésticos que fazem com que existam condições favoráveis a essa reprodução social. Essas estruturas incitam julgamentos biológicos e naturais (uma vez que consideram ações e aptidões naturais para homens e mulheres). Quando se fundamentam esses papéis na sociedade e na vida dos sujeitos, alimenta-se essa estrutura e, assim, passa-se a garantir essa reprodução desigual dos papéis (BIROLI, 2018).

Por isso entendo que a divisão sexual do trabalho é produtora do gênero ainda que não seja isoladamente. Ela compõe as dinâmicas que dão forma à dualidade feminino-masculino, ao mesmo tempo que posiciona as mulheres diferente e desigualmente segundo classe e raça (BIROLI, 2018, p. 44).

A reprodução social que recaí sobre as mulheres, que hoje em dia possuem duplas e triplas jornadas de trabalho, está inteiramente ligada ao processo de naturalização das funções mulher-homem. Ou seja, a mulher desde criança é educada para ser afetuosa, cuidadora etc.. E o menino desde criança é educado para ser provedor, protetor e etc.. Dessa forma, conseguimos compreender o quanto a divisão sexual do trabalho acaba por produzir o gênero, uma vez que é nesse processo que se identificam quais os papéis que mulheres e homens devem ocupar na sociedade.

Quando se considera essa lógica naturalista dos papéis da mulher e do homem, acabamos por incorporar a responsabilidade do sustento da família aos homens e do cuidado do lar e dos filhos às mulheres. Essa divisão de responsabilidades é prejudicial tanto ao homem quanto à mulher.

[...] O patriarcado, como sistema político, consistiria numa estrutura de exploração do trabalho das mulheres pelos homens. Seu núcleo, nessa perspectiva, é a divisão sexual do trabalho, em que se configurariam dois grupos (ou classes): as mulheres, que têm sua força de trabalho apropriada, e os homens que se beneficiam coletivamente desse sistema (BIROLI, 2018, p. 28).

Silva (2012) considera que a divisão sexual do trabalho é uma das expressões das desigualdades relacionadas ao sistema patriarcal. A figura masculina tem um papel no qual predominam as atividades ditas como mais importantes; já a feminina tem sua função atrelada ao trabalho doméstico.

Na prática, existe um papel hierárquico do homem sobre a mulher, que reflete a relação de opressão e dominação que ainda se vive no contexto atual. A lógica de feminilidade que perpassa o cotidiano das mulheres configura um motivo para o processo discriminatório da mulher no campo do trabalho, o que reforça as relações de exploração que estas sofrem. Ocorre uma naturalização dessa reprodução patriarcal até mesmo nos dias de hoje na sociedade contemporânea.

Silva (2012) pontua que a conexão entre patriarcado e capitalismo condiciona as formas de exploração do trabalho das mulheres, o que acaba por remeter à divisão sexual do trabalho. O resultado é a fragmentação entre trabalhos para mulheres e trabalhos para homens, sendo que os trabalhos realizados por eles agreguem mais valor do que os realizados por elas. O crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho não significa que elas tenham se emancipado, pois atualmente ainda persistem relações de subordinação que condicionam sua atuação. Por um lado, vivemos num contexto econômico capitalista no qual a visão lucrativa está implícita, fazendo com que haja setores específicos para as mulheres no mercado de trabalho. Por outro lado, a segmentação faz que ocorra a exploração de sua força de trabalho.

Biroli (2018) coloca como ponto central a diferenciação entre trabalho remunerado e trabalho não remunerado. Para a autora, o trabalho não remunerado se refere ao cuidado dos filhos e dos serviços domésticos, deixando assim os homens livres para o trabalho remunerado. “São elas apenas que fornecem esse tipo de trabalho gratuitamente, e essa *gratuitude* se define

numa relação: o casamento. É nele que o trabalho gratuito das mulheres pode ser caracterizado como não produtivo [...]” (BIROLI, 2018, p. 28, *grifo da autora*).

Biroli (2018) ressalta também como o casamento acaba por condicionar a mulher a um papel exploratório dentro da sociedade capitalista. Os trabalhos domésticos tornam-se gratuitos dentro de um casamento, já que não têm valor dentro da casa. Quando necessários fora, passam a agregar valor econômico.

Ainda segundo a autora, os limites dessa exploração não acabam no divórcio, uma vez que, depois do término do casamento, grande parte das mulheres torna-se responsável pelos filhos. As obrigações adquiridas durante o casamento fazem com que elas percebam a apropriação de seu trabalho, por meio dos limites na sua formação e profissionalização e da responsabilização pelos filhos mesmo quando o casamento chega ao fim (BIROLI, 2018).

Para aprofundar o conceito de divisão sexual do trabalho, precisamos compreender também o processo de relação social de sexo, o qual, segundo Devreux (2005), foi um conceito elaborado na França a partir dos anos de 1980:

O ponto mais importante reside na acentuação do fato de que as relações entre os homens e as mulheres constituem uma relação social. O gênero diz mais das categorias, da categorização do sexo que, para mim, é o resultado da relação, uma das modalidades pelas quais a relação social entre os sexos se exprime, mas não toda a relação. No sentido marxista, uma relação social é uma oposição

estrutural de duas classes com interesses antagônicos. Com o estudo das relações sociais de sexo assistimos a um enriquecimento do marxismo (DEVREUX, 2005, p. 562).

Cisne e Santos (2018) consideram que a divisão sexual do trabalho decorre das relações sociais de sexo. É através das relações sociais que se perpassam as divisões, desde a infância, na divisão sexual dos brinquedos, e, posteriormente, na divisão da força de trabalho e na divisão sexual da política e do poder.

Devreux (2005) traz questionamentos referentes aos conceitos gênero e relação social de sexo, afirmando que este último pode ser dividido em três modalidades: divisão sexual do trabalho, divisão sexual do poder e categorização do sexo.

Essas três modalidades de divisão e de hierarquização dos homens e das mulheres, de sua atividade de trabalho, de seu poder e dos valores ligados a ambos constituem a relação social de sexo ela mesma, propriamente falando. Conjuntamente, essas três modalidades constituem a relação social de sexo (DEVREUX, 2005, p. 567).

Deve-se considerar que muito se caminhou ao longo dos anos no que se refere aos direitos das mulheres em relação aos homens, mas há uma distância muito grande para se chegar à igualdade. Os fatores que mais influenciam nesse aspecto são o tempo livre e a renda, uma vez que o homem não tem a “responsabilidade do trabalho doméstico” como as mulheres (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Quando estudamos a divisão sexual do trabalho, estamos

discutindo como o trabalho da mulher acaba por ser diferenciado em relação ao do homem, isto é, desvalorizado em relação a este. Assim, Devreux (2005) expressa que a divisão sexual do trabalho perpassa toda a sociedade e, desta forma, articula os campos do trabalho produtivo e do trabalho reprodutivo.

Como mencionado, Hirata e Kergoat (2007) elucidam que o termo “divisão sexual do trabalho” tem sua origem na França nos anos 1970, com o impulso dos movimentos feministas. A divisão sexual se dá em relações profissionais e dentro do contexto doméstico. Sendo assim, caracteriza-se a dupla jornada de trabalho da mulher, na qual ela tem o trabalho público (profissional) e o trabalho privado (doméstico).

A presença das mulheres no mercado de trabalho coloca novas facetas à questão das tarefas domésticas – que continuam sendo responsabilidade delas. Permanece a transferência de trabalho de mulheres para homens e a dupla jornada significa que há um fardo desigualmente distribuído. Mas há também o impacto na posição feminina no trabalho assalariado (MIGUEL, 2017, p. 1232).

Segundo Dias, Matos e Duarte, (2012) as relações de gênero são profundamente desiguais e são as mais diversas em todo o mundo, seja na vida cotidiana ou no trabalho. O valor do trabalho atribuído de forma diversificada para homens e mulheres é um exemplo disso, vivenciado em muitos países.

Sabe-se ainda que tais relações assimétricas são baseadas em

dimensões tradicionais e estereotipadas da divisão sexual do trabalho e continuam a organizar nossas relações. Ainda que seja verdade que homens e mulheres vêm participando de atividades produtivas (às vezes idênticas) no mercado de trabalho, é importante reconhecer as segregações em determinadas ocupações e as desigualdades inaceitáveis em termos de salários, por exemplo (DIAS; MATOS; DUARTE, 2012 p. 9).

Para Sousa e Guedes (2016), a mulher, mesmo tendo inserção no mercado de trabalho, não se livra nem ao menos passa a dividir de forma igualitária o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos com o homem ou com seu cônjuge. A relação entre mulher e trabalho mudou à medida que sua jornada de trabalho duplicou.

Importante considerar que a inserção da mulher no mercado de trabalho foi uma conquista que favoreceu sua independência financeira e sua identificação no trabalho para além das atividades domésticas. Ao mesmo tempo, não resolveu a sobrecarga de trabalho doméstico que a mulher enfrenta há séculos.

Outrossim, Souza e Guedes (2016) correlacionam dois termos: o trabalho público e o privado. Esta divisão nada mais é do que a separação do trabalho entre homem e mulher. O trabalho público é o trabalho do homem, remunerado, visualizado e valorizado, enquanto o trabalho privado é o da mulher, invisível, doméstico, sem valor, quando visto é apenas por ela, seu cônjuge e filhos. Por sua grande carga de trabalho em casa, as mulheres acabam por trabalhar menos horas em

relação aos homens no trabalho público.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios – Pnad/IBGE, referentes as horas trabalhadas por homens e mulheres no ano de 2004 e 2014, mostram que o tempo remunerado é de no mínimo 5 horas a menos (isso no ano de 2014) para as mulheres, uma vez que elas tem tempo restrito para dedicação ao trabalho fora de casa.

TABELA 1: HORAS TRABALHADAS PROFISSIONALMENTE POR SEMANA EM CADA REGIÃO BRASILEIRA NO ANO DE 2004.

Região	Masculino	Feminino	Diferença
Sul	44,87	36,04	-8,83
Sudeste	44,91	37,32	-7,59
Nordeste	41,69	32,15	-9,54
Centro-Oeste	46,43	36,45	-9,98
Norte	43,30	33,86	-9,44
Media	44,24	35,16	-9,08

Fonte: Souza, Guedes, 2016, p. 136.

Organização: os autores.

**TABELA 2: HORAS TRABALHADAS PROFISSIONALMENTE
POR SEMANA EM CADA REGIÃO BRASILEIRA NO ANO DE 2014**

Região	Masculino	Feminino	Diferença
Sul	42,5	36,59	-5,91
Sudeste	42,67	37,05	-5,62
Nordeste	39,34	32,08	-7,26
Centro-Oeste	43,13	36,82	-6,31
Norte	40,26	33,45	-6,81
Média	41,58	35,20	-6,38

Fonte: Souza, Guedes, 2016, p. 136.

Organização: os autores.

A região Nordeste do Brasil se destaca por ser a região onde as mulheres têm menos tempo para o trabalho pago. A região Centro-Oeste foi a que, durante esses dez anos de análise, registrou a maior conquista para as mulheres; a diferença em 2004 era de quase 10 horas a menos de trabalho remunerado em relação ao homem; em 2014, a diferença era de 7 horas a menos trabalhadas por semana.

Aqui fica claro o que destacaram Hirata e Kergoat (2007) e Sousa e Guedes (2016) sobre o trabalho de homens e mulheres: a relação da dupla jornada da mulher acaba por afetar diretamente sua remuneração, visto que o trabalho doméstico consome tempo, fazendo com que ela se dedique menos ao trabalho público em relação ao homem.

Sousa e Guedes (2016) analisam também, através dos dados Pnad/IBGE, as horas de afazeres domésticos entre homens e mulheres nos anos de 2004 e 2014:

**TABELA 3: HORAS DE TRABALHO DOMÉSTICO POR SEMANA
EM CADA REGIÃO BRASILEIRA NO ANO DE 2004**

Região	Masculino	Feminino	Diferença
Sul	10,39	26,10	15,71
Sudeste	11,14	26,71	15,57
Nordeste	11,22	29,25	18,03
Centro-Oeste	9,85	25,52	15,67
Norte	10,55	24,60	14,05
Média	10,63	26,44	15,81

Fonte: Souza, Guedes, 2016, p. 136.

Organização: os autores.

**TABELA 4: HORAS DE TRABALHO DOMÉSTICO POR SEMANA
EM CADA REGIÃO BRASILEIRA NO ANO DE 2014**

Região	Masculino	Feminino	Diferença
Sul	10,51	23,51	13,00
Sudeste	10,91	25,05	14,14
Nordeste	11	27,01	16,01
Centro-Oeste	10,57	24,48	13,91
Norte	11,58	24,23	12,65
Média	10,914	24,86	13,94 ⁷

Fonte: Souza, Guedes, 2016, p. 136.

Organização: os autores.

No ano de 2004, a maior diferença era da região Nordeste, onde as mulheres acabavam por trabalhar mais de 18 horas semanais em serviços domésticos em relação aos homens. Em 2014, após dez anos, a diferença média diminuiu apenas 2

7 Os dados da referente pesquisa foram retirados do artigo “A desigual divisão do trabalho: um olhar sobre a última década”, de Luana Passos de Sousa e Dyeggo Rocha Guedes, do ano de 2016, mas as análises referentes a estes dados correspondem a interpretação própria.

horas, ou seja, eram 16 horas de serviço doméstico a mais para as mulheres.

Souza e Guedes (2016) destacam ainda que a dedicação dos homens é maior que a das mulheres no trabalho público, mas isso se deve à obrigatoriedade que elas têm no trabalho doméstico. Podemos acrescentar que, muitas vezes, as mulheres acabam por sofrer a precarização do trabalho por aceitarem atividades informais, com mais flexibilidade de horários em seu trabalho público, a fim de ter maior dedicação ao trabalho doméstico. Essa não consideração dos afazeres domésticos como trabalho silenciou, e ainda silencia, por muito tempo, a dupla jornada de trabalho das mulheres na sociedade.

Histórica e culturalmente, especialmente dentro da sociedade capitalista, sempre coube à mulher a responsabilidade pelos cuidados com a casa e com a família, independentemente de sua idade, condição de ocupação e nível de renda. O trabalho doméstico recaía sobre as mulheres com base no discurso, vivo até hoje, da naturalidade feminina para o cuidado. Essa atribuição social do cuidado ao feminino, primeiramente, limitou a vida das mulheres ao espaço privado, e posteriormente, com transformações socioeconômicas e a busca de independência feminina, marcou desvantagens em relação aos homens na atuação econômica e social (SOUZA, GUEDES, 2016, p. 125).

Como mencionado anteriormente, a figura da mulher historicamente remete a algo frágil, dócil e delicado. Consequentemente, suas funções estão atreladas ao cuidado e

ao amor, já o homem possui a figura do cuidador, provedor e responsável. Suas atribuições se dão por essas “características” que a figura masculina apresenta.

Dentro desse contexto é importante considerarmos a análise sobre gênero e os afazeres domésticos e/ou cuidado de pessoas. Esses dados foram obtidos através do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), que considerou as horas semanais dedicadas ao trabalho doméstico e ao cuidado de pessoas segundo o seu gênero.

TABELA 5: MÉDIA DE HORAS DEDICADAS AOS AFAZERES DOMÉSTICOS E/OU AOS CUIDADOS DE PESSOAS (HORAS SEMANAIS).

SEXO/OCUPAÇÃO	HORAS SEMANAIS					
	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
HOMEM						
Ocupado	10,4	10,8	10,0	10,7	10,7	9,3
Não ocupado	12,1	12,1	11,1	12,6	13,2	10,9
MULHER						
Ocupada	18,5	18,4	19,1	18,8	17,7	16,8
Não ocupada	24,0	22,2	23,6	25,4	22,9	21,4

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia Estatística.

A partir dos dados divulgados no ano de 2020, consegue-se fazer uma importante problematização. De forma geral, percebe-se que a mulher trabalha praticamente o dobro do tempo, em relação ao homem, quando ambos não têm outra ocupação além do trabalho doméstico. São 12,1 horas semanais para o homem, contra 24 horas semanais para a mulher. Quando ambos possuem outra ocupação, além do trabalho doméstico, a conclusão não deixa de ser estarrecedora: 10,4 horas para os

homens, contra 18,5 horas para as mulheres.

Com os dados mais recentes, percebe-se a sobrecarga da mulher em relação ao trabalho doméstico. Mesmo quando ambos possuem uma ocupação, a mulher trabalha 8,1 horas a mais que o homem nesta atividade. Desta forma, verifica-se o quanto a naturalização dos papéis acaba por influenciar o tempo e a demanda de trabalho da mulher em relação ao ambiente doméstico.

A divisão sexual do trabalho se constitui no paradigma em que existe o trabalho do homem e o trabalho da mulher, assim como funções que cada um deve desempenhar, tanto historicamente quanto contemporaneamente. As mulheres são marcadas por segmentos, divisões e desvalorizações de sua figura para o mercado formal de trabalho.

A divisão sexual do trabalho nos traz concepções de que o homem tem um valor social maior em relação à mulher. Isso se deve aos princípios de separação que predominam, que afirmam existir trabalhos para homens e trabalhos para mulheres, com papéis definidos através da ideologia naturalista, a qual rebaixa o gênero ao sexo biológico.

A divisão sexual do trabalho está ancorada na naturalização de relações de autoridade e subordinação, que são apresentadas como fundamentadas na biologia e/ou justificadas racialmente. Em conjunto, restrições que se definem pelo gênero, pela raça e pela classe social conformam as escolhas, impõe desigualmente as responsabilidades e incitam a determinadas ocupações enquanto bloqueiam ou dificultam o acesso a outras (BIROLI, 2016, p. 737).

Outrossim, a citação acima é importante para considerarmos que as diferenças de gênero existem, mas elas podem intensificar-se quando atravessam a questão de raça e classe. As diferenças dentro do gênero intensificam-se quando consideramos as questões históricas, as condições e a precarização de uma mulher, por ser negra e pobre. Por isso, não há como discutir gênero sem levar em conta a questão da mulher negra e pobre.

A mulher no mercado de trabalho é uma expressão de conquistas ao longo dos anos, mas devemos considerar que esta inserção trouxe a elas a dupla jornada de trabalho. Mesmo com todas as lutas feministas e por igualdade, a mulher conseguiu sua integração ao mercado de trabalho, mas não deixou de ter o trabalho doméstico agregado à sua obrigação.

Saffioti (2015) considera que a mulher é responsável pela reprodução da sociedade. Ou seja, existe uma dependência da sociedade com ela, e essa mesma sociedade deveria procurar reduzir as dificuldades que uma gravidez traz à mulher, como seu afastamento do mercado de trabalho. Nesse sentido, considera-se que a licença maternidade deu maior segurança à mulher que trabalha, já que ela tem um período posterior para recuperação e volta ao trabalho. Ainda assim, são muitas as responsabilidades colocadas sobre a mulher, que estão, em sua grande maioria, relacionadas ao cuidado dos filhos e do cônjuge. Por exemplo, quando os filhos ficam doentes, os cuidados são responsabilidade da mulher, o que a leva a faltar ao trabalho. Assim, justificam-se os motivos das empresas pelo baixo número de contratação de mulheres.

Saffioti (2015) coloca que são fatores de duas ordens diversas que atuam sobre a mulher no mercado de trabalho: a ordem social e a ordem natural.

Esses fatores biológicos são, muitas vezes, utilizados para justificar a inatividade profissional da mulher durante toda sua existência, o que, por vezes, tem consequências extremamente desastrosas quer para o equilíbrio da personalidade feminina, quer para socialização dos filhos, quer ainda para as relações conjugais (SAFFIOTI, 2015, p. 85).

Os fatores considerados como de ordem natural se somam aos fatores de ordem social, uma vez que a naturalização de funções das mulheres afeta diretamente sua vida social e profissional. Saffioti (2015) afirma que uma das razões para a descontinuidade do trabalho feminino está inteiramente ligada a essa questão.

Como já mencionado anteriormente, um trabalho significa muito mais do que a monetização da mão de obra. Para a mulher, Saffioti (2015) considera que o trabalho significa também participar da vida comum, sair da natureza para fazer cultura, mas principalmente sentir-se mais segura na vida. Assim, o trabalho para a mulher acaba por se tornar fonte de equilíbrio.

Em relação às questões de salários domésticos, Hirata (2019) considera que o salário é uma forma de reconhecimento como trabalhador. Para a autora, você não trabalha apenas porque gosta, mas sim porque é a condição sob a qual você está autorizado a viver.

Há de se considerar que, segundo Saffioti (2015), as famílias proletárias, diante dos limites de suas possibilidades, compreendem que o papel da mulher está ligado exclusivamente aos afazeres domésticos, ou seja, ao ser dona de casa. Assim, as próprias mulheres passam a acreditar que seus papéis estão ligados a essas funções naturalizadas como suas. Isso dá embasamento às empresas que contratam mulheres na defesa que os salários podem não ser altos, mas são suficientes para os gastos femininos. Interpretações assim retiram a responsabilidade econômica da mulher nos gastos da casa e dos filhos e acabam por responsabilizar o homem pela geração de renda da família.

Muitos são os fatores que envolvem a exclusão das mulheres do mercado de trabalho, principalmente das proletárias. É preciso considerar todo o contexto histórico que emerge sobre elas. A luta de classes nos mostra o contexto de desigualdade em que vivemos na sociedade capitalista, que é formada por proletários e burgueses, os quais são explorados e exploram, respectivamente. Considera-se que uma sociedade dividida em classes é uma sociedade desigual, que nunca chegará à igualdade dos seus membros. Isso porque, para existirem os detentores dos meios de produção, faz-se necessário haver a classe trabalhadora, explorada para o interesse deles.

Dadas essas considerações, é necessário compreender como se dá a divisão sexual do trabalho dentro de um contexto de mulheres empobrecidas, que não tiveram acesso à educação quando jovens. E que necessitam de políticas públicas para manterem seus filhos na escola. Essas mulheres também

necessitaram ingressar em um trabalho precário para a geração ou complemento de renda dentro de suas casas.

A participação e o reconhecimento das mulheres no mercado de trabalho são conquistas históricas que revelam momentos de lutas e resistências das mulheres para ocuparem seus espaços. Sabe-se que muito mudou no decorrer dos anos, mas ainda existem obrigações e papéis destinados às mulheres que precisam ser modificados e avançados. Na maioria das vezes, tais papéis são naturalizados às mulheres, sem que essas muitas vezes questionem o porquê de isso acontecer.

Segundo Sousa e Guedes (2016), as relações sociais de sexo são dinâmicas e não lineares. Assim, avanços e retrocessos podem acontecer e variar de acordo com os sujeitos e o cenário envolvido, configurando novas relações em antigas tensões.

Como vem sendo argumentado, compreende-se que as mulheres fazem parte de uma classe social e são oprimidas pelo capitalismo e pelo patriarcado, fazendo com que o processo de desigualdade se torne latente para essas. Dessa forma, é imprescindível refletir como as ações governamentais podem amenizar tais efeitos, uma vez que as mulheres, tendo uma dupla/tripla jornada de trabalho, necessitam de políticas públicas que permitam sua participação no mercado.

O papel do Estado é determinante na construção da igualdade, mas não só na regulação das leis que coíbem a discriminação, também como agente de mudanças culturais e das condições de vida das mulheres, na proposição de políticas que incorporem as dimensões de gênero e raça (SOARES, 2004, p. 114).

Compreende-se que há determinadas responsabilidades do Estado na construção de uma sociedade igualitária. Para isso, é necessário que ele intervenha através de políticas públicas para as mulheres, que permitam sua inserção e participação no mercado de trabalho.

O Estado precisa reconhecer as demandas específicas das mulheres e admitir a existência dessas desigualdades e do seu papel determinante nas ações capazes de combater as desigualdades. Aceitar é um primeiro passo, mas não o suficiente. É indispensável incorporar na sua agenda a construção da igualdade (SOARES, 2004, p. 144).

Soares (2004) compreende que o Estado não assume um papel neutro diante das desigualdades de gênero, uma vez que possui dentro de sua organização, secretárias e coordenações de políticas públicas para as mulheres. As políticas públicas precisam ser capazes de abranger os mais diversos sujeitos que foram prejudicados pelo sistema econômico atual. O Estado precisa estar à frente e garantir a cidadania das pessoas.

Por exemplo, ao atuar no mercado de trabalho, ampliando as possibilidades de emprego das mulheres, é preciso pensar nas condições para que haja uma articulação entre sua vida profissional e doméstica, ou seja, é preciso atuar também na oferta dos serviços de atenção às crianças. A mesma situação aplica-se às políticas de combate à violência, que devem estar integradas às ações de apoio às mulheres vítimas de violência com medidas que permitam sua autonomia econômica. As políticas públicas precisam deixar de tratar de forma

segmentada os direitos da cidadania (SOARES, 2004, p. 115).

Compreende-se a dificuldade da mulher em se inserir no mercado de trabalho, bem como em se manter nele depois dos filhos, uma vez que sua responsabilização pelo trabalho doméstico e pela educação das crianças faz com que ela, muitas vezes, não consiga retornar à atividade profissional depois da licença maternidade. Isso ocorre porque ela passaria a ter uma dupla/tripla jornada, como também aumentaria sua demanda de trabalho invisível.

Há uma necessidade de políticas públicas tanto para os filhos, quanto para as mulheres. A intervenção do Estado é demandada para que as mulheres consigam ingressar e/ou retornar ao mercado de trabalho profissional sem serem lesadas monetariamente. Quando elas não retornam a seus trabalhos, elas ficam à mercê e na dependência financeira de seus companheiros. Em outros casos, acabam por optar por trabalhos flexíveis e precários.

Esse dilema com que muitas mulheres ainda convivem, qual seja o de ser mãe ou estar no mercado de trabalho, não faz mais sentido neste século. O sofrimento de muitas mulheres ao vivenciarem o trabalho remunerado e conquistar sua educação e ao mesmo tempo arcar sozinhas com a responsabilidade de criar os filhos, não pode mais ser admitido, considerando-se que é possível uma ação do Estado em agir no sentido de permitir uma vida plena. Para colocações desta natureza, as respostas enfocam, invariavelmente, que a divisão sexual do trabalho dentro de casa não cabe ao Estado. No entanto, é

preciso reafirmar que o Estado deve exercer um papel fundamental na construção e na oferta de equipamentos públicos como escola em período integral, creches para todas as crianças etc. que permitam a articulação da vida pública e privada (SOARES, 2004, p. 117).

Nesta perspectiva, é a política de assistência social, na sua forma mais recente, que tem avançado no caminho. Mariano e Carloto (2009) colocam que a política de assistência social brasileira tem como parâmetro o combate à pobreza, com prioridade a programas de transferências de renda. Esses programas priorizam o repasse de rendas para as mulheres, ou seja, existe um reconhecimento de que a mulher está em situação mais vulnerável quando comparada ao homem.

A política de assistência social brasileira orienta-se pela perspectiva das políticas de combate à pobreza. Desde a década de 1990 têm recebido destaque os programas focalizados de transferência de renda. Os principais deles são o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o PBF, sendo o primeiro sem e o segundo com condicionalidades. As transferências condicionadas de renda priorizam o repasse de renda às mulheres e envolvem-nas em uma rede de obrigações com as ações estatais. Desse modo, referimo-nos a políticas e programas com claro marcador de gênero e, a partir de perspectivas feministas, os interpelamos acerca da condição de cidadania das mulheres usuárias (MARIANO; CARLOTO, 2009, p. 903).

Segundo Soares (2004), as políticas públicas devem enfrentar possíveis desigualdades latentes em nossa sociedade. As

políticas públicas significam redistribuir recursos entre homens e mulheres, bem como minimizar os impactos atuais e futuros numa perspectiva econômica.

Conceber políticas que visem a igualdade entre homens e mulheres, significa que o Estado tem que abordar outros temas além dos que usualmente estão nas suas pautas: tratar das opções⁸ sexuais dos indivíduos, tratar da articulação entre a questão racial com a questão de gênero, tratar da gravidez na adolescência, tratar do direito das mulheres que trabalharam fora, mas que seja sem tanto sofrimento. Para agir nestes eixos que constroem a desigualdade, as políticas públicas devem incidir nos seguintes âmbitos: 1) na desigualdade de gênero, que surge das construções socioculturais e históricas, que transformam as diferenças sexuais em discriminações e se expressam na divisão sexual do trabalho, no acesso diferencial e hierarquizado aos recursos, tanto materiais como simbólicos, assim como ao poder, nas suas mais distintas expressões; 2) na divisão sexual do trabalho, que faz com que a designação quase exclusiva das tarefas domésticas de caráter reprodutivo e de cuidado das pessoas caibam às mulheres; 3) no acesso diferenciado, do uso e do controle dos recursos produtivos (do trabalho, terra, capital, informação, novas tecnologias, recursos naturais), atuar assim nas limitações que as mulheres têm para gerar renda, obter benefícios, de acordo com sua contribuição, assim como se incorporar nos processos de mobilidade social; 4) na distribuição desigual do poder, entre homens e mulheres e

8 Mesmo não sendo o foco desse estudo, é válido esclarecer que não se usa mais a expressão “opções sexuais” e sim “orientações sexuais”, pois considera-se que essa é nata e não uma escolha. “Cabe lembrar que orientação sexual diz respeito ao foco dos desejos dos sujeitos, e identidade de gênero ao gênero ao qual a pessoa se identifica.” (YARED E MELO, 2018, p. 191)

nas dificuldades que as mulheres encontram para participar ativamente dos processos de decisão, tanto em casa, como na comunidade, na sociedade. Interferir nos obstáculos que impedem as mulheres de intervir na definição dos recursos, dos objetivos, dos programas e das políticas, ou seja, da participação das mulheres nos momentos de decisão (SOARES, 2004, p. 119).

Segundo Godinho (2004), as demandas de políticas públicas para as mulheres reivindicam a colaboração do governo para sua cidadania, a fim de modificar as desigualdades sociais. Para isso, a inserção do Estado deve acontecer nas mais diversas áreas onde exista a desigualdade de gênero.

Dessa forma, considerando esse estudo bibliográfico e a particularidade do trabalho da mulher em uma sociedade de classes, patriarcal e que explora sua mão de obra, mais uma vez destaca-se a necessidade de estudar a divisão sexual do trabalho dentro das associações de catadores.

Trata-se de um trabalho precário, realizado em sua maioria por homens no contexto brasileiro. Porém quando trazemos a realidade da cidade de Ponta Grossa/PR, essa situação se inverte, mostrando que esse trabalho é realizado majoritariamente por mulheres. Diante disso, no segundo capítulo buscaremos compreender como se deu a formação de catadoras e catadores no contexto brasileiro, como também as diferenças e implicações do trabalho de catador para homens e para mulheres.





**As catadoras e catadores de
materiais recicláveis:**

lutas e conquistas no contexto brasileiro e a
realidade de Ponta Grossa



**“ Não vou
aceitar as
coisas que não
posso mudar.
Vou mudar as
coisas que não
posso aceitar. ”**

Ângela Davis

As catadoras e catadores de materiais recicláveis são protagonistas de uma história de sofrimentos, lutas e conquistas dentro do cenário brasileiro. Eles fazem parte de uma categoria profissional explorada e trabalham em condições insalubres, com salários indignos para sua sobrevivência.

Este capítulo tem por objetivo apresentar o contexto da catadora e do catador no cenário brasileiro, como também explicar como se encontram e como foi a formação das quatro associações de reciclagem na cidade de Ponta Grossa/PR. Por último, o capítulo busca trazer as especificidades de cada associação, nas quais foram realizadas observações que nos auxiliaram a conhecer esse cenário e a compreender suas diferenças frente a realidade brasileira.

2.1 CATADORES(AS) DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: REALIDADE NO CENÁRIO BRASILEIRO

Sempre fez parte da sociedade o “lixo” produzido pelo ser humano, uma vez que uma sociedade que visa ao consumo exacerbado acaba por produzir e descartar cada vez mais, aumentando assim o consumismo. Porém, cabe questionar: para onde vai todo esse material que é produzido e não é reutilizado?

Horst (2015) considera que foi somente na década de 1970 que o lixo passou a incomodar a sociedade. Inicialmente, a preocupação era com seus efeitos na saúde das pessoas. Com a urbanização, ruas de cidades passaram a servir de depósito de lixo.

A partir da emergência dos movimentos ambientalistas, os aterros sanitários eram indicados como alternativa viável à destinação dos resíduos, em substituição aos lixões – forma mais barata e ainda muito utilizada na destinação do lixo e que se liga a problemas sanitários, ambientais e sociais. Contudo, os próprios aterros já se mostram insuficientes; seu espaço é limitado dentro dos aglomerados urbanos e, se sua utilização não for adequada, pode resultar na contaminação da água e do solo (HORST, 2015, p. 79).

Segundo Waldman (2010), nas sociedades humanas o lixo é indissociável das atividades realizadas pelo homem e pela mulher. Ainda no período paleolítico, os ocupantes das cavernas colocavam resíduos nas reentrâncias das rochas. Já

nas civilizações agrárias, havia a preocupação com os restos agrícolas. Estes são exemplos de como a geração do lixo está ligada à trajetória humana. “De um ponto de vista semântico, podemos certificar que lixo seria todo o material inútil, todo material descartado posto em lugar público, tudo aquilo que ‘se joga fora’, ‘não presta’ [...]” (WALDAMAN, 2010, p. 18).

Waldaman (2010) considera ainda que as pessoas não enxergam o lixo que produzem como sua responsabilidade, e sim veem essa responsabilidade como dos catadores, da sociedade, da prefeitura, mas não como sua.

O que é Resíduo Sólido? A NBR (Norma Brasileira Registrada) n.º 10.004/1987, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), estabelece que resíduos sólidos são os que se apresentam “no estado sólido e semissólido, que resultam de atividades da comunidade de origem: industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviço e de varrição. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas partículas tornem inviáveis o lançamento na rede pública de esgotos ou corpos d’água, ou exijam para isso soluções técnicas e economicamente inviáveis em face à melhor tecnologia disponível” (Norma Brasileira Registrada n.º 10.004/1987 *apud* WALDAMAN, 2010).

Dessa forma, compreende-se como se dá o processo de lixo e a denominação de Resíduos Sólidos, para assim entender o contexto dos catadores na sociedade.

Todo material descartado é visto como inutilizado, uma vez que não se tem mais utilidade para quem o descartou. Dessa forma, buscam-se alternativas para seu reaproveitamento⁹ dentro da sociedade. Importante considerar que há formas de reaproveitamento de um material antes dele ser descartado, ou seja, dele se tornar lixo.

Pinhel (2013) afirma que existem registros de compradores de sucata, principalmente de garrafas e materiais ferrosos, no bairro do Brás, em São Paulo, os quais são chamados de “garrafeiros”. Com o passar do tempo, a figura do “garrafeiro” foi desaparecendo e dando lugar à figura do catador(a), responsável por recolher o material que não foi utilizado pela sociedade. Ele realiza um trabalho sem ser pago por este, apenas ganhando por aquilo que produz.

Importante considerar que o incentivo ao consumo dentro da sociedade capitalista é cada vez maior. Há mais opções de produtos, mais embalagens produzidas, mais pessoas consumindo e essas questões têm o mesmo efeito: uma maior geração e produção de material descartado e não utilizado, ou seja, mais trabalho para o catador(a).

Nesse prisma, os trabalhadores e trabalhadoras que se auto reconhecem como catadores(as) de material reciclável realizam um

9 BRASIL (2013). Ressalta também que a reciclagem tomou proporções diferentes de apenas benefícios econômicos, uma vez que essa nos dias atuais evita externalidades do próprio processo produtivo, tais como: perda de recursos madeireiros e não madeireiros, danos ao ciclo hidrológico, perda da biodiversidade, danos à saúde ocupacional e uma questão muito importante, refere-se à redução do consumo de energia. Dessa forma, compreende-se que a reciclagem extrapolou os limites econômicos, passando pelo processo produtivo e hoje a reciclagem tornou-se um objeto de status, pois passou a estar associadas a países desenvolvidos.

serviço de utilidade pública muito importante no contexto atual das cidades, atuando na coleta de materiais para reciclagem que, caso fossem descartados, ocupariam maior espaço em aterros, sanitários e lixões (BRASIL, 2013, p. 5).

Através da portaria n.º 397, de 2002, tem-se o reconhecimento do trabalho do catador pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Mas foi através da organização dos próprios trabalhadores que mais direitos foram conquistados e a voz e a representatividade dos catadores(as) foram intensificadas. Essa intensificação veio quando surgiu o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis em 2010, movimento esse que consolidou e representou catadoras e catadores em diferentes situações. “Traz que os catadores de lixo são registrados pelo número 5192-05 e sua ocupação é descrita como catador de materiais recicláveis” (MEDEIROS e MACEDO, 2006, p. 65).

Pasqueleto (2018) afirma que o Movimento Nacional dos Catadores surgiu de uma articulação nacional dos catadores(as) objetivando articulação e diálogo através de uma força política para com o poder público, a fim de buscar a exigência e o cumprimento de diversas leis. Segundo Pasqueleto (2018, p. 48):

Portaria n.º 397, de 2002, do MTE, que inseriu na a profissão de catador de material reciclável; no mesmo ano foi criado o Comitê Interministerial de Catadores de Materiais Recicláveis (CIISC); em 2006, contou-se com o Decreto Presidencial n.º 5940, que institui

10 Ano este referente ao 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis em Brasília.

a coleta seletiva em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal; em 2007, foi promulgada a Lei nº 11.445, que institui a Política Nacional de Saneamento Básico e, em 2010, foi promulgada a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei nº 12.305 após 20 anos de tramitação no Congresso Nacional e o Programa Pró-Catador (IPEA, 2012, 2013).

Para Silva (2006), o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis é um reflexo de um movimento articulado de atores sociais que, desde a década de 50, aprenderam a viver e sobreviver do lixo, fazendo dele sua fonte de renda. Mas ressalta-se que foi apenas em 2001 que o grupo se organizou politicamente e deu origem ao Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR):

[...] protagonizará mudanças e criará oportunidades de trabalho no campo da reciclagem dos resíduos sólidos alinhando nos últimos anos os discursos de governação ambiental, protagonismo no cenário de direitos do trabalho e reconhecimento como parceiro prioritário das instâncias municipais e federais na coleta seletiva do material reciclável (SILVA, 2006, p. 11).

Segundo Brasil (2013) houve dois momentos importantes da luta dos catadores(as) que devem ser destacados na história: o primeiro em 2001, quando ocorreu o 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. Nessa mesma época foi lançada a Carta de Brasília, que tinha como objetivo as demandas da população que trabalha com a coleta de materiais recicláveis.

Importante salientar que desde a urbanização o consumo em nosso país e em todo mundo é intensificado, mas a figura do catador só teve reconhecimento formal dentro do cenário brasileiro a partir do ano de 2002. Sendo assim, percebe-se que por décadas o catador não era nem reconhecido dentro da Classificação Brasileira das Ocupações (CBO). A partir disso, conclui-se o quanto esse reconhecimento foi difícil e longo.

Já em 2003, segundo informações de Pinhel (2013), aconteceu o 1º Congresso Latino-Americano de Catadores, com representantes de vários países. Na ocasião, foi divulgada a Carta de Caxias, que difunde a situação dos catadores da América Latina e unifica a luta desses trabalhadores(as). Assim, podemos observar como o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis começou a mostrar sua força e como conseguiu se articular com as mais diversas regiões do país.

Com a Declaração dos Princípios e Objetivos, o MNCR norteia suas ações para a autogestão, a democracia direta, a ação direta popular, a independência de classe, o apoio mútuo e a solidariedade de classe. No que concerne à vida do trabalhador, o documento busca a coleta de recicláveis feita por catadores, o pagamento aos catadores pelos serviços de coleta, o controle dos catadores sobre a cadeia produtiva dos recicláveis, a conquista de moradia, o acesso à saúde, à educação, e as às creches para eles e a suas famílias. Do ponto de vista da gestão dos resíduos sólidos, o documento defende o fim dos lixões e sua transformação em aterros sanitários, com o devido deslocamento dos catadores para galpões que garantam a sua sobrevivência signa de todos.

O surgimento do MNCR promoveu uma articulação sociopolítica dos catadores em prol de seu protagonismo, buscando garantir sua participação em projetos de gerenciamento de resíduos e programas de coleta seletiva. Os catadores começam a conquistar mais respeito graças à persistência, ao esforço de sua luta e ao envolvimento político de sua organização, que conseqüentemente promove modificações em seu perfil (PINHEL, 2013, p. 27).

É através dessas lutas e conquistas que evidenciamos a identificação e consolidação da profissão de catador(a). Hoje, o Movimento Nacional dos Catadores identifica e representa milhares de trabalhadores espalhados pelo Brasil, sejam eles organizados em formas de cooperativas e associações, ou catadores individuais. Foi também através dessas lutas que leis, decretos, políticas e projetos de financiamento se viabilizaram em prol dos catadores(as) de materiais recicláveis.

[...] dificilmente os catadores conseguirão auferir melhores remunerações e maior poder de negociação, seja com outras empresas na comercialização, seja com o poder público na formação de parcerias, sem que antes consigam alcançar maior grau de organização interna de sua força de trabalho, o que contribui para a melhoria não só econômica do grupo, mas também em âmbito político e social, uma vez que é por meio dos coletivos que os catadores passam a consolidar uma classe de trabalhadores organizada (PASQUALETO, 2017, p. 49).

Posteriormente, houve duas conquistas que são essenciais.

A primeira delas é a Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Programa Pró-Catador (BRASIL, 2013).

Segundo o Relatório Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável (BRASIL, 2013), a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) ocorreu por intermédio da Lei n.º 12.305, de 2 de agosto de 2010. Uma das principais conquistas trazidas pela lei é a “responsabilidade compartilhada”, que responsabiliza todos os atores envolvidos no processo de fabricação, descarte e reciclagem dos resíduos. Esse termo “responsabilidade compartilhada” também é conhecido como “lógica reversa” e refere-se à ideia de todos os atores estarem envolvidos na responsabilização da reciclagem, sendo eles: fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, consumidores, catadores(as), titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos.

Lourenço e Lira (2012) compreendem que a lógica reversa vem desde a década de 1990, impulsionada pelas preocupações com a preservação do meio ambiente. Segundo os autores, a lógica reversa pode ser entendida da seguinte forma:

A logística reversa atua em duas grandes áreas, a logística reversa de pós-venda e de pós-consumo, sendo estas diferenciadas pelo estágio ou fase do ciclo de vida útil do produto retornado. A logística pós-venda se ocupa do equacionamento e operacionalização do fluxo físico e das informações logísticas correspondentes de bens pós-venda, sem uso ou com pouco uso, que por diferentes motivos retornam aos diferentes elos da cadeia de distribuição direta (LORENÇO; LIRA, 2012, p. 22).

Ou seja, a lógica reversa refere-se à destinação do produto depois de já vendido e já consumido, com os materiais retornando para suas origens. Essa forma garante a responsabilidades dos fabricantes com o meio ambiente e os consumidores do produto. Um exemplo que pode ser destacado sobre a lógica reversa é o das lâmpadas. Considerando que elas não são recicláveis ou reutilizáveis, faz-se necessário um descarte correto. Então, as empresas que as fabricaram têm a responsabilidade de recolhê-las e dar a destinação correta.

O êxito da gestão compartilhada dos resíduos sólidos, conforme preconiza a PNRS, requer das prefeituras municipais o comprometimento com a inclusão social dos catadores, a inserção efetiva destes agentes nos programas de coleta seletiva, além do reconhecimento das externalidades sociais e ambientais da atividade de catação. No entanto, a inserção dos catadores de forma estratégica na implementação de uma política tão complexa e que necessita de um enorme esforço de coordenação, conforme estabelecido na PNRS, não é algo trivial, uma vez que se trata de um campo permeado por muitas tensões, dificuldades e constrangimentos (BRASIL, 2013, p. 38).

Outrossim, o Relatório Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável (BRASIL, 2013) compreende que a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) traz aos catadores(as) a necessidade de organização e mobilização, para que eles dialoguem com o poder público e as demais organizações. Para isso, precisam estar organizados e cientes do que a PNRS acrescenta em suas vidas.

O crescimento da atividade de catação tem fortes vínculos com níveis extremos de pobreza. Parte dessas pessoas busca materiais recicláveis em sacos de lixo na rua ou marca presença nos lixões à procura desses resíduos. Entretanto, a maioria coleta resíduos recicláveis para vender, o que lhes permite sustentar suas famílias, cuja qualidade de vida é péssima, em especial para as crianças, sujeitas aos riscos de viver no lixo e do lixo (PINHEL, 2013, p. 19).

Junior *et al.* (2013) traz os diversos motivos que levam os catadores a entrarem para a coleta de materiais recicláveis. O principal é o desemprego, seguido da baixa escolaridade, das limitações para exercer outra atividade profissional, da idade avançada e da pobreza. Sendo assim, os catadores percebem que o trabalho com os resíduos sólidos acaba sendo uma questão de sobrevivência.

Segundo Pinhel (2013), foi a partir da década de 1990 que as campanhas de coleta seletiva e inclusão de catadores começaram a se intensificar, apoiadas pelo governo e por organizações não governamentais, instituições sociais, incubadoras etc.. Esse apoio era principalmente em questões referentes a políticas e ações no gerenciamento de resíduos. “Consequentemente, começaram a surgir alternativas para fortalecer os catadores e deixá-los mais independentes. Uma das alternativas que tem se mostrado bastante eficaz é a organização em cooperativas” (PINHEL, 2013, p. 19).

Há que se destacar que as incubadoras tiveram um papel essencial no que se refere ao apoio e fomento na organização dos catadores em cooperativas e associações, uma vez que as

incubadoras tecnológicas de cooperativas populares (ITCP) buscam alternativas para formação e complemento de rendas de sujeitos que procuram trabalhar dentro dos princípios da Economia Solidária.

A Economia Solidária tornou-se tão importante para os catadores organizados em associações e cooperativas que essa se quantifica através do banco de dados Sistema de Informações de Economia Solidária (SIES)¹¹. “O Sies visa fazer um levantamento nacional desses empreendimentos para verificar informações sobre diversas dimensões de seu funcionamento” (BRASIL, 2013, p. 26).

O Relatório Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável (BRASIL, 2013) coloca que o SIES teve dificuldades para realizar o mapeamento, uma vez que esse sistema não constitui um censo, mas citam-se aqui alguns desses resultados:

11 Esse trabalho não tem como objetivo discutir os dados do SIES, mas ressalta-se a importância de citar esse banco de dados que disponibiliza a distribuição dos empreendimentos de catadores que trabalham sob a perspectiva da Economia Solidária.

**TABELA 6: SITUAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS DE
RECICLAGEM NO CENÁRIO BRASILEIRO**

%	Situação do empreendimento ¹²
38	Informalizados
34	Associações
28	Cooperativas

Fonte: Relatório Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável (BRASIL, 2013).

Organização: a autora.

Desses empreendimentos acima mapeados, 49% se encontram no Sudeste do país, 28% no Sul, 11% no Nordeste, 6% no Norte e 6% no Centro-Oeste (BRASIL, 2013). No entanto, não se pode negar que o trabalho associativo tem se disseminado nos últimos anos entre os catadores no Brasil. E que ele atualmente representa uma possibilidade real de organização produtiva, geração de renda e inclusão social de milhares de famílias envolvidas nesse tipo de trabalho (BRASIL, 2013, p. 29).

As associações de catadores de materiais recicláveis representam cada vez mais sujeitos que foram excluídos do mercado de trabalho e hoje encontram-se dentro da informalidade. Porém, percebe-se que esse é um trabalho insalubre, marcado por diversas situações de risco para os sujeitos.

12 Os empreendimentos mapeados pelo Sistema de Informações de Economia Solidária se caracterizam apenas por empreendimentos autogestionários e que atuem conforme os princípios da Economia Solidária.

A catação dos resíduos recicláveis no Brasil tem como marca a baixa participação de empresas privadas na coleta, a presença maciça de trabalhadores informais e uma participação pouco significativa dos poderes públicos em programas de coleta seletiva. Nesse contexto, a possibilidade de organização aparece como uma saída da situação de exploração. Assim, a estruturação de cooperativas busca romper algumas das amarras existentes no circuito de separação e comercialização de resíduos, com o intuito de melhorar as condições de vida e de trabalho dos catadores (PINHEL, 2013, p. 20).

Em relação à atividade organizacional, considera-se a importância das associações possuírem maquinários próprios, como também um local para trabalho. Também é preciso estar com a associação/cooperativa formalizada. Sendo assim, Brasil (2016) define a atividade organizacional dos catadores nos seguintes níveis: grupo 1: desorganizados e sem equipamentos; grupo 2: catadores que têm alguns equipamentos; grupo 3: com organização formal, mas incapazes de produção; grupo 4: organizados formalmente, capazes de produção e ampliação tanto da estrutura física quanto do aumento do número de catadores na associação; grupo 5: organizações de catadores com grande processo produtivo e tecnologia avançada; grupo 6: a organização faz a transformação da matéria-prima secundária em produtos acabados e/ou semiacabados.

Segundo o Relatório Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável (BRASIL, 2013), a profissão de catador entrou, em 2002, para o documento “Classificação Brasileira de Ocupações” (CBO). Foi dessa forma

que a categoria profissional do catador passou a ser identificada nas pesquisas domiciliares, sendo essas: Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (Pnad) e os Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE). Antes disso, a nomenclatura dada aos catadores chegava a ser pejorativa, como também não representava a eles próprios.

Ainda segundo o mesmo relatório, a situação dos catadores(as) no Brasil deve ser compreendida de maneira heterogênea, pois são muitas as variáveis que podem influenciar na produção, renda ou mesmo na dedicação do catador(a) ao empreendimento, podendo ser essas: serem donos ou não dos equipamentos de produção, acesso a créditos que beneficiem a associação/cooperativa, estabelecimentos, parcerias, entre outros (BRASIL, 2013).

Para formalização dos catadores como trabalhadores, o Ministério do Trabalho coletou dados através da Pnad de 2012 e do Censo de 2010. Foi feita uma tentativa para retratar a situação dos catadores no Brasil. Assim, “em 2010 foram promulgados dois novos marcos normativos de grande importância para o fortalecimento dos catadores e suas organizações coletivas de produção: a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e o Programa Pró-Catador” (BRASIL, 2013, p. 35).

A crescente organização dos catadores constitui um divisor de águas na história desses trabalhadores. Tendo na atuação em grupo uma ferramenta na inserção social, eles vêm estabelecendo seus deveres como profissionais e conquistando seu direito a emprego, renda, respeito e uma vida mais digna. De habilidade simples, como aquela

exercida pelo “garrafeiro” ao tocar o sino quando percorria as casas de antigamente passam a ter que desenvolver habilidades mais complexas, inserindo-se de maneira efetiva e significativa na cadeia da reciclagem. Os catadores chegam aos dias atuais caracterizados como profissionais - “catador de matéria reciclável” - e protagonistas de um crescente e importante movimento (PINHEL, 2013, p. 26).

A informalidade é outra realidade apontada no Relatório Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável (BRASIL, 2013).

Ainda segundo o Relatório Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável (BRASIL, 2013), existe uma estimativa de 387.910 catadores(as) no Brasil, onde 58.928 estão no Sul do país, 161.417 no Sudeste, região com a maior concentração desses profissionais no país, 116.528 no Nordeste, 29.359 no Centro-Oeste e 21.678 no Norte. Através desses dados percebe-se que o número majoritário de mulheres está na região Sul, com uma porcentagem equivalente a 34,10%.

Dagnino e Johansen (2017) explicam a dificuldade em quantificar o número de catadores(as) existentes no Brasil, uma vez que eles muitas vezes não identificam a catação como sua principal função. Essa situação pode ser verificada entre as mulheres, que dizem que sua principal atividade é ser “dona de casa” ou “do lar” - e não trabalhar como catadora.

[...] a classificação das ocupações é realizada a partir do “trabalho principal”, sendo autodeclarada pelo entrevistado e definida pelo recenseador com base em uma série de conceitos do IBGE. Em relação aos catadores, sabe-se que muitos realizam a coleta, a classificação e a comercialização de materiais de forma ocasional e esporádica, ou como um complemento à renda mensal advinda de outra ocupação, sem que a coleta constitua-se em uma forma de trabalho principal. Sendo assim, muitos trabalhadores que realizam a coleta de materiais recicláveis podem não ter sido classificados desta forma pelo IBGE por sua atividade não se enquadrar na definição de trabalho principal (DAGNINO, JOHANSEN, 2017, p. 117).

Segundo Pereira e Goes (2016), o Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável estima que há entre 800 mil e 1 milhão de catadores e catadoras no Brasil, dado este do ano de 2002.

O Relatório Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável (BRASIL, 2013), traz dados referentes a faixa etária dos catadores no cenário brasileiro sendo majoritariamente entre 39 e 40 anos. Em relação ao gênero, o que predomina são homens catadores representando 69,9%, contra 31,1% das mulheres. Na pesquisa há uma justificativa para o número ser tão superior ao de mulheres. Como se mostrará no decorrer deste livro, as mulheres podem considerar que sua principal atribuição é o trabalho doméstico e não o trabalho com os materiais recicláveis. “O maior percentual de mulheres foi encontrado na região Sul, com 34,1%, enquanto que o menor foi no Nordeste, 29,3%” (BRASIL, 2013, p. 48).

Outras desigualdades dignas de nota em termos de renda do trabalho dos catadores são diagnosticadas quando se verificam as médias por gênero e raça. Ao se considerar somente a renda média dos homens que atuam como catador, essa chega a R\$ 611,10, enquanto que entre as mulheres catadoras a média é de R\$ 460,54, ou seja, 32% menor que a média de rendimento masculino. Em termos raciais, os catadores de cor branca recebem em média R\$ 642,98, que representa 22% a mais que a média dos catadores negros (pretos e pardos), que é de R\$ 525,22 (BRASIL, 2013, p. 54).

O Relatório Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável (BRASIL, 2013) constata que a formalização da força de trabalho do catador(a) é de apenas 38%, sendo um número baixo. A concentração do número de catadores(as) se dá na região Sudeste, com 161.417 trabalhadores, o que corresponde a 41,6% do total. A seguir vem a região Nordeste com 30%, o Sul 15,2%, o Centro-Oeste 7,5% e, por fim o Norte com 5,6% do total.

Catadoras e catadores enfrentam diversos desafios relacionados ao próprio manuseio de resíduos, atividade que nem sempre é reconhecida por seus benefícios ambientais e econômicos para uma cidade. Catadoras também enfrentam o fardo adicional de ter que lidar com a reprodução de relações de gênero hierarquizadas em casa, no ambiente de trabalho e em suas respectivas comunidades. (DIAS; MATOS; DUARTE, 2012, p. 1).

O Relatório mostra que a renda média de trabalho dos catadores encontra-se em R\$ 571,00. Ressalta-se, porém, que o salário-mínimo na época (2012) era de R\$ 510,00.

TABELA 7: RENDA DOS CATADORES SEGUNDO O “RELATÓRIO SITUAÇÃO SOCIAL DAS CATADORAS E DOS CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL E REUTILIZÁVEL” (BRASIL, 2013)

Região	Sudeste	Centro-Oeste	Norte	Sul	Nordeste
Renda	R\$ 629,89	R\$ 619,00	R\$ 607,25	R\$ 596,90	R\$ 459,34

Dados: O Relatório Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável (BRASIL, 2013).

Organização: a autora.

Necessita-se considerar a questão da renda em relação ao gênero: os homens ganham em média R\$ 611,00 mensais, enquanto a mulher ganha R\$ 460,00. Assim, os homens ganham 32% a mais que as mulheres. Essa diferença pode ser justificada pelo fato de as mulheres não considerarem a atividade de catação como sua principal atividade, mas sim o trabalho doméstico.

Também há uma disparidade em relação a raça, já que a média para a renda mensal dos negros está em R\$ 525,22, enquanto para os brancos está em R\$ 642,98 mensais. Ou seja, os catadores brancos ganham 22% a mais.

Pode-se assim relacionar que, apesar de as mulheres não serem a maioria entre os catadores(as) brasileiros, a desigualdade de gênero passa por caminhos extremos, em que o homem chega a ganhar 32% a mais que a mulher dentro das associações de

catadores(as), ambos desempenhando a mesma função. Isso nos faz questionar por que acontece essa discrepância tão grande. Essa discussão nos mostra que o trabalho dos catadores(as), além de informal, é marcado pela desigualdade de gênero e raça, como também pela baixa escolaridade e pelo pouco acesso às políticas públicas.

Sobre o acesso à educação dos catadores(as), os dados do Relatório Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável (BRASIL, 2013) e do Censo (2010) apresentam que o analfabetismo entre os catadores(as) está 20,5%.

O Brasil ainda apresenta taxas preocupantes de analfabetismo. Segundo o Censo 2010, esse valor chega a 9,4% da população. O analfabetismo é considerado um grave problema social, uma vez que a pessoa analfabeta sofre grande limitação de oportunidades profissionais e de inclusão social, com forte impacto negativo na sua qualidade de vida e de sua família. Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável. Entre as catadoras e os catadores, esse percentual atingiu 20,5%, ou seja, mais que o dobro nacional. A região Nordeste apresentou a situação mais preocupante, com 34% desses trabalhadores se declarando analfabetos. Já a região Sudeste possui a menor taxa de analfabetismo, 13,4% (BRASIL, 2013, p. 59-60).

Essa exposição dos dados nacionais é importante para o debate dentro da realidade da cidade de Ponta Grossa/PR, uma vez que é importante considerar como se encontram os

catadores em âmbito nacional.

Destaca-se que no ano de 2017 o Programa em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, através do Núcleo Temático Questão Ambiental, Gênero e Condição de pobreza¹³, realizou uma pesquisa quantitativa com os catadores de materiais recicláveis que estavam vinculados às associações existentes na cidade. A pesquisa foi realizada nas quatro associações e contou com a participação de setenta¹⁴ associados.

Dessa pesquisa surgiu um relatório, que nos forneceu alguns dados importantes de serem contextualizados, referentes à situação educacional, socioeconômica e ao acesso dos catadores(as) a programas de assistência social.

Na tabela a seguir, é possível vislumbrar características individuais dos catadores que estão trabalhando em associações¹⁵ em Ponta Grossa:

13 O núcleo em questão, no ano de 2017, realizou uma pesquisa com os catadores da cidade de Ponta Grossa, sobre a (in) segurança alimentar desses sujeitos. Para isso, foram aplicados questionários com perguntas fechadas e uma aberta, buscando saber o que era “comer bem” para essas pessoas. O relatório da pesquisa trouxe dados que servem de comparativo para a situação dos catadores em âmbito municipal. Parte deste relatório encontra-se publicado em livro pela Editora UEPG, intitulado como: Catadores(as) de materiais recicláveis, (in)segurança alimentar e cidadania: uma discussão para além da teoria.

14 Esses dados são relevantes para comparação com os números referentes à situação educacional, socioeconômica e o acesso às políticas de assistência social.

15 A pesquisa não abrangeu os catadores que trabalham na rua.

TABELA 8: CARACTERÍSTICAS INDIVIDUAIS –
ASSOCIAÇÃO DOS RECICLADORES – PONTA GROSSA – 2017

Categorias	Variáveis	Freq.	%
Sexo	Masculino	18	25,7
	Feminino	52	74,3
Faixa etária	18 a 35 anos	25	35,7
	36 a 50 anos	30	42,9
	51 a 60 anos	11	15,7
	Mais de 60 anos	4	5,7
Estado Civil	Solteiro(a)	33	47,1
	Casado(a)	32	45,7
	Viúvo(a)	5	7,1
Raça	Sem resposta	2	2,9
	Branca	31	44,3
	Parda	28	40,0
	Negra	8	11,4
	Indígena	1	1,4
Escolaridade	EF incompleto	50	71,4
	EF completo	10	14,3
	EM incompleto	4	5,7
	EM completo	4	5,7
	Assina o nome	2	2,9
Anos de estudo	Sem resposta	8	11,4
	Não frequentou a escola	8	11,4
	Até 4 anos	20	28,6
	De 5 a 8 anos	30	42,9
	De 9 a 11 anos	4	5,7

Fonte: Relatório Catadores (In) Segurança Alimentar.

Autores: Raiher *et al.* (2018).

Como podemos observar na tabela acima, de 70 sujeitos que responderam a pesquisa, 52 são mulheres, sendo apenas 18 homens. Em relação à faixa etária, 42,9% estão entre 36 e 50, seguida de 35,7% entre 18 e 35 anos. Sobre a raça, 44,3% consideram-se brancos e 40,0% pardos. A escolaridade, como

mostra a tabela, é outro dado preocupante, uma vez que 71,4% dos sujeitos têm ensino fundamental incompleto; ou seja, das 70 pessoas nas quais foram aplicadas esse questionário, 50 encontram-se nessa situação de escolaridade, sendo que 42,9% responderam que estudaram entre cinco e oito anos.

Em relação ao nível de escolaridade por gênero, Raiher *et al.* (2021) alertam que as mulheres detêm uma formação educacional menor, como podemos observar na tabela. Essa pesquisa mostrou que 55,6% dos homens têm o ensino fundamental incompleto, contra 76,9% das mulheres.

TABELA 9: PERCENTUAL DOS ASSOCIADOS EM CADA NÍVEL DE ESCOLARIDADE - GÊNERO - ASSOCIAÇÃO DOS RECICLADORES - PONTA GROSSA - 2017

ESCOLARIDADE	GÊNERO (%)	
	Masculino	Feminino
EF incompleto	55.6	76.9
EF completo	16.7	13.5
EM incompleto	16.7	1.9
EM completo	5.6	5.8
Assina o nome	5.6	1.9

Fonte: Relatório Catadores (In) Segurança Alimentar.

Autores: Raiher *et al.* (2018).

Se compararmos aos dados nacionais, compreende-se primeiramente que os homens são a maioria no que se refere às pessoas que exercem a atividade da coleta. As mulheres são 31,3%, enquanto os homens representam 68,9% dos catadores no Brasil.

Neste momento do trabalho, para que se possam fazer

maiores reflexões, tentando trazer um panorama da realidade da reciclagem em Ponta Grossa, torna-se importante destacar especificamente como surgiram e como funcionam as associações de reciclagem na cidade, conforme os itens a seguir.

2.2 ASSOCIAÇÕES DE CATADORES(AS) DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NA CIDADE DE PONTA GROSSA/PR: GESTÃO E FUNDAÇÃO.

Na cidade de Ponta Grossa/PR existem quatro associações de catadores(as) de materiais de recicláveis, localizadas distantes umas das outras, sendo elas: Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Oficinas (ACAMARO), Associação de Recicladores Rei do “Pet” (ARREP), Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Nova Rússia (ACAMARU) e Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Uvaranas (ACAMARUVA).

Como já mencionado anteriormente, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis foi uma maneira de articular os catadores(as) em âmbito nacional e dialogar junto com o poder público. Dentre as leis e decretos deferidos, destaca-se a importância da Lei n.º 12.305, que instituiu a Lei dos Resíduos Sólidos. Essa Lei traz diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluindo os perigosos, as responsabilidades dos geradores e do poder público.

Em relação a leis municipais, na cidade de Ponta Grossa/PR temos a Lei n.º 12.657, de 2016, que tem como diretrizes a implementação da política municipal de gestão dos resíduos sólidos urbanos com prioridade para a coleta seletiva. Essa Lei também dá apoio e fomento à organização produtiva dos catadores(as) de materiais recicláveis, o reconhecimento do resíduo sólido, reutilizável e reciclável como um bem de valor econômico e social, e também à expansão da coleta seletiva.

Moura e Sopko (2021) realizaram observações nas quatro associações de catadores(as) da cidade de Ponta Grossa/PR, essas foram feitas durante dias e horários diversos, essas observações buscaram trazer um olhar empírico sobre o trabalho das catadoras em relação a divisão sexual do trabalho. As autoras (2021) ainda analisaram os documentos das associações de catadores, como atas de fundação e atas de reuniões, e a partir disso foi possível constatar como as associações tiveram sua formação.

TABELA 10: COMPOSIÇÃO DA PRIMEIRA DIRETORIA DAS ASSOCIAÇÕES DE CATADORES DE MATERIAIS REICLÁVEIS DA CIDADE DE PONTA GROSSA/PR

	ACAMARO	ARREP	ACAMARUVA	ACAMARU
Ano	2006	2010	2006	2006
Presidência	H	M	M	H
Vice-presidência	H	H	H	H
Secretária	M	M	M	H
Vice-secretária	M	M	H	M
Tesouraria	H	M	H	H
Vice Tesouraria	H	M	M	H
Conselho Fiscal	1H, 2M	3M	1H, 2M	3H
Suplência do Conselho Fiscal	1H, 2M	Não há	3M	3M

Legenda: H = Homem; M = Mulher.

Fonte: Catadores(as) de materiais recicláveis, (in)segurança alimentar e cidadania: uma discussão para além da teoria/ (RAIHER, 2021).

Elaboração: Moura e Sopko (2021).

Como pode-se observar na tabela acima, a primeira composição das associações deu-se de forma diversa uma da outra, porém é possível compreender que os principais cargos da diretoria foram majoritariamente ocupados por homens, principalmente quando se observa as vice-presidências, na qual não há nenhuma mulher ocupando o cargo.

Já no que se refere a composição atual (quando foram realizadas as observações), segundo as autoras acima citadas (2021) a Acamaro é a única das quatro associações em que um homem era o presidente. A divisão sexual do trabalho foi observada em dois momentos nessa associação. No primeiro deles, as mulheres ficavam na mesa separando os materiais,

enquanto os homens puxam e recolhem os bags. A segunda questão é que o trabalho doméstico fica como responsabilidade da mulher. Ou seja, o cuidado com a cozinha, a alimentação e a limpeza são de responsabilidade dela.

A primeira associação observada foi a ACAMARO, em que há um homem na presidência. Vale ressaltar que essa é a única entre as quatro associações na qual um homem ocupa esse cargo. A vice-presidência é de responsabilidade de uma mulher, mas, em contrapartida, um homem novamente acaba por ocupar o cargo de tesoureiro. O presidente e o tesoureiro dessa associação não trabalham na coleta, triagem e separação da associação, mas são responsáveis por trabalhos administrativos e burocráticos, tais como: pagamento, compras de comida, reuniões com prefeitura, ministério público, entre outros. O presidente é responsável pela fiscalização e ordem do trabalho na associação (MOURA; SOPKO, 2021).

Em relação a Arrep, as autoras (2021) relatam que essa é constituída majoritariamente por mulheres mais velhas. A composição da diretoria também é de mulheres. Uma questão importante é que o expediente dessa associação é adaptado para as mulheres encerrarem a tempo de pegar seus filhos na escola, a associação busca se adaptar à realidade das mulheres.

A diretoria dessa associação era formada por mulheres, e apenas

dois homens faziam parte, ocupando os cargos de vice-secretário e vice-tesoureiro. Característica importante dessa associação é que o expediente se encerrava às 16h e 40min, horário estabelecido para que as mulheres pudessem buscar seus filhos na escola sem serem prejudicadas por sair antes do trabalho. Ainda, os homens davam preferência para trabalhos que poderiam realizar sozinhos e longe das mulheres, como prensa e separação dos vidros e cobres. Eles só trabalhavam nas mesas (que é um trabalho coletivo com as mulheres) quando não havia outra opção. Nessa situação, percebe-se outra divisão sexual do trabalho. As mulheres puxavam os bags sozinhas, sem a ajuda dos homens. Elas se demonstravam comunicativas, conversavam, davam risada e, principalmente, se solidarizavam e se preocupavam umas com as outras (MOURA; SOPKO, 2021).

Sendo assim, a Arrep acaba por ser um espaço com maior compreensão em relação ao trabalho invisível, uma vez que por sua organização interna, percebe-se há um entendimento maior de como o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos ocupa tempo e energia. É importante considerar que mesmo nesse espaço há uma divisão sexual do trabalho, e as mulheres ainda são as responsáveis pelo trabalho doméstico da associação.

Em relação a Acamaruva, Moura e Sopko (2021), descrevem que essa associação é composta por 15 homens e 25 mulheres. A cozinha também é de responsabilidade de uma mulher. Essa associação fica próxima a uma escola, percebeu-se que as crianças vão ao encontro de suas mães depois do horário da aula, em relação a essa associação as autoras citam:

No total, havia 15 homens e 25 mulheres trabalhando, sendo essa associação com o maior número de homens na cidade. Cinco homens e nove mulheres trabalhavam à noite, das quais todas tinham filhos que moravam com elas. A cozinha da associação funcionava durante o dia e à noite, ofertando aos associados café da manhã, almoço e jantar. A associada responsável por esse trabalho era uma mulher, e a limpeza era realizada pelas associadas que ficavam responsáveis pela cozinha. A presidenta da associação ficava apenas na parte burocrática; entretanto, quando havia grande demanda, “ajudava” nas mesas. Em relação à divisão do trabalho, percebe-se que um homem pesava o material e dois homens ficavam na prensa (MOURA; SOPKO, 2021).

A Acamaru, segundo as observações das autoras (2021), até pouco tempo atrás era composta apenas por mulheres. Depois a associação passou a aceitar os homens como integrantes, desde que eles tivessem algum parentesco com as mulheres que lá trabalham. Uma importante questão sobre a divisão sexual do trabalho está na atividade das prensas, que é realizada por dois homens. As mesas de separação do material são duas, compostas por mulheres, sendo que elas ganham conforme o que separam/produzem (ou seja, o valor é diferente, uma vez que cada mesa tem uma produtividade diferente). Mas os homens da prensa recebem pagamentos referentes à mesa que mais produziu.

Característica importante dessa associação é que ela passou a aceitar homens na sua composição há pouco tempo, desde que fossem parentes (filhos ou esposos das associadas), para ajudar no

complemento de renda familiar. Havia dois homens responsáveis pela prensa. A associação tinha uma divisão por mesas de trabalho, ou seja, eram distribuídos os bags de maneira igualitária, e a mesa que separava mais, ganhava mais. Os homens prensavam os materiais de ambas as mesas, mas ganhavam referente à mesa que tirava maior renda na semana. Uma mulher ficava na cozinha, mas recebia de modo diferente, pois trabalhava menos horas que os demais (essa mulher recebia R\$ 160,00 na semana). No dia em que foi feita a observação, a mulher responsável por essa atividade ficou apenas 40 minutos a menos que os demais associados. Nesse mesmo dia, uma senhora saiu às 16h e 20min para buscar o filho na escola. Uma mulher chegou atrasada, pois foi deixar o filho na escola, e um homem saiu às 16h e 30min para buscar a filha no CMEI (Centro Municipal de Educação Infantil) (MOURA; SOPKO, 2021).

As autoras em questão também fizeram importantes considerações em relação ao espaço físico de cada associação, como podemos observar no quadro seguinte:

QUADRO 1: RELAÇÃO DAS OBSERVAÇÕES REALIZADAS NAS ASSOCIAÇÕES DE CATADORES DA CIDADE DE PONTA GROSSA/PR, APONTAMENTO BASEADO NAS PRINCIPAIS DIFERENÇAS.

OBSERVAÇÕES	ACAMARO	ARREP	ACAMARUVA	ACAMARU
Surgimento	2006	2011	2006	2006
Estrutura Física	4 banheiros (sendo um com chuveiro) Cozinha Escritório (com rede wi-fi) Refeitório Essa é a associação que melhor se encontra nesses termos	4 banheiros (3 deles sendo úmidos) Cozinha Escritório Há uma casa pequena na qual uma associada mora	7 banheiros Cozinha Refeitório Escritório (pequeno)	2 banheiros (sendo que nos dias das observações um deles estava com um aviso para não usar) Refeitório pequeno junto com cozinha Escritório pequeno Essa é a menor das associações
Presidência	Homem	Mulher	Mulher	Mulher
Tempo na presidência	12 anos	1 ano (são feitas eleições anualmente)	9 anos	6 anos
Relação entre os associados	Há pouca interação de um(a) para o outro(a)	Tem bastante interação e conflitos	Tem bastante interação	Tem bastante interação
Questões referentes a Divisão Sexual do Trabalho	Há trabalhos para homens e para mulheres	Há trabalhos para homens e para mulheres	Há trabalhos para homens e para mulheres	Há trabalhos para homens e para mulheres
Desigualdade salarial	Não há	Não há	Não há	Há
Responsabilidade com os filhos	Não observado	Mulheres	Mulheres	Homens e mulheres

Fonte: Relatórios de campo, 2019.

Organização: a autora.

Moura e Sopko (2021) compreendem que a divisão sexual do trabalho, fator primordial nesta pesquisa e nas observações, mostrou-se de forma intensa, uma vez que percebemos a existência de trabalhos que são realizados por mulheres e os

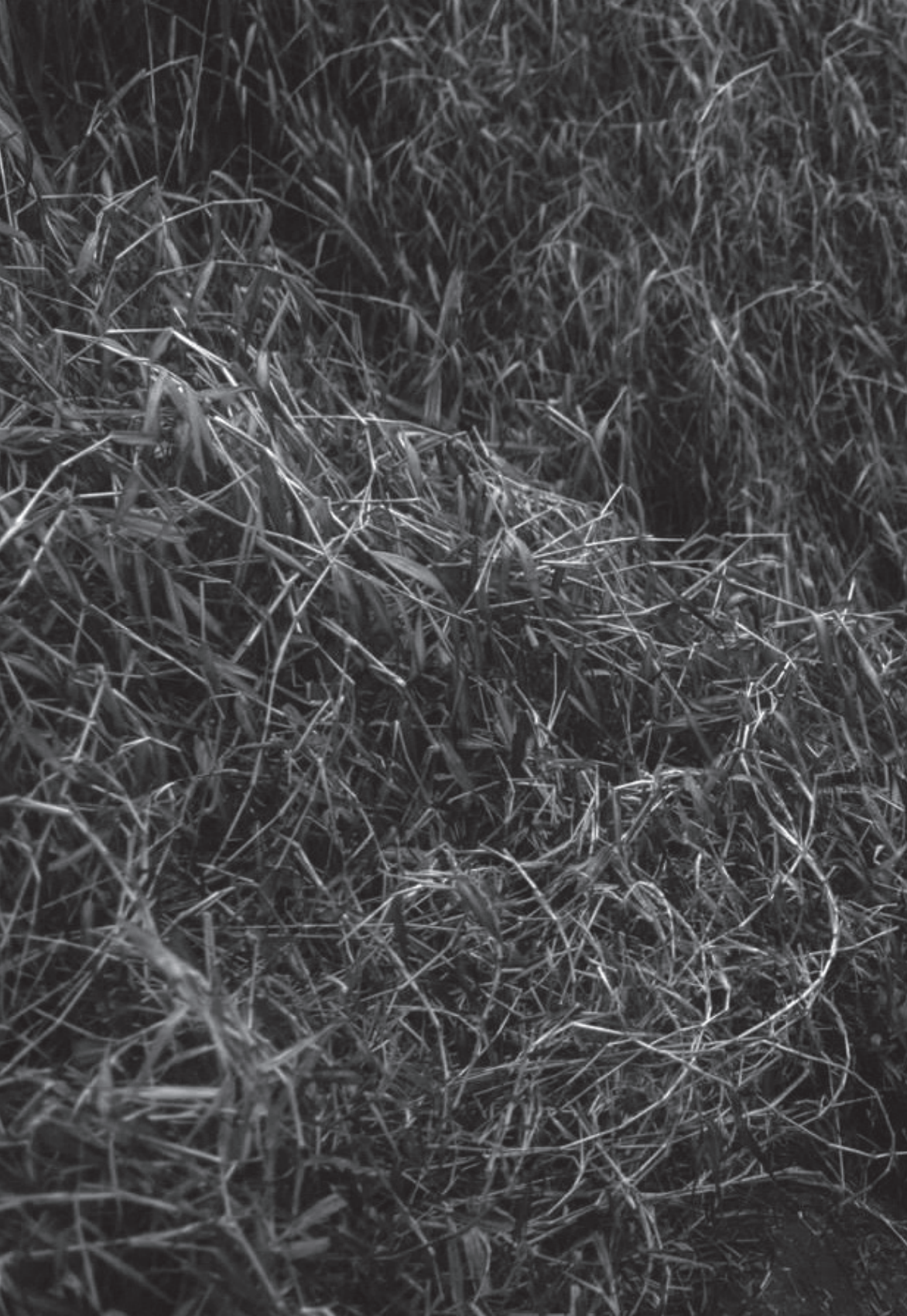
mesmos não são feitos por homens nas associações, como também a maior valorização do trabalho do homem em relação ao da mulher. A naturalização do trabalho doméstico como obrigação da mulher aconteceu em todas as associações, visto que as responsabilidades pela limpeza e pelo almoço/jantar dos associados ficam única e exclusivamente para as mulheres. A desigualdade salarial aparece quando o trabalho que o homem realiza na prensa e mais valorizado do que aquele que a mulher faz na cozinha.

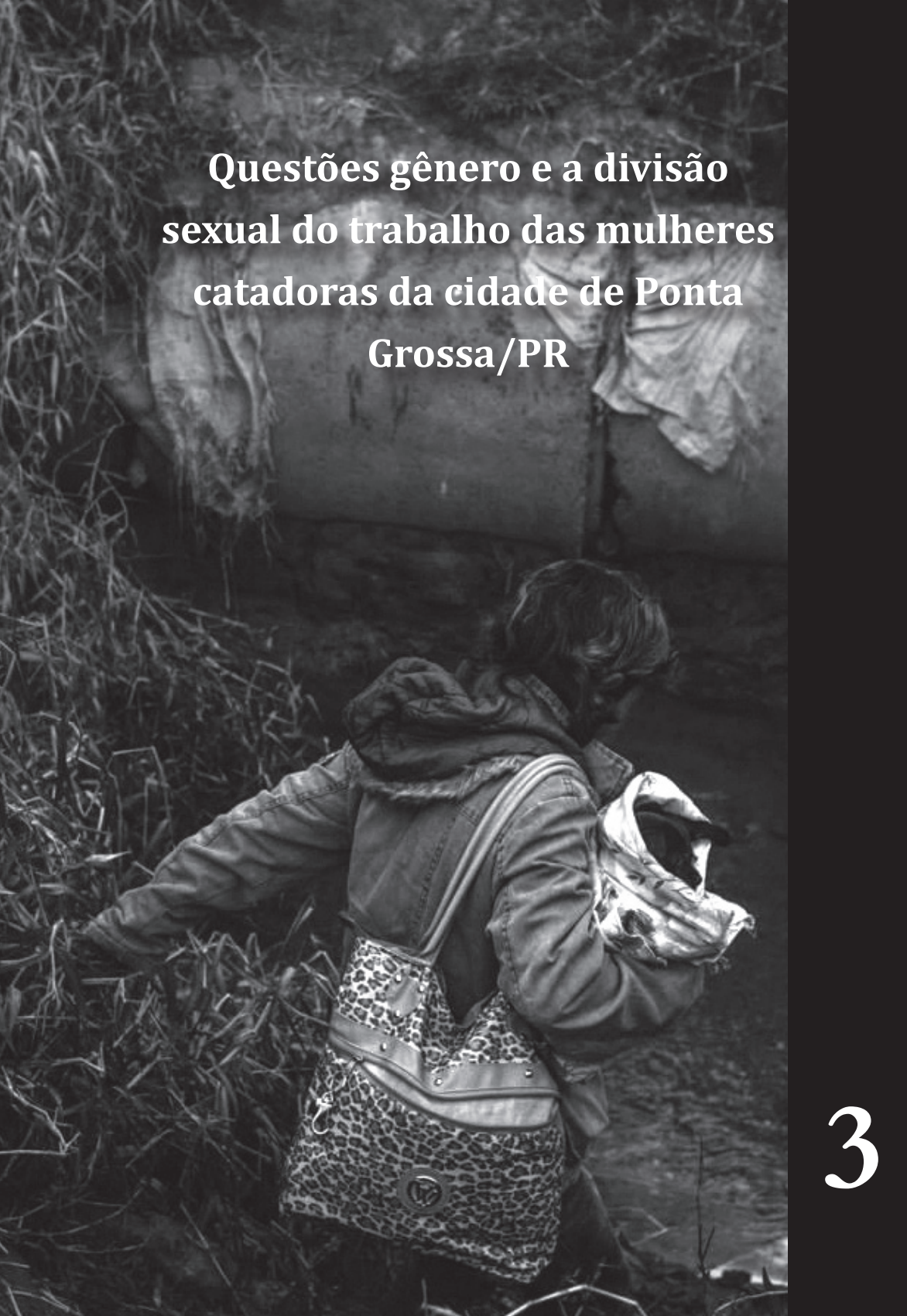
As autoras ainda consideram que a divisão sexual do trabalho também acontece quando se observa que os homens fazem o trabalho da prensa e da pesagem, enquanto as mulheres ficam nas mesas e nos trabalhos domésticos. As funções administrativas das associações ficam majoritariamente sobre os cuidados das mulheres, mas enfatiza-se aqui a problemática de uma presidente estar ocupando um cargo há anos. Percebemos a importância de líderes para um bom funcionamento da associação, mas questionamos a ausência do processo democrático.

A responsabilidade com os filhos foi outro questionamento trabalhado no capítulo anterior deste livro, uma vez que as mulheres no Brasil possuem dupla/tripla jornada de trabalho, muitas vezes naturalizada como sua obrigação. Nas observações realizadas, apenas um homem saiu antes para pegar seu filho no CMEI; o restante das obrigações com os filhos, sejam escolares, ou do Bolsa Família, foram todas realizadas pelas associadas.

Ademais, compreende-se a complexidade desta pesquisa considerando-se que os resultados não são homogêneos, até porque o trabalho ocorre de maneira heterogênea em todos os

sentidos. Assim, no próximo capítulo para dar continuidade às reflexões já trazidas até aqui, faremos a análise dos dados do grupo focal realizado, que reforça o que já vinha se demonstrando através das observações.





**Questões gênero e a divisão
sexual do trabalho das mulheres
catadoras da cidade de Ponta
Grossa/PR**



**“ Eles dizem
que é amor.
Nós dizemos
que é
trabalho não
remunerado. ”**

Silvia Federici

Neste capítulo, pretende-se explorar os resultados da presente pesquisa empírica, que se deu a partir das observações nas associações de catadores na cidade de Ponta Grossa/PR e também do grupo focal realizado junto com as mulheres participantes dessa pesquisa. Primeiramente, serão destacadas algumas observações de caracterização dos sujeitos participantes para, na sequência, apresentar as categorias que se optou por organizar e discutir nesse livro. Por fim, apresentam-se então as análises propriamente ditas.

3.1 A PESQUISA DE CAMPO E A CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Nesta etapa, será realizada a caracterização das participantes, através de uma tabela que apresentará seus principais dados, retirados do grupo focal realizado em setembro de 2018.

TABELA 11: DADOS PRINCIPAIS DAS PARTICIPANTES DO GRUPO FOCAL, 2018

Sujeito	Sexo	Idade	Nome fictício	Associação
Entrevistada A	Feminino	42 anos	Participante A	ACAMARO
Entrevistada B	Feminino	37 anos	Participante B	ACAMARO
Entrevistada C	Feminino	56 anos	Participante C	ACAMARO
Entrevistada D	Feminino	74 anos	Participante D	ARREP
Entrevistada E	Feminino	41 anos	Participante E	ACAMARUVA
Entrevistada F	Feminino	44 anos	Participante F	ACAMARU
Entrevistada G	Feminino	46 anos	Participante G	ACAMARUVA
Entrevistada H	Feminino	61 anos	Participante H	ACAMARU
Entrevistada I	Feminino	48 anos	Participante I	ACAMARU
Entrevistada J	Feminino	57 anos	Participante J	ACAMARUVA
Entrevistada K	Feminino	47 anos	Participante K	ARREP
Entrevistada L	Feminino	50 anos	Participante L	ARREP

Fonte: a autora.

Elaboração: Organização própria.

Para delimitação desta pesquisa, foi definido que participariam da pesquisa para o grupo focal as mulheres catadoras, visto que na cidade de Ponta Grossa/PR elas são maioria entre os trabalhadores. Percebe-se que há uma grande diversidade de idades, variando desde 37 anos até 74 anos. Vale considerar que a mulher de 74 anos já está aposentada, mas ainda trabalha na associação diariamente.

Além das observações e do grupo focal, a pesquisadora participou de reuniões entre a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e as(os) associadas(os), com o objetivo de conhecer e compreender melhor a relação entre eles.

3.2 DELIMITAÇÃO DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE DAS MULHERES CATADORAS DA CIDADE DE PONTA GROSSA/PR

Primeiramente, há de se considerar as teorias de Edward Palmer Thompson sobre a experiência social cotidiana, na qual o autor afirma que esta é uma modalidade de inserção na vida social.

Como já mencionado no primeiro capítulo, Thompson faz uma análise através da dialética marxista, compreendendo o “entendimento da natureza provisória e exploratória de toda teoria, e da abertura de espírito com que se deve abordar todo conhecimento” (THOMPSON, 1981, p. 186, *apud* MIRA *et al.*, 2017, p. 660).

Thompson acredita na necessidade de uma análise baseada em evidências da realidade. “Parte do princípio da dialética marxista da historicidade e totalidade de todo fenômeno social. A história é concebida como processo da vida real dos homens e das relações que estabelecem entre si, entre si e a natureza, por meio do trabalho” (MARTINS, 2006, p. 166). Depreende-se assim que o trabalho acaba por influenciar em todo o processo da vida real dos sujeitos e se torna fundamental em suas vidas e

em suas relações.

Martins (2006) compreende que a experiência social cotidiana é o diálogo existente entre o ser social e a consciência social, entendendo assim a resposta de um indivíduo ou de um grupo social. As práticas e os pensamentos são redefinidos através da experiência, que também é fundamental, uma vez que é nela que os sujeitos constituem suas relações.

A desigualdade social e econômica para as mulheres é uma questão atual, uma vez que, devido às suas duplas e triplas jornadas de trabalho, as mulheres têm menos tempo para se dedicar ao trabalho profissional. Desta forma, encontram-se outras duas importantes categorias de análise: a divisão sexual do trabalho e a dupla jornada de trabalho. O conceito de divisão sexual do trabalho, que teve seu surgimento em 1970 na França, compreende o que é trabalho de mulher e o papel da mulher na sociedade capitalista.

Aliadas à análise dessas categorias, também se apresentará um estudo relacionado ao cotidiano, uma vez que as experiências e o cotidiano dos sujeitos catadores acabam por ter ações, e costumes que constituem seu dia a dia.

É claro que as experiências cotidianas dos sujeitos acabam por retomar o componente econômico, na medida em que, como conceitos históricos, a classe está ligada à luta de classes, e esta é, por definição, baseada no aspecto econômico das relações sociais. De outro modo, as relações sociais e culturais, na luta de classes, são experiências derivadas das relações econômicas de produção e/ou dominação. Essa formulação não é simples, mas é a defendida

por Thompson ao se referir à classe social em seu sentido heurístico (MEIRA, 2014, p. 195).

Segundo Meira (2014), a experiência é o terreno comum no qual os trabalhadores se reconhecem como classe, sendo assim os sujeitos de sua própria história, não sendo definidos pela posição econômica que possuem.

Consciência de classe para ele não era apenas o reconhecimento das condições materiais e da dominação socioeconômica resultante disso; significava também a compreensão do conjunto de valores, ideias, tradições, manifestações culturais e religiosas de cada grupo humano, que os diferenciava e, ao mesmo tempo, aproximava os seus membros (MEIRA, 2014, p. 198).

Dessa forma, compreende-se que a experiência representa um elemento importante para o entendimento de classe e da consciência de classe. A experiência acaba por acrescentar um fator para o entendimento desse conceito.

3.3 PESQUISA QUALITATIVA, CARACTERIZAÇÃO E DISCUSSÃO

O presente material é resultado de observações realizadas nas associações de catadores, da participação de reuniões junto à Secretária Municipal de Meio Ambiente e do grupo focal realizado em setembro de 2018. Tais conteúdos foram analisados e serão apresentados nos itens a seguir.

O processo de categorização se deu a partir da análise de conteúdo, que, segundo Bardin (1977), tem como objetivo o desvendar crítico. Para a autora, a análise de conteúdo é um método empírico.

A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registo, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos. O critério de categorização pode ser semântico (BARDIN, 1977, p. 117).

Segundo Bardin (1977), é na categorização semântica que todos os temas que têm o mesmo significado ficam agrupados na mesma categoria. Na categorização, faz-se necessária uma análise em duas etapas: o inventário (isolar os elementos) e a

classificação (dividir os elementos e organizar as mensagens). Assim, no quadro abaixo se destacam as categorias e os elementos de análise para esta etapa do livro:

QUADRO 2: CATEGORIZAÇÃO DOS SUJEITOS DO GRUPO FOCAL.

Categoria 1: Experiência e Classe Social das mulheres catadoras da cidade de Ponta Grossa/PR		
a) Da inserção na catação à rotina de catadora: as principais dificuldades das mulheres no trabalho	b) O reconhecimento e/ou a ausência dele diante das pessoas e do poder público	c) a experiência do que é ser catadora e seu significado para si próprias.
Categoria 2: A divisão sexual do trabalho nas associações de catadores(as): Qual o papel de cada um?		
a) Divisão sexual do trabalho: A divisão do trabalho por gênero	b) A divisão desigual e instrumentos de poder dentro das associações de catadores	c) a necessidade ou não de homens na associação
Categoria 3: A dupla/tripla jornada de trabalho das mulheres catadoras e busca por reconhecimento desses trabalhos		
a) Do lar ao trabalho profissional: as dificuldades que mulheres encontram diante de jornadas cansativas de trabalho	b) A ausência de políticas públicas para garantir às mulheres sua inserção e permanência no mercado de trabalho	c) Diferença salarial entre homens e mulheres, desvalorização do trabalho da mulher e a divisão de tarefas domésticas.

Fonte: Elaboração própria.

3.3.1 CATEGORIA 1: EXPERIÊNCIA E CLASSE SOCIAL DAS MULHERES CATADORAS DA CIDADE DE PONTA GROSSA/PR

Como já explanado no primeiro capítulo, os conceitos experiência e classe social são muito importantes na análise do autor Edward Thompson. O conceito de classe social é amplo e, quando analisado por Marx e Engels (2010), compreende-se que vivemos em uma sociedade dividida em classes, sendo essas: os detentores dos meios de produção e os que possuem apenas sua mão de obra para sua sobrevivência, ou seja, os burgueses e os proletários.

Marx (1988), no volume I de *O Capital*, compreende que no capitalismo há acumulação de riquezas e de capital, ou seja, há cada vez menos capitalistas e cada vez mais donos de mais empresas. Essas acumulações geram inquietações e mais contradições no capitalismo. Marx (1998) entende que a partir disso é possível organizar a classe trabalhadora.

Marx (1988) faz uma divisão econômica da sociedade. Já Thompson (1978) acredita que, para compreensão de classe social, faz-se necessário entender a experiência individual que cada sujeito traz consigo.

Como já mencionado anteriormente, a experiência compreende respostas mentais e emocionais, e ela está em toda parte — nas ações, no cotidiano, na forma como os indivíduos se relacionam — construindo assim sujeitos carregados de experiência.

Para compreensão do processo de experiência das mulheres catadoras abordar-se-á sua inserção dentro da catação, como também suas principais dificuldades no trabalho.

a) Da inserção na catação à rotina de catadora: principais dificuldades das mulheres no trabalho

Como descrito no primeiro capítulo, para Antunes (1999) os proletários não são os detentores dos meios de produção. Devido a isso, eles precisam articular maneiras para sua sobrevivência, qual seja, vender sua mão de obra e produzir mais valia para o capital. A lógica de trabalho foi se formando e se adequando segundo a necessidade do capital.

Com a lógica do capital, não existe trabalhar sem lucro e, conseqüentemente, sem explorar. Dessa forma, todos os meios são explorados, das mais diversas maneiras: do sujeito que trabalha em condições insalubres até o meio ambiente.

Em relação à figura da mulher, sabe-se que se encontra em um contexto de desigualdade social e econômica em relação aos homens, o que a faz muitas vezes aceitar trabalhos precários e com baixa remuneração, para estar inserida nesse contexto. Para tal entendimento, foi perguntando às mulheres catadoras como se deu sua inserção nas associações e se já trabalhavam com reciclagem antes.

Não, eu nunca trabalhei com reciclagem. Tinha amigas minhas que trabalhavam com reciclagem, daí passava lá, daí eu passava lá e

dava uma olhadinha, daí eu precisava ficar ali mesmo e me achei (Participante A).

Eu comecei com a reciclagem quando me separei do meu ex-marido, isso faz cinco anos (Participante B).

Eu já trabalhei alguns anos atrás, aí eu saí porque arrumei outro serviço, daí não deu certo e eu acabei voltando. Daí tô ali há 1 ano agora (Participante C).

Pois eu faz uns 7 anos que já tô trabalhando na reciclagem. Mas antes eu já trabalhava e sabe como que eu trabaiava, tinha um comprador, atravessador no meu bairro, então lá nois era muito que não tinha várias coisas, daí nois juntava e vendia pra aquele atravessador, daí ia aprendendo. Daí quando eu entrei na associação já faz 7 anos, eu já entrei sabendo, entrei já, saí com eles arrecada lugar para nós ponhar, aí não conseguia e a prefeitura ajudou nós e tamo lá até agora, faz 7 anos que nós tamo lá. Só que a gente se dá muito bem, nós somo tudo unido (Participante D).

Tenho 41 anos, sou presidente lá. E eu fui trabalhar também porque uma amiga minha foi antes daí eu falei: “- vou lá pedir serviço” e já fazem 10 anos (Participante E).

Eu comecei juntando com carrinho, daí quando abriu a associação eu fui para associação. Daí continuei trabalhando lá até hoje, faz 15 anos, desde abriu eu tô lá (Participante F).

Eu fui trabalhar na primeira reciclagem que saiu. Eu trabalhei muito tempo no lixão, vivendo na contramão e na contramão deu certo. Daí fui para rua trabalhar, faz 8 anos, é faz 12 anos (Participante G).

Faz mais de 25 anos que eu tô na reciclagem. Trabalhei 10 anos na rua e agora eu tô lá na associação (Participante H).

Catava na rua também, aí fui entregar uma carta no barracão e já fiquei lá, fazem 12 anos (Participante I).

Trabalhava no lixão e do lixão fui catar na rua, daí da rua quando começou a associação fui para lá (Participante J).

A gente corre atrás, vai para 8 anos já. E era carrinheira também, trabalhava na rua, daí nós tivemos reuniões no CRAS e conseguimos lá (Participante K).

Quase todo mundo me conhece, trabalhei de carrinheira desde 2005, faz 25 anos que eu lido com reciclagem [...] (Participante L).

Através dessas falas, percebe-se que seis das doze mulheres entrevistadas já trabalhavam antes com reciclagem, e duas delas trabalharam por muitos anos no lixão. Quando as participantes levantaram essa questão, perguntou-se a elas como era trabalhar e praticamente morar no lixão. Os aspectos levantados sobre tal questão foram, majoritariamente, positivos economicamente para elas, o que pode ser compreendido na seguinte fala:

Era sofrido, mas tirava bem (Participante G).

Quando questionada a frequência de trabalho no lixão, as participantes responderam da seguinte maneira:

Dia e noite (ênfase na voz). Posava e morava lá. Sempre eu ficava e o marido vinha com a carga, tinha que pesar, tinha que ver as crianças (inaudível). Sempre nós vinha no final de semana, na sexta-feira de tarde, sábado de manhã com a última carga. Daí lá nós dormia um pouquinho debaixo da barraca (Participante G).

Bastos e Magalhães (2016) compreendem que, com os fechamentos dos lixões, cumpriu-se o que foi exigido pela Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS). Mas os trabalhadores de lá seguem esquecidos, deslocados em relação às suas atividades, identificando-se na catação de materiais recicláveis como uma das únicas atividades possíveis para sua inserção. Esses trabalhadores não têm oportunidades de inserção no mercado de trabalho formal depois que se ausentou a fonte de renda que lhes garantia a sobrevivência.

É sabido também que, o encerramento dos lixões afetaria diretamente o universo dos catadores, ladeado por redes de influências perversas que afetam sobremaneira a condição de sobrevivência, bem como o seu acesso a bens e serviço como qualquer trabalhador brasileiro (BASTOS; MAGALHÃES, 2016, p. 394).

Os lixões não foram apenas um local para armazenamento

do lixo não reciclável, mas também um local de sobrevivência de muitos sujeitos que acabam por viver em condições subalternas.

Como mencionado anteriormente, nas falas de uma das entrevistadas percebeu-se certos aspectos positivos em trabalhar/viver no lixão. Essa considerou que a renda era superior em relação à atual das associações de catadores, mesmo que as condições de trabalho fossem ainda mais insalubres e precárias.

Em algumas falas, as participantes relatam os sofrimentos e as dificuldades desse período de suas vidas:

Era bem sofrido, nós ia todo dia e voltava (Participante J).

Nós ficava, Eu e meu marido ficava (Participante G).

Sobre as necessidades fisiológicas, as participantes responderam:

Nós ia lá no rio assim e voltava (Participante G).

Tinha uma lagoa lá perto (Participante J).

Tinha que ir no mato (Participante G)

Em relação à rotina no lixão, elas afirmaram que era difícil e sofrido. E também relataram o que retiravam de lá, sendo confirmado pelas seguintes falas:

Era muito sofrido, sabe, um tempo desse frio, acordar 4 horas da manhã para ir pro lixão não era muito fácil, eu às vezes até posava

lá (Participante J).

Só que lá ganhava super bem. Se aqui ganha 50 real lá tirava de 250 a 300 real o dia, ganhava super bem (Participante G).

Segundo Paixão (2005), as catadoras do lixão realizam um trabalho que, além de não ser reconhecido, desqualifica quem o realiza. É um trabalho marcado pela luta cotidiana, pela sobrevivência e pela tentativa de provar aos outros e a si mesmas que são trabalhadoras dignas. O lixão é visto como o último dos recursos em uma sociedade, marcada pela redução da oferta de empregos. O lixão se mostra como uma alternativa que está sempre de portas abertas, enquanto as outras estão fechadas.

Há um benefício suplementar propiciado pelo lixão, importante na economia familiar. Elas recolhem produtos que atendem às necessidades da casa, como alimentos, roupas, calçados, utensílios domésticos, além de outros objetos: bijuterias, livros, revistas, celulares etc. (PAIXÃO, 2005, p. 144).

Compreende-se então o porquê de as catadoras considerarem que no lixão suas rendas eram maiores, uma vez que tudo lá era reaproveitado. O que é lixo para grande parte da população é reaproveitado e vira renda.

Em relação à ocupação profissional, duas das catadoras relataram as atividades profissionais que tiveram antes de estarem inseridas no processo da reciclagem.

No meu caso eu, trabalhava no mercado, trabalhei cinco anos no mercado. Daí eu me separei e vim pro Jardim Monte Carlo. Na realidade, eu poderia ter arrumado um outro serviço, só que daí eu queria tá fazer tudo junto. Eu tinha as crianças pequenas, o trabalho perto, sabe, então criança na creche, trabalho pertinho, então, apareceu a reciclagem e para mim então foi o melhor negócio para mim (Participante A).

Bom, antes de trabalhar registrada eu já era catadora na rua, só que catava com carrinho de mão. Tinha duas crianças pequenas também que deixava com a vizinha. Vendia uma carga de manhã, outra depois do almoço. Parei, daí fui trabalhar registrado. Não deu certo mais, a firma faliu, daí eu não tinha outra opção e encontrei a associação também e tamo lá até hoje (Participante B).

Como dito anteriormente, seis das doze participantes já trabalhavam com reciclagem, duas trabalhavam no lixão e apenas duas relataram suas experiências profissionais com carteira registrada antes de entrarem nas associações de catadores (falas essas que foram mencionadas acima), sendo que as outras duas optaram por não falar.

O desemprego aparece como elemento fundamental para os sujeitos se inserirem na catação, uma vez que essa se mostra como uma atividade alternativa para obtenção de renda e acaba por garantir a sobrevivência do catador e de seus familiares (MEDEIROS; MACEDO, 2006).

Percebe-se então que, majoritariamente, essas mulheres trabalhavam com a reciclagem, sendo em carrinhos ou

diretamente no lixão; apenas duas tiveram uma experiência profissional formal, mostrando assim o pouco acesso delas ao mercado de trabalho.

b) Reconhecimento do trabalho ou ausência dele diante das pessoas e do poder público.

Medeiros e Macedo (2006) afirmam sobre a profissão que, pouco a pouco, os catadores estão construindo sua história e seu reconhecimento profissional. Uma prova disso está na oficialização da profissão em 2002 na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

No ano de 2003, o Governo Federal criou o comitê de inclusão social de catadores de lixo. Dentre outras atribuições esse comitê deveria implantar projetos que visassem garantir condições dignas de vida e trabalho à população catadora de lixo, bem como apoiar a gestão e destinação adequada de resíduos sólidos nos municípios brasileiros. Contudo, observa-se que os catadores desempenham suas atividades em condições precárias, sofrem preconceitos e possuem baixo reconhecimento do papel que representam na economia e no meio ambiente, embora tenham a profissão reconhecida e sejam resguardados por um comitê específico (MEDEIROS; MACEDO, 2006, p. 66).

A profissão do catador(a) de materiais recicláveis tem uma grande trajetória, mas ainda se percebe que seu reconhecimento é pequeno e o seu estigma grande. Isso torna ainda maior a

necessidade de valorização da profissão por órgãos, gestores públicos e também pela sociedade em geral.

Quando questionamos as participantes do grupo focal em relação ao reconhecimento da profissão, foi unânime o sentimento de desvalorização e a necessidade do reconhecimento da ocupação profissional.

Nós pelos menos deveria ter o NPS (INSS) pago que já ajuda. Uma vez contaram lá para nós sobre o INSS, mas tem que pagar 80 real por mês, e nessa época nós ganhava sabe quanto? R\$160,00; R\$150,00, se nós tirava esse dinheiro para pagar, iria comer o quê? E ali tem gente que depende, que nem eu mesma, eu sou sozinha, eu crio meus filhos sozinha. Eu iria tirar para mim e iria faltar para eles (Participante G).

Eu acho que tinha que valorizar mais o serviço nosso, porque não é lá né (gesto com as mãos) nós que fazemos tudo, limpeza, nós fazemos tudo a limpeza (ênfase na voz) e não dão valor (Participante H).

Acho que nós tinha que ter mais valor, ser mais reconhecido [...] (Participante J).

Eu acho que ele deveria ser reconhecido como qualquer outro tipo de emprego (Participante K).

Eu acho que tinha que ser mais reconhecido esse trabalho, ter direitos né, facilitaria a vida [inaudível] tinha que ser mais reconhecido

[...] (*Participante L*).

Quando foram abordados os temas reconhecimento e valorização, imediatamente as catadoras do grupo focal identificaram esses itens com políticas públicas¹⁶, sendo as principais e mais questionadas: a aposentadoria e a licença maternidade.

Como abordado no primeiro capítulo, sobre gênero e políticas públicas, existe uma necessidade de o Estado se responsabilizar pelas questões relacionadas à desigualdade de gênero, uma vez que a mulher se afasta do mercado de trabalho devido à gravidez e à responsabilidade com os filhos e o cônjuge. Saffiotti (2015) considera que a licença maternidade deu maior segurança às mulheres, mas ainda não é suficiente, devido às responsabilidades que lhe são naturalizadas.

Em relação às políticas públicas, Rocha (2016) considera que essas são necessárias em resposta às necessidades apresentadas pelo desenvolvimento capitalista. A luta das mulheres é constante e, para a conquista de seus direitos, foram muitas as reivindicações e participações em espaços como conselhos de políticas públicas, e de direitos da mulher. Mesmo com tantas dificuldades e entraves, ainda há de se considerar que existem avanços. Entre eles, cita-se em 2003 a Secretária Especial de Políticas Públicas para as Mulheres da Presidência da República (SPM), que teve status de Ministério.

16 Nesse primeiro momento da análise, não serão discutidas questões sobre direitos e políticas públicas. Esses debates serão aprofundados nas análises posteriores, como mostrou-se no Quadro 2, página 161.

Assim como os organismos estaduais e municipais, sobretudo do primeiro escalão, a SPM trouxe modificações nas relações com os demais órgãos governamentais e na dinâmica da formulação, coordenação, articulação e implementação de políticas para as mulheres (ROCHA, 2016, p. 318).

Contudo, no atual contexto, com novo governo no país, desmanchou-se muito do que se tinha e ainda não é possível observar iniciativas prósperas de impacto para a categoria.

Rocha (2016) pontua, nesse processo de construção, a importância das Conferências Municipais, Estaduais e Nacional de Políticas Públicas para Mulheres (2004, 2007, 2011). Houve grande participação dos movimentos de mulheres e feministas na preparação e concretização de tais eventos e na materialização dos Planos Nacionais (2004, 2008, 2013).

Ressalta-se que as mulheres, há décadas, vivem de forma a serem exploradas, subordinadas e dominadas pelo patriarcado e pelo capitalismo. As mulheres foram e continuam sendo uma mão de obra barata e, muitas vezes, acabam por se inserir em trabalhos precários para sua sobrevivência.

O INSS foi citado nas falas das participantes do grupo focal; porém, essa não é uma política pública específica para as mulheres. O INSS faz parte do tripé da seguridade social: saúde, assistência e previdência. Nas falas, percebe-se a insegurança das mulheres em relação à previdência, uma vez que, de forma majoritária, as mulheres participantes não são contribuintes da previdência social.

c) Experiência do que é ser catadora e seu significado para si próprias.

Como falado anteriormente, metade das participantes do grupo focal já trabalhava como catadora nas ruas antes de participar de associações. Duas delas trabalharam antes nos lixões da cidade. Assim, sabe-se que as catadoras têm experiência do que é ser catadora. Nesse sentido, buscamos também compreender o que significa para elas mesmas o trabalho que realizam. Para melhor compreensão dessa desta categoria, no dia da realização do grupo focal foi mostrada a elas uma foto de uma mulher catadora de rua, para que se identificassem com a imagem em questão. As respostas¹⁷ apresentadas foram as seguintes:

A gente tem que gavar muito, porque a gente aprendeu a fazer isso e tem que continuar até quando der. Só que é muito bom para limpeza dos bairros, não tem mais aquela sujeira que tinha né. Primeiro a gente [inaudível]. Agora não, agora a rua já tá mais limpa, os esgotos não tem mais né, que o que ninguém aproveitava jogava no esgoto. Agora com essa lei que veio, com esse tipo de serviço é aproveitado (Participante D).

[...] porque nós sempre, de cada semana nós vamos pros rios, sabe? Na verdade, de carro e antigamente tinha bicho morto e sujeirada,

17 Apenas três das participantes responderam tal questão. Mas, durante o grupo focal e sendo comprovado pela gravação, todas elas concordavam, gesticulado e concordando com as respostas dessas participantes.

sujerama nas águas, hoje a gente já não encontra, porque os catadores já não estão deixando poluir né (Participante L).

Eu acho que ele deveria ser reconhecido como qualquer outro tipo de emprego (Participante K).

Quando questionada a forma de valorização que essas mulheres esperam, elas foram unânimes e responderam que é em forma de salário, uma vez que compreendem que o trabalho que realizam é de utilidade pública.

Bosi (2008) entende que foi a partir dos anos 80 que os catadores se tornam uma força de trabalho cada vez mais visível na sociedade. Mas também é preciso levar em conta que essa categoria profissional não emergiu de forma livre entre os trabalhadores, mas sim pela precariedade do mercado formal, pois a grande maioria dos catadores não exerceu outra profissão por determinação do mercado ou por incapacidade física.

Atualmente, há discussões sobre o pagamento dos recicladores pelos serviços que prestam aos municípios. Contudo, este debate ainda é muito incipiente. A bolsa reciclagem é uma realidade presente em poucas cidades do Brasil. Goulart (2015) analisa a realidade do estado de Minas Gerais, comparando-o a Brasília, onde há um projeto de lei semelhante. A bolsa reciclagem tem o repasse direto às associações de catadores, com base na quantidade (toneladas) separada e vendida de cada tipo de material, trimestralmente.

O estado de Minas Gerais, por exemplo, instituiu a bolsa reciclagem, o que as catadoras compreendem como um

reconhecimento/valorização da profissão do(a) catador(a).

Seguindo à tendência que seria instituída pela PNRS, o estado de Minas Gerais aprovou, já em 2011, a lei estadual 19.823/2011, criando um programa denominado Bolsa Reciclagem. Trata-se de incentivo financeiro direto, por meio de repasses trimestrais, às associações de catadores de materiais recicláveis, com intuito de fomentar o trabalho destas associações e melhorar a condição socioeconômica destes trabalhadores, historicamente inseridos em classes sociais abnegadas pelo sistema econômico, pelo poder público e pela sociedade (GOULART, 2015, p. 7).

Percebe-se, portanto, que os(as) catadores(as) de materiais recicláveis, ao mesmo tempo que são incluídos, são excluídos: busca-se a inclusão desses sujeitos em um trabalho para obtenção de renda, mas, ao mesmo tempo, eles são excluídos pelo próprio trabalho no qual se inserem, já que a atividade é considerada precária e suja.

3.3.2 CATEGORIA 2: DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NAS ASSOCIAÇÕES DE CATADORES(AS): QUAL O PAPEL DE CADA UM?

Como se viu no decorrer do capítulo 1, a divisão sexual do trabalho emergiu no sistema capitalista, uma vez que a categoria trabalho também emergiu no atual sistema econômico. Sabe-se que a acumulação e o lucro são os principais objetivos do capitalismo e, conseqüentemente, nele ocorre a exploração da mão de obra.

A divisão sexual do trabalho considera duas acepções: a distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho e as diferenças no tempo e no espaço dessa distribuição. Assim, compreende-se como essa distribuição se associa à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Recapitulando ainda o capítulo 1, existem diferenças que são visíveis e constantes entre homens e mulheres, pois são naturalizadas. As mulheres são responsáveis por todo cuidado dos filhos e do cônjuge, uma vez que elas são consideradas figuras doces, amáveis e carinhosas. Nessa mesma sociedade patriarcal, o homem é a figura responsável por questões monetárias, já que sua figura é naturalizada como forte e provedora.

As condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas, antes de tudo, construções sociais.

Homens e mulheres não são uma coleção – ou duas coleções – de

indivíduos biologicamente distintos. Eles formam dois grupos sociais que estão engajados em uma relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, têm uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem através da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, de maneira concisa, divisão sexual do trabalho (KERGOAT, 2003, p. 55).

Kergoat (2003) analisa as relações sociais de sexo, que são construídas socialmente e têm como base o trabalho. A divisão sexual do trabalho decorre das relações sociais de sexo e relega, como base, as mulheres às esferas reprodutivas e os homens à esfera produtiva.

Kergoat (2003) coloca a divisão social do trabalho em dois princípios organizadores: o da separação, que considera que há trabalhos de homens e trabalhos de mulheres, e o da hierarquização, no qual um trabalho de homem vale mais que um trabalho de mulher. Desta forma, consegue-se analisar as profissões em que predominam homens e que, conseqüentemente, são ocupações de maior valor, tanto para o mercado, quanto socialmente (engenheiros, advogados, médicos etc.). Por outro lado, existem as profissões em que há majoritariamente mulheres, que são ocupações de menor valor (professoras, pedagogas, enfermeiras etc.).

Outrossim Kergoat (2003) afirma que a ideologia naturalista acaba por empurrar o gênero para o sexo biológico, reduzindo as práticas sociais a papéis sociais sexuados. Ainda, aponta que o mesmo papel considerado amplamente feminino em uma sociedade pode ser considerado masculino em outra, ou seja,

os papéis variam de acordo com o tempo e o local.

Por meio de uma tomada de consciência, tornou-se evidente que o trabalho das mulheres era realizado de forma gratuita e invisível. A partir disso, percebeu-se que aquilo que era considerado obrigação para muitas mulheres era, na verdade, um trabalho sem valor e sem visibilidade.

Mas falar em termos de divisão sexual do trabalho é ir mais além de uma simples constatação de desigualdades: é articular a descrição do real com uma reflexão sobre os processos pelos quais a sociedade utiliza a diferenciação para hierarquizar essas atividades (KERGOAT, 2003, p. 59).

Hirata (2007) analisa o trabalho das mulheres e compreende que a precarização se encontra não apenas no mercado de trabalho, mas também na família e na esfera doméstica. Nesse sentido, como mencionado anteriormente, sugerem-se três indicadores do trabalho precário: 1) ausência de proteção social e direitos sociais; 2) horas reduzidas de trabalho que, conseqüentemente, resultam em salários baixos, 3) níveis baixos de qualificação, levando a baixas rendas.

Como apresentado, considera-se que a precarização da mulher abrange tanto sua exploração no trabalho formal, quanto no trabalho doméstico. O trabalho formal da mulher é considerado uma mão de obra barata, e seu trabalho doméstico é visto como invisível e sem valor. Como já mencionado, o trabalho público é aquele que é visto, valorizado e todos reconhecem; já o trabalho privado é aquele sem valor, feito

para os filhos e cônjuges e não é reconhecido nem por eles.

a) Divisão sexual do trabalho: A divisão do trabalho por gênero.

A divisão sexual do trabalho acontece em diversas classes e culturas, tendo grande amplitude. Esta característica demanda o aprofundamento do estudo em áreas específicas, como no caso das mulheres catadoras.

Com o trabalho, emergiu a precarização, uma vez que o objetivo do sistema econômico é o lucro, e as condições adequadas acabam ficando em segundo plano.

A divisão sexual do trabalho, mesmo quando velada, em ambientes considerados igualitários, mostra-se presente, como podemos compreender nas seguintes falas analisadas:

Para mim não tem diferença porque tudo que um homem faz uma mulher também faz (Participante E).

Também acho (Participante B).

Eu também (Participante C).

Mas pede socorro. Eu sou uma delas que pede socorro lá né, porque eu e ela fazemos fardo, fardo de 200 kg, 250kg de material ai nós pedimo socorro pros homens, né, nós precisamos de homem para ajudar nós (Participante D).

Igual caso, existe pessoa que a gente já pede. Igual para mim é as meninas que pesam, agora que to com homem, não tinha homem, não trabalhava com homem. Não gostava de trabalhar com homem, nós pegava vários homem e era tudo preguiçoso. Agora a gente pegou mais porque a mulher cansa também né, força fica fazendo. Lá você se admirou do piá buscar a menina na creche, que é mulher que faz é ele que faz (Participante E).

Lá na associação é lugar de mulher, porque não vejo homem cozinhando lá [risos]. Mas nada contra né, até porque hoje em dia tem cozinheira e cozinheiro (Participante E).

Mas os nossos lá não são (Participante B).

Os nossos não (Participante A).

Os nossos lá não cozinham, mas daí é dividido a tarefa, antigamente era um dia de cada um limpar (Participante L).

Para melhor compreensão da divisão sexual do trabalho nas associações de catadores(as), foi usada como exemplo a divisão de tarefas domésticas. Grande parte das participantes faz o trabalho considerado braçal sem aparentar nenhuma queixa. Em relação ao trabalho doméstico das associações, em todas ele é realizado unicamente por mulheres. E em apenas uma associação o trabalho doméstico já foi realizado por homens.

Antigamente, daí digamos assim, seu Antônio hoje, daí semana que vem seu José. Agora, igual eu to falando para você, agora não, porque tem uma fixa, mas antigamente faziam, era um dia de cada, só lavavam a louça e limpavam o chão (Participante L).

As diferenças entre uma associação e outra são visíveis: o trabalho considerado pesado em algumas é realizado por homens, mas em outra é realizado por mulheres.

Problematizar em termos de divisão sexual do trabalho não remete, portanto, a um pensamento determinista; ao contrário, trata-se de pensar a dialética entre invariantes e variações, pois, se supõe trazer à tona os fenômenos da reprodução social, esse raciocínio implica estudar simultaneamente seus deslocamentos e rupturas, bem como a emergência de novas configurações que tendem a questionar a existência mesma dessa divisão (KERGOAT, 2003, p. 56).

Sobre a divisão sexual do trabalho, Kergoat (2003) a coloca de forma dialética, considerando todas as variações, uma vez que a reprodução social acontece das mais diversas maneiras e em todas as realidades.

Scott (1995) analisa a força de trabalho do homem, que é considerada superior à da mulher e, por isso, o homem acaba por se apropriar de outros espaços de trabalho. Isto é, o homem acaba por ocupar espaços profissionais diversos, uma vez que leva vantagem na força física.

Como já explanado no capítulo 1, Perrot (2005) constata que as mulheres sempre trabalharam, mas isso não quer dizer

especificamente que tinham uma profissão. Ou seja, no trabalho há um modelo biologicamente naturalizado, o que coloca o trabalho da mulher como invisível e sem valor, sendo esse trabalho o doméstico.

Como vimos nas falas, o trabalho doméstico continua por ser realizado especificamente apenas por mulheres nas associações de catadores. Houve apenas uma associação na qual havia um rodizio para limpeza e organização. Todas as participantes afirmaram que sempre foram mulheres que cozinham nas associações. Desta maneira, observa-se que a responsabilidade pelas atividades domésticas ainda é majoritariamente das mulheres. Em uma das observações nas associações, percebeu-se que a mulher responsável pelo trabalho na cozinha recebia um valor inferior aos demais trabalhadores.

Foi abordada com as participantes do grupo focal a possibilidade de contratação de um homem para realizar o trabalho doméstico¹⁸ (cozinha e limpeza). As mulheres responderam que essa nunca foi uma alternativa.

Ainda havia uma associação que não permitia a entrada de homens. O trabalho era realizado única e exclusivamente por mulheres. Somente há pouco tempo as associadas passaram a aceitar homens.

Na verdade, ele entrou, foi lá um pia que precisa trabalhar. Lá dentro é tudo parente (Participante E).

18 O trabalho da limpeza e da cozinha nas associações de catadores(as) é terceirizado. As associações contratam alguém e pagam referente ao que eles recebem no mês.

Como abordado no capítulo 1, mesmo com o passar dos anos a responsabilidade do trabalho doméstico ainda é das mulheres, pouco mudou no decorrer do tempo. Compreende-se que as mulheres ainda se encontram em uma situação de exploração realizando um trabalho invisível sem remuneração.

Biroli (2018) compreende que boa parte do feminismo faz uma crítica à maternidade, que tem sido historicamente definida pela divisão sexual do trabalho, sobrecarregando assim as mulheres, principalmente as pobres. Isso restringe sua participação em outras esferas da vida e, em contrapartida, libera os homens das responsabilidades e do cuidado com os filhos. Ademais, essa responsabilidade histórica das mulheres se transforma em mais um fator para sua vulnerabilidade. A dedicação desigual em tempo e energia das mulheres em trabalhos domésticos faz com que tenham maiores dificuldades para o exercício do trabalho remunerado (BIROLI, 2018). Desta forma, entende-se a necessidade de as mulheres se inserirem em trabalhos com jornadas flexíveis e precários, como é caso das catadoras de materiais recicláveis.

Entre as camadas mais pobres da população, a maternidade não costuma ser uma atividade em tempo integral e, quando o é, traz as marcas do desemprego e da precariedade. As escolhas das mulheres podem ser analisadas como respostas às dificuldades de conciliar o exercício do trabalho remunerado e o cuidado com as crianças, em contextos nos quais as famílias se transformaram, as relações de trabalho não atendem a uma lógica que incorpore a dependência de outras pessoas em relação às trabalhadoras, os equipamentos públicos

são insuficientes e os recursos para a compra de serviços no mercado são escassos (BIROLI, 2018, p. 107).

Com essa análise da autora supracitada, consegue-se fazer um contraponto com Hirata (2007), que trabalha a divisão sexual da precariedade. Biroli (2018) considera que a vulnerabilidade é intensificada pela dupla/tripla jornada de trabalho das mulheres. A divisão sexual do trabalho é agravada pelas questões socioeconômicas de cada mulher e também pela ausência de políticas públicas ofertadas pelo Estado. As mulheres pobres e trabalhadoras precisam recorrer a recursos públicos para estarem inseridas no mercado de trabalho.

b) Divisão desigual e instrumentos de poder dentro das associações de catadores.

Nos últimos anos, muitas são as mudanças nas relações do trabalho feminino – maior inserção das mulheres no mercado de trabalho, luta por equidade salarial, maior inserção das mulheres na política, entre outros aspectos. Mas, ao mesmo tempo que existem conquistas, ainda há um longo caminho pela frente, uma vez que a desigualdade de gênero segue presente. Exemplo disso está na sobrecarga da mulher em trabalhos invisíveis que acabam por afetar diretamente sua vida social e econômica.

Como dito anteriormente, entende-se que a divisão sexual do trabalho está presente em nossa sociedade e em várias culturas. Até nas classes mais vulneráveis acontece a divisão

sexual do trabalho, como é o caso das associações de catadores da cidade de Ponta Grossa/PR.

Nas associações de catadores, existem funções que podem ser consideradas de maior importância e que, conseqüentemente, têm um campo de disputa maior entre os membros das associações. Com as observações realizadas, percebeu-se que uma das funções de poder está no manuseio da prensa de materiais, majoritariamente realizado por homens: de quatro associações de catadores, em apenas uma são as mulheres que fazem este trabalho.

Godinho; Teixeira (2003) compreendem que, com as taxas de desemprego elevadíssimas, para aqueles que possuem um emprego as condições são de precariedade: terceirização, trabalho sem registro, trabalho em domicílio e outras formas de subcontratação. Foi no trabalho doméstico que mais cresceu a inserção de mulheres – um trabalho precário e que não exige muita qualificação.

Hirata (2003) destaca que, na década de 90, o mercado de trabalho mudou, tanto para os homens quanto para as mulheres. O emprego masculino passou por uma estagnação. A liberação do comércio e a intensificação da concorrência internacional teve como resultado o aumento de vagas e do trabalho feminino. Houve uma elevação da participação feminina no mercado de trabalho, mas por meio de trabalhos precários e vulneráveis.

O aumento do número de empregos remunerados, acompanhado de sua precarização e vulnerabilidade crescentes, é um dos paradoxos centrais da globalização do ponto de vista do gênero. Por outro lado,

é possível dizer que as desigualdades dos salários, das condições de trabalho e da saúde não foram atenuadas, e que a divisão do trabalho doméstico não foi modificada de maneira significativa, apesar de um maior envolvimento das mulheres em suas responsabilidades profissionais (HIRATA, 2003, p. 19).

Hirata (2003) considera que, ao mesmo tempo que há aumento de vagas remuneradas, elas vêm acompanhadas por precarização e vulnerabilidade. A globalização representa novas oportunidades, mas também novos riscos para as trabalhadoras.

Com relação à precarização e à divisão sexual do trabalho nas associações de catadores(as), apontamos as seguintes falas:

Lá nós temo o preenseiro, o caminhão chega e ele fica lá, não, só escute, ele fica só pensando se carrega o caminhão agora ou não, se não for lá e falar para ele “– É para carregar pro motorista vir buscar” ele não se mexe (Participante G).

Mas nós lá é parecido (Participante L).

Tem que chegar e mandar (Participante G).

Tem que mandar, mandar mais, se não eles não fazem (Participante A).

Mas pede socorro, eu sou uma delas que pede socorro lá né I. porque eu e ela fazemo fardo, fardo de 200 kg, 250kg de material ai nós pedimo socorro pros homens, né, nós precisamos de homem para ajudar nós (Participante D).

Quando questionadas se em todas as associações os homens eram preneiros, as mulheres responderam da seguinte forma:

Não (Participante A).

Não (Participante B).

Na nossa são homens (Participante E).

Há apenas uma associação em que os homens não são preneiros. Nela, há homens na presidência e na tesouraria. Uma das participantes afirmou que agora são homens, mas antes eram mulheres:

Agora sim, agora, porque antes era nós (Participante K).

Já foi tentando colocar homem na prensa, não vai (Participante B).

Agora o nosso homem ele é brabo, mas é bom (Participante G).

É trabalhador (Participante H).

Não dá falar com ele, mulher falar com ele é pedir para brigar. Ele tem um trauma tão grande mulher (Participante G)

Os nossos preneiros, da nossa lá, eles querem fazer fardo muito grande, aí deixa baixar, aí quando chega lá em cima não tem como tirar (Participante B).

E eles fazem 2, 3 fardos por semana, aí não tem como (Participante A).

Lá tem umas boa de prensa, a L. a T, uma porção (Participante K).

Tem uma lá que se tiver material faz 16, 17, 18 fardos, por dia, sozinha (Participante G).

A prensa pode ser vista – e, pelas nossas observações, ela tem esse patamar – como um instrumento de poder dentro das associações de catadores. Ocorrem disputas internas para ocupar a função de preneiro(a), uma vez que a prensa é indispensável para agregar valor aos materiais em processo de reciclagem. O comprador compra o material somente se estiver prensado. Ao ser prensado, o material se torna mais valorizado e sua compra é facilitada.

A divisão sexual do trabalho, como trabalhada no capítulo 1, compreende que existem trabalhos para homens e mulheres, como também hierarquização: ou seja, o trabalho do homem vale mais do que o da mulher. Consegue-se fazer esse paralelo em relação à função de preneiro(a), que é ocupada em sua maioria por homens. Na única associação em que isso não acontece, os homens ocupam cargos na diretoria e não precisam usar sua força física para o trabalho.

Outra questão se refere à tomada de decisões dentro das associações de catadores. Buscamos compreender se as mulheres dentro das associações, por serem em maioria, tinham voz. Questionou-se se nas decisões das associações prevaleciam a

dos homens e, em relação a isso, as mulheres responderam da seguinte forma:

Sim (Participante A).

Isso (Participante B).

Nós lá já é pelo homem (Participante B).

Lá sim (Participante C).

Lá participa, fica na reunião, mas não é como eles querem (Participante E).

Lá não, nem participa da reunião (Participante L).

É, eles que falam a última palavra (Participante B).

É sim, eles falam nós queremos assim e vamos fazer assim (Participante A).

Dentro das associações de catadores, o processo democrático se faz muito importante, uma vez que se considera que não há cargos superiores e nem inferiores. Teoricamente, as decisões seriam de acordo com o voto da maioria.

Para tal compreensão, faz-se aqui um paralelo com a democracia brasileira, que ainda é frágil, principalmente no que diz respeito às mulheres. Biroli (2018) compreende que

o direito ao voto foi uma das conquistas mais visíveis do feminismo. A partir do século XIX as mulheres conquistaram o direito ao voto em diferentes partes do mundo, com uma variação de tempo de inclusão. Biroli (2018) ainda cita que, na América Latina, o primeiro país a incluir as mulheres no eleitorado foi o Equador. Posteriormente foi a vez de Uruguai, Chile, Brasil e Bolívia. Em relação ao Brasil, sabe-se que as mulheres conquistaram o direito ao voto em 1932, mas esse só se igualaria ao dos homens com a Constituição de 1946, quando o alistamento feminino deixou de ser facultativo.

Esse paralelo é importante, pois o direito ao voto e o exercício da democracia para as mulheres foi duramente conquistado em todos os países, mas percebe-se que, mesmo em locais de trabalho onde há uma gestão democrática, as mulheres não têm voz e voto respeitados. É o caso da associação de catadores em que as falas e as nossas observações mostraram que as mulheres não têm direito nas decisões.

c) A necessidade ou não de homens na associação

Com os dados das associações de catadores da cidade de Ponta Grossa/PR já apresentados anteriormente, conclui-se que elas são compostas majoritariamente por mulheres, contrariando os números nacionais. Dessa maneira, perguntou-se para as participantes se há necessidade ou não do trabalho dos homens dentro das associações.

Bom, eu para mim, no meu ponto de vista, eu to quase completamente realizada, eu adoro meu trabalho, eu voltei a estudar, coisa que eu queria tanto né, e se fosse para mudar alguma coisa no meu trabalho eu gostaria que fosse liderado só por mulher, que as mulheres entendem uma à outra; (Participante A).

Eu também, no meu serviço vai tudo bem Graças a Deus. Chego em casa e tenho quatro criança para cuidar [risos]. 7h da manhã tô de pé denovo, vai que vai. Enquanto tiver força e saúde, o resto vai indo (Participante B).

Eu também tenho a mesma opinião da (entrevistada A), gostaria que fosse só mulheres e no dia a dia também, mesma coisa, queria que a mulher fosse mais vista, mais valorizada, a gente é muito humilhada; (Participante C).

Eu, com a idade minha, eu gosto de ser amiga de todo mundo, conversar bastante e trabalhar bastante até que minha menina falou “- mãe o que é isso, não vá a pé para associação” mas eu vou mesmo assim [inaudível] eu chego de tarde com chuvinha, eu disse “ É, morre não leva nada, não vou trabalhar agora, vou depois” mas sempre vou trabalhar, eu sou muito conhecida no mundo (Participante D).

Eu acho que a gente precisa de um pouco mais de respeito, né. Eu vejo pelos comprador que chega na associação, eu não sei nos outros barracão, mas tem uns que chegam assim todo poderoso e, como é uma mulher que vai atender, eles querem ponhar preço, né, e eles se

acham, né, porque é uma mulher que vai atender, eu vejo porque é eu que atendo, né. Teve um de Curitiba até, chego lá “- Ta muito caro” e eu falei “ Se quiser”. Eu já trato assim, me trate bem que eu trato bem, se quiser beleza, se não quiser acho outro lugar que compre. Então a gente vê muito isso, homem chega lá e quer dar ordem, eu até digo para as meninas “- Quando eu não tiver e chegar homem é o preço que nós queremos, se não quiser, deixa lá”. E o serviço, gosto do que eu faço, se fosse para me oferecer um serviço fichado hoje em dia eu não sairia da associação, ficaria lá mesmo (Participante E).

Eu gosto do serviço que eu faço também. Só acho que tinha que ser um pouquinho mais valorizado. Eu gosto. Minha menina vai para escola de manhã cedo, eu vou buscar; a pequenina de 7 anos eu falo para meu menino levar (Participante F).

Eu penso que, do jeito que nos trabalhamos, tinha que ganhar mais, ser mais valorizado. A gente trabalha, né, nosso serviço é mais pesado que serviço de homem, nós tinha que ganhar melhor, ter mais ajuda. Para falar bem a verdade para você, tem mulher lá que ganha de homem, trabalha mais que homem. Nós temo mulher lá que bate lixo, puxa material de caminhão, mulher trabalha até mais, descarrega caco. Os homens correm, tem que ficar em cima deles (Participante G).

Eu fiz minha casa com reciclagem (Participante H).

Eu também, tudo que eu tenho é do meu serviço. O meu marido

só sabia, só tinha filho, não me deu nada. Depois que eu aprendi a caminhar com minhas pernas (Participante G).

Na verdade, a gente só começou a trabalhar que tivemos as coisas, se tivesse com marido, não teria nada (Participante B).

Sei que para mim tá bom, só que tem que valorizar mais. Eu não tenho preconceito contra o homem, deixa eles, não adianta a gente ficar falando deles, a gente culpa eles (Participante H).

Lá na associação, os homem ajuda nós, eu eles não deixa a gente pega no pesado, nem eu, nem ela [aponta para outra entrevistada] (Participante D).

É difícil né, porque se a gente foi fazer um serviço e ponhar um homem junto, a gente perde deles, eles já ficam caçoando a gente, né, né, eles ficam caçoando a gente “ai eu faço mais que você” e às vezes a gente faz mais que eles, eu na minha idade já não aguento mais, né (Participante H).

Eu acho que tinha que ser mais reconhecido esse trabalho, ter direitos, né, facilitaria a vida [inaudível] tinha que ser mais reconhecido (Participante I).

Acho que nós tinha que ter mais valor, ser mais reconhecido, agora através dos homem, né, porque na nossa lá, tem uns homem que são uma frente para ajudar nós, não são todos, mas tem alguns que quando eles faltam faz falta (Participante J).

Eu acho que, sobre os homens, eles fazem falta no serviço mais braçal. Mas assim mesmo tem que tá pegando no pé, porque se não as mulher vão tá fazendo o serviço dos homem e os homem ficam de nós na esteira, para descarregar caminhão, também chega carga e eles não querem ir, então é bem complicado. Eu acho que para lidar com mulher é mais fácil do que lidar com homem (Participante K).

Essas falas, assim como as observações, revelam que os homens são bem-vindos nas associações. Não se trata de “eliminá-los”, pois há um reconhecimento da necessidade deles, especialmente no que diz respeito à força física. Isso reproduz a ideia de que há trabalhos para homens e mulheres, assim como o sentimento da proteção, ou seja, de que é preciso ter a presença do homem na associação para elas se sentirem respeitadas e protegidas frente aos agentes externos que vêm fazer as compras de materiais, por exemplo. As falas só corroboram as demais análises e apontamentos feitos no decorrer deste trabalho quanto à existência da divisão sexual do trabalho nas associações de catadores de materiais recicláveis em Ponta Grossa. Contudo, o que se destaca nas entrelinhas – e que há de se ressaltar – é que existe a queixa da necessidade de maior valorização e melhores condições para as mulheres no dia a dia do trabalho da associação. Isso demonstra que há potencial de reivindicação quando espaços de diálogo são abertos.

3.3.3 CATEGORIA 3: A DUPLA/TRIPLA JORNADA DE TRABALHO DAS MULHERES CATADORAS E A BUSCA POR RECONHECIMENTO

Quando se fala em família, automaticamente compreende-se o papel de responsabilidade da mulher em relação à casa e ao cuidado com os filhos. Como já mencionado anteriormente, a maternidade é debatida em diferentes ângulos segundo as feministas (BIROLI, 2018).

Biroli (2018), quando fala em família, considera que existem duas acepções: uma delas é a do controle que incide sobre mulheres e homens, que define, por um lado, formas de vida aceitáveis e valorizadas e, de outro lado, formas de vida que, por serem estigmatizadas, acabam se tornando alvo de violência simbólica e de privações. A dimensão desses controles ressalta as conexões entre família e normatização.

Gênero e sexualidade têm grande importância aqui, uma vez que estão em questão os controles sobre os corpos e a normatização dos afetos. Ideias de sucesso na regulação das relações, como o da domesticidade feminina da maternidade e do amor romântico, estabelecem, em conjunto com a heteronormatividade, perspectiva para julgar vidas concretas que não correspondem a elas, que escapem a seus códigos (BIROLI, 2018, p. 92).

A segunda acepção trata dos privilégios e das desigualdades. As concepções de família são definidas através de políticas públicas e leis e, com isso, excluem formas práticas de

organização. Isso não se trata apenas do reconhecimento social desigual, mas também do acesso desigual a recursos materiais e direitos, de políticas públicas de financiamento de moradia até o acesso de planos privados de saúde, seguridade, adoção de crianças e direito a herança – ou seja, o reconhecimento do que é ou não família envolve de direitos a políticas públicas (BIROLI, 2018).

Tal entendimento é essencial, uma vez que se busca entender qual é a influência da família e da maternidade na vida das mulheres e até que ponto estes são fatores de desigualdade econômica e social para elas. “Família e maternidade – em sua forma moderna e ocidental, que se tornaria referência para idealizações ainda ativas – são produtos de um mesmo contexto histórico, qual seja, o advento da burguesia como classe hegemônica” (BIROLI, 2018, p. 93).

A dupla/tripla jornada está presente no trabalho das mulheres, visto que elas são responsáveis pelo cuidado da casa e dos filhos. Como explanado no capítulo 1, Sousa e Guedes (2016) trabalham com a perspectiva da história do século XIX, em que há uma divisão do trabalho: público e privado. Os homens pertenciam à esfera pública, trabalho que é visto e valorizado por todos, com o papel de provedor da família. Já a mulher “pertencia” à esfera privada, trabalho pouco reconhecido, com o papel de mulher cuidadora.

Sousa e Guedes (2016) analisam que há uma dicotomia entre público/privado, que está associada ao trabalho remunerado/não remunerado e contribui para a divisão sexual do trabalho. As atribuições são socialmente definidas para homens e

mulheres e, no fim, permanecem as concepções culturais, uma vez que elas ainda são responsáveis pela reprodução social.

Em relação à dupla/tripla jornada de trabalho das mulheres, os autores compreendem que a “não consideração dos afazeres domésticos como trabalho silenciou e tornou invisível, por muito tempo, relações assimétricas e de poder entre os sexos” (SOUSA; GUEDES, 2016, p. 124).

Deve-se considerar a importância do tempo desprendido para cada atividade, pois, quanto melhor a organização do tempo, teoricamente melhores seriam os resultados monetários. Nesse sentido, as mulheres despendem muito tempo em atividades domésticas, por muito tempo invisibilizadas, fazendo com que seu tempo para atividades profissionais fosse menor em relação ao do homem.

A divisão do trabalho proveniente das “relações sociais de sexo” reservou às mulheres a esfera reprodutiva e aos homens, a esfera produtiva, estabelecendo uma relação assimétrica entre os sexos que cria e reproduz concomitantemente as desigualdades de papéis e funções na sociedade. As relações sociais entre os sexos se apresentam desiguais, hierarquizadas, marcadas pela exploração e opressão de um sexo em contraponto à supremacia do outro (SOUSA; GUEDES, 2016, p. 125).

Sousa e Guedes (2016) fazem uma análise importante em relação às horas trabalhadas em atividade profissional/ doméstica entre homens e mulheres no Brasil. Tal análise já foi apresentada no capítulo 1, mas recapitulemos aqui com

o objetivo de maior compreensão da dupla/tripla jornada de trabalho das mulheres no país. Sousa; Guedes (2016) analisam que as mulheres despendem pelo menos 12 horas a mais que os homens nos afazeres domésticos.

Durante um período considerável de tempo, as mulheres estiveram restritas ao espaço doméstico, tendo seu direito de interagir nos espaços políticos e nas questões sociais cerceados. Esse aspecto se deveu, principalmente, ao lugar de cuidadora ocupado pela mulher na sociedade. Com base na discussão feita neste artigo, essa atribuição “feminina” contribuiu para uma separação fundamental entre os sexos na esfera pública e privada, e entre as “escolhas” de trabalho remunerado e trabalho não remunerado. Nessa dicotomia de espaços e funções sociais foram destinados aos homens os espaços públicos e as atividades produtivas remuneradas e às mulheres, os espaços privados e as funções reprodutivas gratuitas (SOUSA; GUEDES, 2016, p. 136).

Sousa e Guedes (2016) ainda consideram que o modelo de família e de sociedade ocidental vem enfraquecendo, graças aos novos arranjos familiares, à feminização do emprego e à necessidade de as mulheres contribuírem com o sustento familiar.

Biroli (2018) faz uma importante constatação no que se refere à educação e ao cuidado com os filhos. As mulheres encontram diversos desafios e dificuldades no cotidiano para criar essas crianças. Isso implica em solidariedade e superação, mas também em sofrimento.

Ainda assim se faz necessário que a luta pela igualdade e por direitos das mulheres seja constante, uma vez que a dupla/tripla jornada ainda é presente. A mulher ainda está inserida em contextos de trabalhos precários e há uma responsabilidade muito grande em relação a seu papel no contexto familiar, espaço esse que a mulher trabalha de forma invisível. Desta forma, busca-se compreender as dificuldades que mulheres encontram diante de jornadas exaustivas de trabalho.

a) Do trabalho doméstico ao profissional: as dificuldades que mulheres encontram diante de jornadas cansativas de trabalho.

Neste item, busca-se compreender quais as dificuldades que a mulheres das associações de reciclagem encontram diante de suas jornadas de trabalho. A análise é realizada com base nas principais reclamações das mulheres, tanto de dificuldades para realizar seu trabalho, quanto das reclamações que têm em relação ao seu trabalho.

Eu acho que [...] Eu, pelo menos lá em casa, 5:40 a.m to em pé. Tenho que arrumar o pai do piazinho para sair, embarcar meu netinho no ônibus da creche, para ir ainda, às vezes vou a pé, às vezes vou de ônibus, olhe, 1h e 30 minutos todo dia para ir e para vir, ai chegar em casa, tomar banho, fazer janta, lavar a louça, ai vai deitar meia noite, quando é quatro, cinco tô em pé de novo, não é fácil né, não é fácil (Participante L).

E meu piação pergunta, o que é que você tem? (Participante K).

Às vezes, você chega meio encabulada “O que que viu hoje?” “- O que que vi hoje, fiquei a semana inteira fazendo uma hora e meia da caminhada, chegava em casa cansada todo dia (Participante L).

Lá nós temo o preneiro, o caminhão chega e ele fica lá, não, só escute, ele fica só pensando se carrega o caminhão agora ou não, se não for lá e falar para ele “- É para carregar pro motorista vir buscar” ele não se mexe. (Participante G).¹⁹

Nós também, chega o caminhão e os homens não fazem nada, tipo lá na verdade tem homem que nós pegava para ficar na prensa, na mesa, tem uns que vai, tem uns que trabalha igual mulher, mas [negação com o rosto] (Participante E).

Tem hora que você precisa de um homem, lá nós temos cinco homem, na hora que você precisa de um, cadê eles? (Participante A).

Eu levanto 5h da manhã, lavo roupa, limpo a casa, deixo tudo feito para depois ir trabalhar, faço tudo para depois ir pro serviço (Participante H).

Um dos primeiros pontos a se destacar é com relação à invisibilidade do trabalho do catador, que está associada ao preconceito, ao estigma e à marginalização sofrida por eles. Esses

¹⁹ As quatro falas encontram-se na página 214. Repete-se tais falas porque elas são importantes e se encaixam nos dois contextos desta análise.

trabalhadores são indesejados por grande parte da sociedade e do poder público. “A proximidade física existente entre eles e as demais pessoas que transitam diariamente pelas ruas é subordinada a um forte distanciamento oriundo das fronteiras sociais e econômicas erigidas histórica e culturalmente” (MAGALHÃES, 2012, p. 21).

Escrever sobre catadoras(es) de materiais recicláveis remete para um contexto marcado pela heterogeneidade das relações no que tange à diversidade de práticas exercidas. Contudo, percebemos que há uma característica comum do trabalho realizado por mulheres nos galpões de reciclagem: em um contexto de precariedade, as mulheres ocupam a margem mais precária e mais desgastante na cadeia produtiva da catação/reciclagem [...] (RIBEIRO; NARDI; MACHADO, 2012, p. 252).

A inserção da categoria profissional de catador(a) dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) trouxe uma forma de reconhecimento teórico à atividade do catador(a). Porém, em relação à prática, pouco mudou, pois o catador(a) continua sofrendo preconceitos. Também não houve mudanças salariais e os catadores(as) ainda trabalham em situação precária.

Segundo Magalhães (2012), há grande necessidade de reconhecimento e valorização da profissão, uma vez que o direito sobre o material reciclável só é dado ao catador enquanto não há um terceiro interessado nesse produto.

Uma forte reivindicação se faz presente, assim, em relação ao reconhecimento do trabalho dos catadores por parte da sociedade. É nesse sentido que ocorre uma forte apropriação, tanto pelo MNCR como também por políticas governamentais, do catador como “agente ambiental” e “educador ambiental”. A exigência de um reconhecimento em relação aos serviços ambientais prestados pelos catadores pode ser observada, então, tanto nos discursos de diversos catadores organizados, notadamente os integrantes do MNCR, como também em apresentações realizadas pelos organizadores de cursos de capacitação e seminários (sendo estes integrantes do MNCR, membros de organizações não governamentais e, por vezes, representantes de órgãos governamentais, em geral nas instâncias federal e estadual do executivo) para grupos de catadores (MAGALHÃES, 2012, p. 101).

Então, compreende-se que a reciclagem é a fonte de renda e trabalho dos catadores(as) de materiais recicláveis no Brasil. Historicamente, é fonte de sobrevivência dessas pessoas, e se faz necessário que ocorra a regulamentação e o reconhecimento da profissão do catador(a). Esses trabalhadores precisam de garantias, pois, em um trabalho com tantas condições precárias, existe a necessidade de regulamentação. Necessita-se também entender que a figura do(a) catador(a) é imprescindível para toda sociedade, uma vez que, a produção de material reciclável é constante e feita por todos(as).

b) A ausência de políticas públicas para garantir às mulheres sua inserção e permanência no mercado de trabalho.

A desigualdade entre homens e mulheres ainda é fortemente marcada pelas diferenças biológicas. “O debate em torno da igualdade social versus diferença natural entre mulheres e homens constitui, deste modo, o pano de fundo sobre o qual decorre a procura de políticas promotoras da igualdade entre os sexos” (FERREIRA, 2004, p. 77).

Ferreira (2004) considera que há análises que relevam progressos no mercado, na autonomia e nas condições de vida das mulheres. Em contrapartida, destaca-se o caráter limitado desses avanços, como também uma grande incerteza em relação ao futuro.

A crescente aceitação dos direitos das mulheres e do princípio da igualdade é, em parte, devido precisamente aos esforços de redes internacionais de organizações de mulheres que conseguiram impor a visão de que metas consensuais como o “desenvolvimento econômico”, a “defesa dos direitos humanos” e o “desenvolvimento auto-sustentável” só podem ser alcançadas se se tiverem em conta as relações sociais de sexo (FERREIRA, 2004, p. 98).

Soares (2004) coloca que o Estado não é neutro em relações às desigualdades, nem mesmo as de gênero. Por isso, as políticas públicas se mostram tão necessárias para tentar minimizar seus efeitos. O Estado tem papel fundamental nas mudanças econômicas culturais e de condições de vida das mulheres.

Portanto, as ações devem estar voltadas para a construção de igualdade.

No grupo focal, as catadoras citaram por várias vezes a necessidades de políticas públicas²⁰, principalmente no que se refere a políticas públicas de maternidade.

As nossas meninas lá quando engravidam, nós por conta pagamo 15 dias, nós pagamos 15 dias antes de ganhar e 15 dias depois que ganham (Participante G).

E elas voltam geralmente? (Pesquisadora 1).

Elas voltam (Participante G).

E geralmente elas voltam com quanto tempo depois que têm bebê? (Pesquisadora 1).

Olhe, eu vou te falar a verdade, o meu último filho que eu tive ele tem 9 anos e eu voltei com 12 dias (Participante G).

12 dias depois que você teve o neném? (Pesquisadora 2)

12 dias, né, dona S. O meu, eu ganhei 12 dias, eu saí antes do serviço, saí e não me pagaram nada, e meu piazinho tava com uns 15, 16 dias quando voltei (Participante G).

20 Na análise anterior, aparece a Previdência Social, citada pelas catadoras como uma das preocupações em relação ao acesso das políticas públicas.

As outras associações também fazem isso? (Pesquisadora 1)

Na nossa não aconteceu (Participante K).

Ninguém teve bebês? (Pesquisadora 1).

Não, só a menina, mas ela já tinha saído antes (Participante L).

A gente tenta ajudar o possível que tá no alcance da gente. Igual, na dieta, eu mesmo já não deixo voltar, a gente tem preocupação, né, mas a gente paga 15 dias, né, e não corre risco de, já aconteceu lá com nós, de gente ficar internado com os filhos, a gente para. Porque isso não é uma coisa que é culpa da mãe, acontece, né (Participante E).

Lá com nós também acontece, e tem gente que é boa e quer pagar, mas tem gente que é tão ruim que não quer (Participante G).

Viu, mas então, levantando uma suspeita aqui... Lá, com nós, isso aí não acontece. Que nem, vocês sabem, igual eu, agora, graças a Deus, tô tranquila com meu netinho, porque vocês sabem, eu crio meu netinho. Ele tem problema de bronquite asmático e quando ataca vocês sabem que a criança fica ruim. Aí o pai precisa trabalhar também, porque a criança não vai sobreviver só do vento, o quê que nós fazia? Eu trabalhava na associação durante o dia, uma noite eu posava lá no hospital com ele, ficou 22 dois, aí na outra noite o meu piá vinha dormir na casa para ficar com ele na casa né, mas assim por diante. Se você precisar assim para um neto, não é você que tá doente, então não tem direito (Participante L).

Nós se ajudamo (Participante E).

Você vai no médico, nós não pagamo. Para você ganhar um dia só, se você trabalhar meio (Participante L).

Através das falas, percebe-se uma relação de solidariedade e de cuidado entre as associadas. Duas das quatro associações realizam acordos para as mulheres poderem se recuperar do período pós-parto, uma vez que, elas não estão amparadas por políticas públicas.

Como já mencionado anteriormente, Saffiotti (2015) considera que a mulher é responsável pela reprodução da sociedade através da maternidade e, com a licença maternidade, deu-se maior garantia às mulheres em relação ao trabalho.

Em contrapartida, percebe-se que nas associações de catadores não há garantia nenhuma em relação ao trabalho, muito pelo contrário. Muitas vezes, ainda debilitadas no pós-parto, as mulheres voltam aos seus trabalhos, que exigem delas esforços físicos.

Biroli (2018) considera que, quando se aborda o tema maternidade, as desigualdades são bastante evidentes. Há tensões entre a autonomia das mulheres e a criação dos filhos. A maternidade define historicamente a divisão sexual do trabalho.

Essa dedicação desigual de tempo e energia desdobra-se em maiores dificuldades para elas no exercício do trabalho remunerado. Implica também restrições no envolvimento com outras dimensões da vida

pública, como a política. Desse modo, dada a forma como é definida a responsabilidade pela criação das crianças, a maternidade é um fator que reduz a autonomia relativa, individual e coletiva, das mulheres [...]. Entre as camadas mais pobres da população, a maternidade não costuma ser uma atividade em tempo integral e, quando o é, traz as marcas do desemprego e da precariedade (BIROLI, 2018, p. 107).

A maternidade, ao mesmo tempo que é considerada algo importante para a mulher, acaba limitando sua autonomia e sua independência, uma vez que há uma distribuição desigual das atividades domésticas e o cuidado com os filhos, sobrecarregando a mulher constantemente. Na condição de catadoras, o desafio é muito maior: não há licença maternidade e as mulheres precisam trabalhar, ou não terão renda.

O que ocorre em algumas associações, como se pode perceber em Ponta Grossa, é que as mulheres fazem acordos entre elas, para garantir saúde para as integrantes que estão grávidas. Isso demonstra a total falta de políticas públicas voltadas para a mulher. Há de se considerar que os acordos não são observados em todas as associações, como nos mostram os seguintes relatos:

Então, é que a determinação não depende só de nós. Por exemplo, se ela fica doente (aponta a colega ao lado), e eu quero pagar para ela, os outros não aceitam. Na realidade, nós lá fazemos assim, nós temos uma diretoria e nós decidimos. Por exemplo, a S. ela ficou doente esses dias, a diretoria se reuniu e resolvimos pagar o dia dela (Participante A).

No nosso, maioria não aceitam, porque não é justo, ela ficou doente não sei o quê (Participante B)²¹.

Me diz uma coisa, quando acontece assim, alguém ficou doente, é, é mais fácil aceitar dividir se for uma questão de doença vinculada à mulher ou não? Ou o homem também já aconteceu e vocês aceitaram? Como que é isso? Assim, quando é a mulher, vocês têm um cuidado a mais se é uma mulher, com relação à questão, porque vocês conhecem se é uma mulher, quando ela tem bebê, ou fica doente, ou tem alguma coisa no útero, ou tem alguma coisa com o neto... É mais fácil de decidir, ou seja, as decisões são mais fáceis ou não? (Pesquisadora 1)

Ah, para mulher sim, porque tem homem que nós já sabemos que ele não ficou doente, ele já ficou na casa por causa de bebedeira, então nós vamos mais pelas mulheres, pelos homens não (Participante A).

Então vocês olham mais o sentido de mulher defender a mulher (Pesquisadora 1).

Mas lá, nossos homens também não ficam doente, eles são fortes (Participante A).

Por que será que os homens não ficam doentes? (Pesquisadora 1)

21 As entrevistadas A e B fazem parte da mesma associação.

Nós temos um lá que sempre fica doente, mas nós sempre pagamos para ele (Participante G).

Só que nós não, porque nós já sabemos que ele não ficou (Participante A).

Tão se quebrando de jogar bola, homem e mulher, o quê que a gente fez? A gente não iria deixar eles passarem necessidades. Culpado foi eles, né. Não podia, mas aconteceu, feito. A hora que pessoa precisou, por exemplo, a Z. os homens também ajudaram a pagar, então vamos ajudar eles (Participante E).

As entrevistadas A e B, que relataram que não tinham direito a voz e voto, são as mesmas que disseram que nas associações não há acordos de licença maternidade para as mulheres. Segundo as participantes do grupo focal, os demais integrantes da associação não aceitam e avaliam que uma licença seria injusta, até mesmo em casos de doença.

Nas falas acima, as mulheres também tratam da ausência dos homens em dias de trabalho. Os episódios foram relacionados à bebida e às lesões no futebol. Elas se mostram solidárias e preocupadas com a saúde das demais mulheres dos homens.

Vale ressaltar que a fala sobre os 15 dias de licença que são dados para as gestantes é das participantes que só aceitavam mulheres em sua associação.

Carloto (2004) considera que cada vez mais as feministas estão buscando discutir a inclusão da perspectiva de gênero

nas políticas públicas, principalmente no que se refere ao combate à pobreza. Há programas que colocam mulheres como beneficiárias, com a concepção de igualdade, direitos e cidadania numa perspectiva emancipatória para as mulheres. “[São] as políticas sociais no Estado do bem-estar social (*welfare state*) e, principalmente, no neoliberalismo dependente das atividades de assistência realizadas no âmbito privado pelas mulheres e as de cunho comunitário e assistencialista” (CARLOTO, 2004, p. 150).

Os programas focalizados de “desenvolvimento”, principalmente os propostos pelo Banco Mundial, têm como eixo o combate à pobreza; como preocupação, a eficiência das medidas e, como alvo preferencial, a família e, dentro destas, as mulheres. A principal estratégia é a chamada privatização da família ou a privatização da sobrevivência da família, propondo explicitamente a transferência de responsabilidades que deveriam ser assumidas pelo Estado às unidades familiares. Há uma valorização da família como locus privilegiado de superação das sequelas da questão social, por um Estado que pouco tem priorizado os gastos com o social e pouco tem implementado, em termos de política social, estratégias de superação das desigualdades sociais. O enfoque prioritário tem sido o papel das mulheres na esfera doméstica, relacionado fundamentalmente à maternidade. Assim as mulheres são tratadas como receptoras passivas mais que participantes ativas, sendo a criação dos filhos seu papel mais efetivo (CARLOTO, 2004, p. 151).

Entende-se então que, mesmo as mulheres estando inseridas

em um contexto de desigualdades, elas acabam sendo atingidas por algumas políticas públicas por estarem dentro de um contexto familiar, não por serem uma classe desprivilegiada. “A premissa básica é que não só as mulheres são mais confiáveis como mães, como são mais confiáveis que os homens na aplicação correta do benefício e tão ou mais capazes do que eles, garantindo assim a eficácia dos programas” (CARLOTO, 2004, p. 151).

Fica evidente a ausência de políticas públicas tendo como foco as mulheres. Em relação às políticas públicas de reciclagem em geral, incluindo homens e mulheres, falta muito ainda para se ter o mínimo de condições de trabalho, proteção e dignidade. Neste trabalho, porém, o destaque é para a questão de gênero. Considerando tudo que já foi dito nos capítulos acima, destacou-se a forte presença feminina cumprindo tarefas num mercado informal de trabalho, assim como atividades também no âmbito da educação, nos espaços públicos, na vida privada. Esses apontamentos evidenciam a demanda e os desafios na elaboração e execução de políticas públicas que possibilitem modificar as desigualdades sociais, alterando as relações de poder e o acesso a direitos, visando também a transformar situações que permitam às mulheres reverter sua condição de desigualdade como as evidenciadas pelas falas e observações deste trabalho.

c) Diferença salarial entre homens e mulheres, desvalorização do trabalho da mulher e a divisão de tarefas domésticas.

Como já dito anteriormente, é visível a diferença salarial entre os homens e mulheres, principalmente pela jornada de trabalho ampliada que a mulher possui. Vale lembrar que, devido às duplas/tripás jornadas de trabalho, as mulheres têm mais dificuldade para se dedicar ao trabalho profissional. Nas associações de catadores, o salário é equivalente ao número de horas trabalhadas, fazendo com que muitas vezes a mulher acabe por receber menos que um homem.

Biroli (2018) compreende que há uma distinção entre trabalho remunerado e não remunerado e que é através do trabalho que as mulheres realizam sem remuneração que os homens ficam livres para se engajarem no trabalho remunerado. A autora ainda faz uma observação que, para quem não realiza trabalho doméstico, não é evidente: a atividade em casa toma tempo. As pessoas que não se preocupam com a limpeza da casa e com o cuidado com os filhos, por exemplo, podem tratar o trabalho em casa como irrelevante ou simplesmente não o enxergar. Dessa maneira, colocam-se aqui as principais falas das mulheres em relação à diferença salarial na comparação com os homens, dada pela diferença de horas trabalhadas.

Na nossa se for contar são os homens, porque os homens é bem mais prático né, o homem chega em casa fica de boas, nós mulher... nós não, nós mulher chega e tem tarefas para fazer (Participante B).

E isso prejudica lá no trabalho? (Pesquisadora 1)

Com certeza, eles trabalham bem mais sossegados (Participante B).

Bem mais sossegado (Participante A).

Nossa, se fosse para eu trabalhar como um homem lá, eu tava no céu (Participante B).

Na realidade, deveria ter só mulher (Participante A).

Para nós lá, na verdade, não faz falta homem (Participante B).

Não faz falta para vocês? (Pesquisadora 2)

Não, nem um pouco (Participante A).

Não, porque nós já trabalhamos em mais mulher mesmo, né. Se for para carregar o caminhão, são as mulher que vão ajudar (Participante B).

Tem hora que você precisa de um homem. Lá, nós temos cinco homem, na hora que você precisa de um, cadê eles? (Participante A).

A partir dessas falas, percebe-se que as entrevistadas A e B foram as que mais relataram dificuldades na realização do trabalho em conjunto com os homens das associações.

Questionou-se também qual era a opinião das mulheres sobre a situação em que um homem tem renda superior à delas no ganho semanal ou quinzenal. Elas responderam:

Nossa eu fico filha da mãe da cara, mas não posso fazer nada (Participante B).

Isso já aconteceu comigo, porque eu trabalho a semana inteira na prensa, e teve um dia que nós tinha carregado a carga do caminhão já, tinha feito todos os fardos, ai eu precisei faltar e no dia que eu fui receber descontaram de mim, e falaram “olhe eu vou ter que ter tanto porque você faltou” e eu falei “que bom né, mas graças a Deus a carga já tava completa” e o caminhão já tinha ido, com a carga toda completa, tudo empilhado e eu precisei faltar e os homens receberam mais que eu e não é justo, porque eu peguei cada fardo daquele, eu fiz cada fardo daquele e eu precisei faltar um dia, perdi o dia e me descontaram a venda, não é justo (Participante B).

Lá nós temos o direito só até meio dia, o dia todo não e temos que trazer alguma coisa que comprove (Participante C).

A falta que a gente desconta é quando eles tã de gancho, porque eles não são muito de falta e quando eles faltam, eles contam onde foram, aí a gente entra num acordo, tanto mulher quanto homem, porque o homem também tem compromisso; (Participante E).

E escola também, né, porque tem muitas mulheres que são mãe e pai, eu sou uma, ela também [aponta para colega de lado dela] (Participante C).

Nem sei a última vez que fui na escola, eu tenho um piazinho que tá na creche e é só minha menina que vai, vai nas reuniões, nas apresentações, eu nem na apresentação dos dia das mães eu fui (Participante B).

Verdade (Participante A).

Porque se a gente fosse, a gente perde (Participante B).

É descontado (Participante A).

Nessas falas, percebe-se que muitas mães acabam se tornando ausentes da vida escolar dos filhos para poderem cumprir o trabalho profissional. Elas transferem suas responsabilidades para suas filhas mais velhas, o que acaba sendo a única opção viável para conseguirem conciliar a criação dos filhos e o trabalho profissional.

Nas falas acima, também se percebeu a indignação das mulheres em relação a receber menos que um homem, mesmo quando elas exercem todas as funções esperadas.

Foi relatado pelas participantes da pesquisa que, na associação que até pouco tempo atrás era composta apenas por mulheres, as mulheres são liberadas para participar do Dia das Mães dos filhos.

Eu pego e digo para elas, largue o serviço e vá. Às vezes, tem duas, três que têm, amanhã as que têm vão, mas não é perdido, só não vão se não quiser, se ela não quiser ir, daí não vai, mas não perde (Participante E).

E na de vocês? (Pesquisadora 2).

Na nossa, perde o dia (Participante B).

Perde também (Participante L).

A nossa perde também (Participante G).

Como já mencionado anteriormente, Sousa; Guedes (2016) reforçam que a entrada da mulher no mercado de trabalho não equilibrou as funções atribuídas aos sexos.

A saída do lar e as conquistas cada vez mais visíveis no âmbito público representaram uma revolução incompleta, uma vez que as mulheres ainda assumem praticamente sozinhas as atividades do espaço privado, o que perpetua uma desigual e desfavorável divisão sexual do trabalho para elas (SOUSA, GUEDES, 2016, p. 125).

Desta forma, questionou-se as mulheres do grupo focal sobre a divisão dos trabalhos domésticos em suas casas. As respostas obtidas foram as seguintes:

Eu só tenho um filho de 23 anos, então não tem muito trabalho, meu filho chega dez horas, vai trabalhar dez horas da manhã, chega dez horas da noite (Participante G).

Eu levanto 5h da manhã, lavo roupa, limpo a casa, deixo tudo feito para depois ir trabalhar, faço tudo para depois ir pro serviço (Participante H).

Eu também deixo tudo pronto (Participante L).

Quando eles eram pequenos, era sofrido. Eu não trabalhava na associação, trabalhava na rua, e muitas vezes a gente podia levar as crianças, aí eu levava eles no carrinho comigo (Participante H).

Aí eles vão crescendo e têm vergonha de fazer isso (Participante K).

Mas hoje em dia não pode fazer isso, sair com a criança em cima do lixo sentada na gaiota carregando, não pode (Participante H).

Os meus se criaram dentro da gaiota (Participante G).

A Z. trabalha até 11:20, sai correndo, leva para escola, leva para casa, para daí ir trabalhar (Participante E).

Os meus não pegam uma latinha na rua. Se eu falar “pegue a latinha para mãe”, eles falam “eu não mãe, pegue você” (Participante B).

O meu netinho, às vezes fica doente, não vai para escola. No outro

dia, o conselho tá lá. Acontece qualquer coisa, né, porque na ausência do meu piá quem responde é eu, o pai trabalha em Castro. Quinze para as cinco, o ônibus entrega, já falaram, quinze para as cinco tem que tá aqui para pegar o piá, porque se for para escola nós acionamos o conselho. O que eu faço é, eu saio correndo tudo, do jeito que eu to, eu saio (Participante L).

No nosso, quem tem criança na escola ou mora longe, trabalha até 16:30, quem tem criança né, e quem não tem criança até 16:45 (Participante E).

Lá no nosso não acontece isso. Eu tenho piazinho que tá pelo conselho e Deus o livre se acontece alguma coisa, eu que vou presa, ninguém vai por mim responder. Eu saio de lá do jeito que eu estou, as vezes tô suja, suja, suja, não quero nem saber, saio correndo pra pegar o ônibus (Participante L).

Meu nenê tem um ano e cinco meses e tenho um de quatro anos (Participante B).

A partir dessas falas, percebem-se várias situações que as mulheres enfrentam em seu dia a dia. Quando os filhos ainda são crianças, as catadoras os carregavam em suas gaiotas. Sendo esse um símbolo de amor e cuidado que as mães têm com seus filhos, considerando que é a única maneira encontrada para também realizar o trabalho profissional.

Através dos relatos, observa-se que as mulheres, para

manterem suas rotinas de duplas e triplas jornadas de trabalho, acabam por terem jornadas diárias exaustivas. Elas acordam de madrugada e vão dormir de madrugada. Além disso, realizam todo o trabalho doméstico para também poderem atuar nas associações. As falas também refletem as jornadas exaustivas das mulheres e como isso, conseqüentemente, as fazem ter medo de não serem boas mães por não estarem se dedicando integralmente ao cuidado da casa e dos filhos.

A maioria das mulheres que participou do grupo focal é separada ou mãe solo. Para melhor compreensão delas em relação à divisão sexual do trabalho, mostrou-se uma imagem de um homem fazendo o trabalho doméstico. Questionadas sobre o que elas pensavam sobre isso, as respostas foram as seguintes:

Um sonho (Participante A).

Queria ter um homem desse (Participante C).

Marido ajudando em casa (Participante L).

Que bom seria, né (Participante D).

O meu piá, ele lava até roupa, na dieta dela eu tava ocupada e foi ele que cuidou, né. Ele leva na creche de manhã, ele busca na creche a menina, ele que faz quase tudo na casa, só que daí a mulher se aproveita. Eu tenho 3 filhos na família e os 3 fazem as coisas, eles lavam roupa, eles fazem pão (Participante D).

Eu tenho quatro também que fazem tudo pras muié (Participante L).

Ao mesmo tempo que as mulheres reconhecem que é algo bom, um sonho, o homem estar realizando o trabalho doméstico, as que têm filhos homens acabam por considerar que as esposas deles se aproveitam por eles realizarem o trabalho doméstico. Nessas falas, encontra-se uma dicotomia: as mulheres compreendem a necessidade da igualdade do trabalho doméstico, mas quando a igualdade de fato ocorre elas a julgam como exploração/abuso das esposas.

Eu como não tenho homem, tudo que eu tinha que fazer eu fazia [risos]. Mas o homem tem que ajudar a mulher. Agora quem não tem, tem que fazer sozinha. Eu como não tenho ninguém que me ajude, se eu chegar e tiver um copo sujo, eu tenho que lavar, se eu deixar aquele copo para amanhã mais um copo é dois, eu tenho que chegar e lavar aquele copo que tá sujo, o prato, porque não tem quem faça. Se eu tenho a casa suja para varrer, eu tenho que varrer a casa porque não tem quem faça (Participante E).

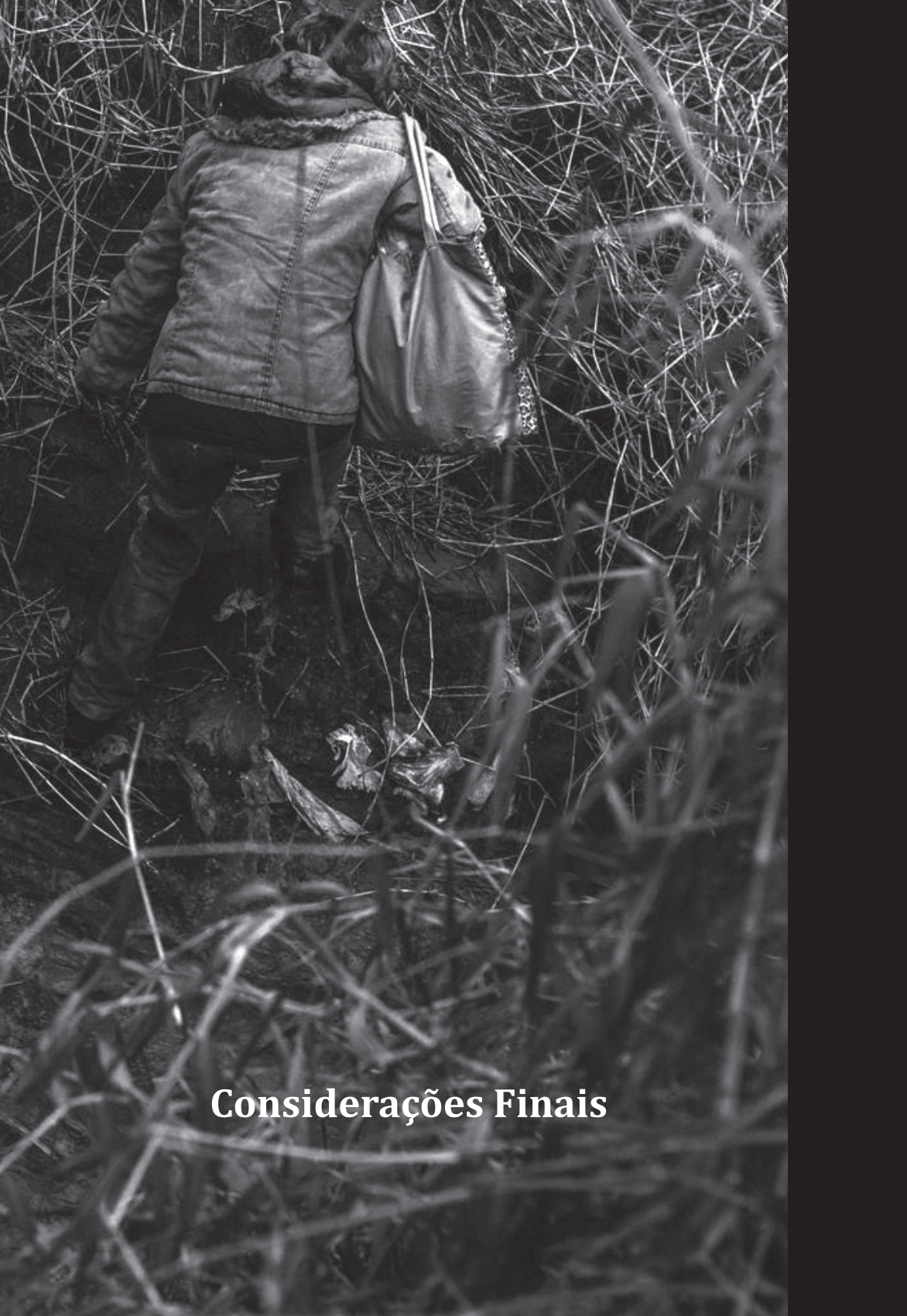
Mas eu acho assim, não sei se elas concordam, do meu ponto de vista é assim, eu tô tão acostumada com aquela correria do dia a dia, que o dia que eu tô em casa, eu tô me batendo. Eu pego enxada, vou mexer com galinheiro, vou carpir, porque sei lá né, acho que a gente já acostumou, aí eu não consigo ficar parada, tenho que ficar procurando alguma coisa para fazer (Participante L).

Eu tenho meu rapaz que me ajuda, mas eu chego final de semana e faço tudo de volta [risos]. Eu não fico parada (Participante C).

Eu fico procurando coisas para fazer. Que nem, de noite eu lavo louça, eu deixo tudo ajeitadinha, para ficar mais fácil no outro dia. Aí quando é sexta-feira, eu pego enxada, vou loquiar, fazer buraco, mexer no gainheiro e cortar pasto para as galinhas, já acostumei sabe (Participante L).

Com essas falas, destaca-se que existem desigualdades de gênero, num contexto em que há um conjunto das diferenças sociais a serem combatidas. Isso torna o desafio ainda maior, incidindo especificamente sobre a questão da divisão sexual do trabalho. Não se trata apenas de pensar os pontos de vista de padrões e valores, mas também de ampliar equipamentos sociais – em especial, como se demonstrou no decorrer desta pesquisa, aqueles que interferem no trabalho doméstico, assim como os relacionados à educação infantil.

Assim, ao serem implementadas, essas políticas possibilitam, de um lado, reduzir a desigualdade por intermédio da ampliação do acesso a serviços e, por outro, ampliar a responsabilização pública pelo bem-estar dos indivíduos, o que em geral significa trabalho das mulheres.



Considerações Finais



**“ É pelo
trabalho que
a mulher vem
diminuindo
a distância
que a separa
do homem.
Somente
o trabalho
poderá
garantir-
lhe uma
independência
concreta.”**

Simone Beauvoir

Pode-se afirmar que os debates sobre gênero, feminismo, divisão sexual do trabalho, entre outros, estão presentes com ênfase e com distintos significados dentro e fora das universidades. Vivenciamos um contexto no qual se percebe cada vez mais a luta de mulheres por direitos e por igualdade. Por outro lado, nunca se discutiu tanto o papel da mulher, seja na sociedade, no casamento, no cuidado com os filhos e principalmente no mercado de trabalho.

A inserção da mulher no mercado de trabalho trouxe uma dicotomia: ao mesmo tempo que há o direito da liberdade econômica e social conquistada pelas mulheres, também existe uma exploração de sua mão de obra. Essa mão de obra é considerada mais barata, com maior produção da mais-valia (quando analisada pela lógica materialista). Além disso, as mulheres, quando inseridas no mercado de trabalho, não dividiram suas funções em relação às atividades domésticas, ou seja, elas passaram a acumular mais trabalho.

Com efeito, o problema central nesta pesquisa era analisar as relações de gênero e as configurações da divisão sexual do trabalho na realidade das associações de catadores de materiais recicláveis de Ponta Grossa/PR. Realidade essa cercada por desafios, pelas condições de pobreza e pelas histórias de vida com trajetórias marcadas pela informalidade, pela ausência de políticas públicas efetivas, pelas lutas diárias para manter a própria existência do espaço de trabalho. Vale pontuar que, de um dia para outro, as associações podem não existir mais.

Pode-se afirmar que se conseguiu atingir os objetivos propostos na pesquisa, tendo em vista a verificação de certas desigualdades entre o trabalho de homens e mulheres nas associações de catadores de materiais recicláveis de Ponta Grossa. As desigualdades foram explicitadas não só pela divisão de tarefas, mas também pelas discussões sobre experiência, vivência e cotidiano das mulheres participantes.

Com relação ao número de mulheres catadoras na cidade de Ponta Grossa/PR ser superior ao total nacional, pode-se considerar que isso ocorre porque as mulheres vão no Centro

de Referência de Assistência Social (CRAS) à procura de trabalho, e os profissionais do órgão acabam por encaminhá-las às associações de catadores mais próximas de suas casas. Na ausência de políticas públicas, o trabalho precário acaba por se tornar a única alternativa para as mulheres em situação vulnerável.

Percebeu-se na pesquisa que as mulheres, em sua maioria, nunca participaram do mercado formal de trabalho. Suas trajetórias foram marcadas pela reciclagem como meio de sobrevivência. Elas recolheram materiais na rua, seja com gaiota ou com carrinho de mão, em jornadas exaustivas e perigosas, em condições climáticas adversas. O peso é superior ao que seus corpos poderiam aguentar. Todo o esforço é feito para o sustento da família.

Ao contextualizar as associações de catadores e os condicionantes vinculados às questões da divisão sexual do trabalho, percebe-se que a organização dos catadores de materiais recicláveis em associações facilitou os trabalhos. Isso foi possível depois da aprovação da Lei dos Resíduos Sólidos, que foi importante conquista no cenário brasileiro. Contudo, apesar de serem mulheres fortes, que se orgulham de fazer todo tipo de trabalho, elas seguem com tarefas árduas dentro das associações. As mulheres não trabalham apenas para complementação de renda; ao contrário, sua participação é fundamental para manter a família.

Com ênfase, pode-se inferir que a forma como as associações são organizadas e geridas acaba por reforçar a questão de gênero e impactar numa divisão sexual do trabalho. Essa divisão

amplia desigualdades nas relações sociais e no trabalho, em um contexto onde já se tem inúmeras outras desigualdades.

Há fragilidades em relação às políticas públicas para os(as) catadores(as) inseridos(as) nas associações na cidade – em especial, para as mulheres. Como se destacou no capítulo anterior, o que ocorre em algumas associações são acordos baseados na solidariedade, como em caso de doença, gravidez ou compromisso familiar. A solidariedade é importante no trabalho das catadoras, mas isso não é suficiente; necessita-se do estado. As mulheres estão em um contexto de desigualdade e, ao mesmo tempo, realizam um trabalho de utilidade pública. Por isso, elas deveriam ser mais assistidas e valorizadas. Essas mulheres precisam de saúde, direitos sexuais e reprodutivos, bem estar e autonomia – aspectos que vêm sendo negligenciados.

A solidariedade acaba por ser um fator importante nesta pesquisa, uma vez que as mulheres acabam por compreender e ajudar umas às outras. Esse aspecto fortalece o trabalho das mulheres dentro da associação e, conseqüentemente, contribui para a permanência delas no trabalho. A grande rotatividade que há nas associações de catadores é compreendida pelo fato de que homens e mulheres acabam por serem atraídos por empregos formais, com direitos trabalhistas garantidos. Sendo assim, a solidariedade que surge na relação entre mulheres e mulheres acaba por ser um fator de fortalecimento das associações.

Outro ponto de destaque a partir dos resultados desta pesquisa é que essas mulheres possuem duplas/triplas jornadas de trabalho. Entre as participantes do grupo focal, havia mulheres

que ainda têm crianças pequenas e que, para conseguirem dar conta das atividades, acabam levando a filha mais velha a cuidar dos filhos menores. Isso abarca, inclusive, a participação em reuniões escolares. A grande maioria das mulheres participantes não tinha cônjuges, mas possuía filhos. Elas acabavam por criá-los e educá-los sozinhas.

As mulheres mostraram-se indignadas em relação à desvalorização e à invisibilidade de seus trabalhos. Ao mesmo tempo, mostraram-se acostumadas com jornadas árduas de trabalho, tanto na reciclagem quanto no trabalho doméstico – o que acaba fragilizando aspectos de luta por melhores condições e valorização.

Destaca-se, portanto, que há uma grande divisão sexual do trabalho nas associações de catadores da cidade de Ponta Grossa/PR, mas ela muitas vezes é velada. As próprias mulheres não gostam de falar sobre determinados assuntos. Ao mesmo tempo que reconhecem que gostariam de trabalhar apenas com outras mulheres, elas acreditam que os trabalhos realizados por homens poderiam ser feitos por elas mesmas. Isso facilitaria melhores acordos no que tange às necessidades enquanto mulheres. Muitas dessas considerações surgiram após a reflexão sobre as decisões tomadas dentro das associações. A grande maioria das mulheres dizer ser ouvidas e ter direito a voz e voto. No entanto, nas observações realizadas não se pode deixar de registrar que são poucos os momentos em que se pede ou permite opinião. E quando se pede ou se permite, em muitos momentos, por mais peculiares que sejam as opiniões, os homens acabam direcionando a tomada de decisões.

Outro aspecto, ainda não abordado nesta pesquisa, diz respeito à necessidade de se enfrentar questões de dominação que perpassam pela violência doméstica e sexual. Este não era o foco desta pesquisa, mas está muito presente também no cotidiano das mulheres catadoras. O assunto fica como sugestão de agenda de futuras pesquisas.

Fica evidente também, a partir de toda realidade experienciada, a necessidade da dimensão educativa que se deve ter, tanto por parte do Estado, como das entidades que assumem parcerias com associações de reciclagem. A atuação dessas entidades pode incidir sobre valores, comportamentos, relações e defesas das mais diversas instâncias. As ações num contexto geral não podem ser vistas como atos desconexos, mas sim estar coerentes com um propósito de transformação, tendo como pano de fundo a possibilidade de superação das desigualdades de gênero.

Acredita-se que não se deve perder de foco as orientações de ações que sejam fundamentadas em projetos de ações com vistas ao fortalecimento das mulheres, expandindo a cidadania e a democracia, de forma a contribuir para construção de maior igualdade – em especial das catadoras que já vivem em condições extremamente vulneráveis.

Ademais, compreende-se que muito se caminhou nas últimas décadas no que se refere a luta das mulheres por igualdade, mas ao mesmo tempo nada mudou. Entende-se que ainda sofremos desigualdades por gênero e raça, essas desigualdades são sociais, políticas e econômicas, e estas, afetam diretamente nossas vidas, nossas rotinas e até mesmo nossa emancipação.

As mulheres catadoras encontram-se nesse grupo de extrema vulnerabilidade e faz-se necessário que a luta seja constante, tanto para o reconhecimento do trabalho como catadora, como também o reconhecimento do trabalho doméstico e invisível que realizam.

Referências



- ALVES, G. **Dimensões da precarização do trabalho: Ensaios da Sociologia do Trabalho**. 1.ed. Bauru-SP: Editorial Práxis, 2013.
- ALVES, G. **Trabalho e Mundialização do Capital: A nova degradação do trabalho na era global**, 2.ed. Práxis, Londrina, 1999.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do Trabalho: Ensaio sobre afirmação e a negação do trabalho**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ANTUNES, R. **O Caracol e sua concha: Ensaio sobre a nova morfologia do trabalho**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ANTUNES, R. Os novos proletários do mundo na virada do século. **Revista Lutas Sociais**. São Paulo, n. 6, p. 112-124, 1999.
- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*, Lisboa, Portugal. Edições 70, 1977, p. 9-226.
- BASTOS, V. P.; MAGALHÃES, A. O. lixão de gramacho: impactos do encerramento para os catadores, **Revista Temporalis**, Brasília, ano 16, n. 31, p. 379-398, jan./jun., 2016.
- BEZERRA, H. G. E. P. Thompson, e a teoria na história, **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**, São Paulo, n. 12, p. 119-127, out. 1995
- BEZERRA, Í. C. **Particularidades do trabalho feminino: Um debate entre o patriarcado e a divisão sexual do trabalho**. 2014, 141f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba, 2014.
- BIROLI, F. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. **Revista de Ciências Sociais**. 1.ed. Rio de Janeiro, v. 59, n. 3, p. 719-751, 2016.
- BIROLI, F. **Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BACKES, D. S.; COLOMÉ, J.S.; ERDMANN, R. H.; LUNARDI, V. L. Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas. **Revista O mundo da saúde**. São Paulo, v. 35, n. 4, p. 438-442, 2011.
- BOSI, A. P. A organização capitalista do trabalho "informal": O caso dos catadores de recicláveis. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 23, n. 67, p. 101-116, 2008.
- BOURGUIGNON, J. A. O processo da pesquisa e suas implicações teórico-metodológicas e sociais. **Revista Emancipação**, Ponta Grossa, v. 6, n. 1. p. 41-52, 2006. Disponível em: <www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/71>. Acesso em: 30 de setembro de 2018.
- BRASIL. **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável**, 2013, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA, Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160331_livro_catadores.pdf> acesso em dezembro de 2017.
- BRASIL. Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Diário Oficial da União, Brasília, 03 de agosto de 2010, Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2010/Lei/L12305.htm>. Acesso em: 04 de outubro de 2018.

CASTEL, R. **Metamorfoses da questão social**. Petrópolis, Editora Vozes, 1998.

CARLOTO, C. Ruptura ou reforço da dominação: gênero em perspectiva. In: GODINHO, T.; SILVEIRA, M.L. **Políticas públicas e igualdade de gênero**, [S.l.: s.n.], São Paulo, Prefeitura municipal de São Paulo, 2004, p. 149-156.

CISNE, M.; SANTOS, S. M. M. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. 1.ed. São Paulo: Cortez, 2018.

DEVREUX, A. A teoria das Relações Sociais de Sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 20, n. 3, p. 541-560, set/dez, 2005.

DIAS, S. M. ; MATOS, M ; DUARTE, M. (Orgs). **Da teoria à ação: gênero e reciclagem de resíduos: um Kit de ferramentas para professores, pesquisadores e profissionais, livro 3: recursos**. Belo Horizonte: WIEGO, Brasil. 2012. 40 p. Disponível em: <http://www.wiego.org/sites/default/files/resources/files/Dias-Ogando-Ge%CC%82nero-e-Reciclagem-de-Resi%CC%81duos-livro-3.pdf> Acesso em: 09 de mar. 2019.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1984.

FARAH, M. F. S. Gênero e Políticas públicas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 2004, v. 12, n. 1, jan./abril, p. 47-71.

FARAH, M. F. S. Políticas públicas e gênero. In: GODINHO, T.; SILVEIRA, M.L. **Políticas públicas e igualdade de gênero**, [S.l.: s.n.], São Paulo, Prefeitura municipal de São Paulo, 2004, p. 127-142.

FERREIRA, V. A globalização das políticas de igualdade entre os sexos do reformismo social ao reformismo estatal. In: GODINHO, T.; SILVEIRA, M.L. **Políticas públicas e igualdade de gênero**, [S.l.: s.n.], São Paulo, Prefeitura municipal de São Paulo, 2004, p. 77-102.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. 1.ed. São Paulo: Elefante, 2017.

FONTOURA, O. N.; GONZALEZ, R. **Aumento da participação de mulheres no mercado de trabalho: mudança ou reprodução da desigualdade?**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA, Nota técnica, [S.l.: s.n.] novembro, 2009.

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e humanas**. Brasília: Liber, 2005.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**, 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODINHO, T. Construir a igualdade combatendo a discriminação. In: GODINHO, T.; SILVEIRA, M.L. **Políticas públicas e igualdade de gênero**, [S.l.: s.n.], São Paulo, Prefeitura municipal de São Paulo, 2004, p. 55-64.

GODINHO, T.; TEIXEIRA, M. Emprego e cidadania ativa para as mulheres A experiência do projeto na cidade de São Paulo. In: Teixeira, M.; EMILIO, M.; NOBRE, M.; GODINHO, T. (Orgs). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres desafios para as políticas públicas**. [S.l.: s.n.], Prefeitura municipal de São Paulo, São Paulo, 2003, p. 101-109.

GOULART, T.S. **Remuneração às associações de catadores de materiais recicláveis do Distrito Federal pelos serviços ambientais prestados**, Universidade de Brasília, 2015. Disponível em: <http://bdm.umb.br/bitstream/10483/12924/1/2015_TiagoSchwingelGoulart.pdf> acesso em 09 de março de 2019.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**. São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set/dez. 2007. Disponível em: <scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132>. Acesso em: 15 de agosto de 2018.

- HIRATA, H. A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. **Sociologias**. Porto Alegre, n21, p. 24-41, jan/jun. 2009.
- HIRATA, H. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo: Gênero, Tecnologia e Trabalho**, v4, n. 7, p5-28, 1998.
- HIRATA, H. Por quem os sinos dobram? Globalização e divisão sexual do trabalho In: Teixeira, M.; EMILIO, M.; NOBRE, M.; GODINHO, T. (Orgs). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres desafios para as políticas públicas**. [S.l.: s.n.], Prefeitura municipal de São Paulo, São Paulo, 2003, p. 15-30.
- HIRATA, H. Trabalho doméstico: uma servidão “voluntária”? In: GODINHO, T.; SILVEIRA, M.L. **Políticas públicas e igualdade de gênero**, [S.l.: s.n.], São Paulo, Prefeitura municipal de São Paulo, 2004, p. 43-54.
- HORST, L. V. M. **A educação ambiental e sua contribuição para o desenvolvimento comunitário: o caso da cooperativa dos catadores e agentes ambientais de Irati (COCAAIR)**, 2015, 153 f. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Comunitário). Universidade Estadual Do Centro-Oeste, Irati, 2015.
- KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: Teixeira, M.; EMILIO, M.; NOBRE, M.; GODINHO, T. (Orgs). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres desafios para as políticas públicas**. [S.l.: s.n.], Prefeitura municipal de São Paulo, São Paulo, 2003, p. 55-64.
- KIND, L. Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais. **Psicologia em Revista**. Belo Horizonte, v. 10, n. 15, p. 124-136, 2004.
- LOURENÇO, J. C.; LIRA, W. S. Logística Reversa: Uma Análise Comparativa entre Três Processos Reversos de Resíduos Vítreos. **REUNIR-Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**. Campina Grande, v. 2, n. 4, p. 19-34, Set/Dez, 2012.
- LUNA, S. V. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. 1.ed. São Paulo: Educ, 1997.
- MAGALHÃES, A.O. **Estudo dos impactos socioeconômicos e ambientais na vida dos catadores de materiais recicláveis pós-encerramento do lixão de Gramacho**, 2016, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, (Dissertação de mestrado) Rio de Janeiro, 131f.
- MAGALHÃES, B.J. Catadores de materiais recicláveis, consumo e valoração social. In: **XVI Seminário Sobre a Economia Mineira, 2012**, Diamantina, p. 1-26. Disponível em: <<https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/2014/site/arquivos/catadores-de-materiais-reciclaeis-consumo-e-valoracao-social.pdf>> acesso em 09 de março de 2019.
- MARIANO, S.A.; CARLOTO, C. M. Gênero e combate à pobreza: Programa bolsa família. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 3, set./dez, 2009, p. 901-908.
- MARTINS, I.G.; MOTA, L. L. R.; SEGALA, n. B.; SANTOS, T. N. S.; CABRAL, L. R. Reciclando as relações de gênero: A divisão sexual do trabalho em cooperativas de catadoras e catadores, e o papel de lideranças femininas na política pública de resíduos sólidos no Distrito Federal. In: PEREIRA, B. C. J.; GOES, F. L. (Orgs). **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**, Rio de Janeiro, 2016, p. 75-98. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160331_livro_catadores.pdf> Acesso em 09 de março de 2019.

- MARTINS, S.A. As contribuições teórico-metodológicas de E. P. Thompson: experiência e cultura. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Florianópolis, 2006, v. 2, n. 2, ago./dez., 2006, p. 113-126.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. 2ed, São Paulo: Martin Claret, 2010.
- MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. 3.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MEDEIROS, L. F. R.; MACEDO, K. B. Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência? **Psicologia & Sociedade**; v. 18, n. 2, 2006, mai./ago. p. 62-71.
- MEIRA, J. C. A contribuição de E. P. Thompson para os estudos históricos. Expedições: **Teoria da História & Historiografia**, v. 5, n. 1. jan./jun, 2014, p. 188-207.
- MELO JUNIOR, J. A. C.C. O Conceito de Experiência Histórica em Edward Thompson. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA-ANPUH, 2011, **Anais...** São Paulo, jul/2011, 11p.
- MELO, V. A. Lazer, modernidade, capitalismo: um olhar a partir da obra de Edward Palmer Thompson. **Revista: Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 5-26, jan./jun., 2010
- MIGUEL, L.F. Voltando à discussão sobre capitalismo e patriarcado. **Revista Cadernos Feministas**, Florianópolis-SC, v. 25, n. 3, p. 1219-1237, set/dez, 2017
- MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; NETO, O. C.; GOMES, R. (Orgs.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis-RJ, Editora Vozes, 1994, 22ed, p. 7-80.
- MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 28.ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009.
- MIRA, M. M.; AKSENEV, E.Z.; CASTEX, L.C.; MICHALOVICZ, C.C. Edward P. Thompson e a pesquisa em educação: a formação de professores em questão. **Revista: Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 98, n. 250, p. 657-671, set./dez. 2017.
- MOREIRA, L. M. M. **Vida e trabalho das mulheres catadoras de materiais recicláveis e suas relações com a Economia Solidária**, 2013, Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 134f.
- MULLER, R. G.; MORAES, M.C.M. Pesquisa Social e Lógica Histórica: a atualidade de E. P. Thompson. In: XI Congresso Português de Sociologia. **Mundos sociais: Saberes e práticas**, 623, 2008, Lisboa, **Anais...** Lisboa, 2008, 14p.
- PAIXÃO, L. P. Significado da escolarização para um grupo de catadoras de um lixão. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 124, jan./abril, 2005, p. 141-170, 2005.
- PASQUALETO, K.C. **Protagonismo político e consciência de classe: O caso dos Recicladores de Materiais Recicláveis do Vale do Rio Sinos**, 2018, 237f. Dissertação de Mestrado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2018.
- PEREIRA, B. C.J.; GOES, F. L. **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**, Rio de Janeiro, Ipea, 2016, 566f.
- PERROT, M. **As mulheres ou o silêncio da história**. 1.ed. Bauru-SP: EDUSC, 2005.
- PINHEL, J.R. **Do lixo à cidadania**: Guia para formação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis. 1.ed. São Paulo, Petrópolis, 2013.
- PONTA GROSSA, Lei nº 12.657, de novembro de 2016 Institui diretrizes para a implementação da política municipal de gestão dos resíduos sólidos urbanos, com prioridade para a coleta seletiva. **Diário Oficial do Município de Ponta Grossa**, Ponta Grossa, 11 de novembro de 2016.

- PRATES, J.C. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. **Revistas Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 116 - 128, jan./jul. 2012.
- QUEIROZ, V. S.; ARAGÓN, J.A.O. Alocação de tempo em trabalho pelas mulheres brasileiras, **Estudos Econômicos**, São Paulo, 2015, vol.45, n. 4, out./dez, p. 787-819.
- RAHIER, A. P.; SCHIMANSKI, E. SANTOS, F. R.; SZUL, K. D.; MEDEIROS, M.; MOURA, R. R.; SCHEFFER, S. M. **(In) segurança alimentar associação de recicladores de Ponta Grossa**. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Relatório final de pesquisa, [S.l.: s.n.], 2018, p. 11-47.
- RAMOS, L.; AGUAS, M.F.F.; FURTADO, L.M.S. Participação feminina na força de trabalho metropolitana: O papel do status socioeconômico das famílias. **Economia Aplicada**, São Paulo, 2011, v. 15, n. 4, pp. 595-611.
- RAMOS, L.; SOARES, A.L. **Participação da mulher na força de trabalho e pobreza no Brasil**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA, Brasília DF, Out/1994.
- RIBEIRO, I.M.; NARDI, H.C.; MACHADO, p. S. Catadoras(es) de materiais recicláveis e as possíveis articulações entre trabalho precário e relações de gênero. Revista: **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, Porto Alegre-RS, v. 15, n. 2, p. 243-254, 2012.
- ROCHA, L.M. L.N. Feminismo, gênero e políticas públicas: Desafios para fortalecer a luta pela emancipação. **Políticas Públicas**, v. 20, [número especial] 2016, p. 313-322;
- SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- SANTOS, T. S. Gênero e políticas sociais: novos condicionamentos sobre a estrutura familiar. **Ser Social**, Brasília, v. 10, n. 22, jan./jun, 2008, p. 97- 128,
- SCOTT, J. Gênero: **Uma categoria útil de análise histórica**, Educação e Realidade v. 20, n. 2, jan./jun, 1995, p. 71-99. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>> acesso em: 09 de março de 2019.
- SILVA, E. C. A. **As mulheres e as muralhas do patriarcado e do capitalismo: Terceirização e precarização do trabalho no sistema do capital**, 2012, 206f. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012.
- SILVA, p. H. I. **O que fazemos do que fazem de nós: Trajetórias Sociais e Militância entre os Catadores de Materiais Recicláveis no Brasil**, 2015, 227f. (Tese de Doutorado) Universidade de Brasília, 2015.
- SILVA, R. B. O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis: Atores, governação, regulação e questões emergentes no cenário brasileiro. **Revista Inthertesis**, Florianópolis-SC, v. 3, n. 2, p. 1-40, jul/dez, 2006.
- SILVEIRA, M.L.S. Políticas públicas de gênero: impasses e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade, In: GODINHO, T.; SILVEIRA, M.L. **Políticas públicas e igualdade de gênero**, [S.l.: s.n.], São Paulo, Prefeitura municipal de São Paulo, 2004, p.
- SOARES, V. Políticas públicas para igualdade: papel do Estado e diretrizes. In: GODINHO, T.; SILVEIRA, M.L. **Políticas públicas e igualdade de gênero**, [S.l.: s.n.], São Paulo, Prefeitura municipal de São Paulo, 2004, p. 113-126.
- SOUSA, L.P; GUEDES, D.R. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 30, n. 37, p. 123-139, maio/agosto, 2016.

SOUZA, M.A.; SILVA, M.M. P.; BARBOSA, M.F.N. Os catadores de materiais recicláveis e sua luta pela inclusão e reconhecimento social no período de 1980 a 2013. **Revista Monografias Ambientais - REMOA**. v. 13, n. 5, dez. 2014, p. 3998-4010.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa I: A árvore da liberdade**, 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa II: A maldição de Adão**, 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa III: A força dos trabalhadores**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria, ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VALLIN, I.C. **Gênero e Meio ambiente: Dupla jornada de injustiça ambiental em uma cooperativa de mulheres catadoras de materiais recicláveis**. 2016, 152f. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 2016.

WALDMAN, M. **Lixo: Cenários e desafios: abordagens básicas para entender os resíduos sólidos**. 1ed, São Paulo: Cortez, 2010.

YARED, B. Y.; MELO, M.M.S.; **Opção sexual ou orientação sexual? A compreensão de professores de um curso de Medicina sobre sexualidade**. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga-Portugal, v. 31, n. 2, p. 175-195, dez/2018.





ISBN 978-65-87030-53-1

Copyright © 2023

para Camila Sópko e Reidy Rolim de Moura

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução, mesmo parcial, por qualquer processo mecânico, eletrônico, reprográfico etc., sem a autorização, por escrito, das autoras. Todos os direitos reservados desta edição 2023 para as autoras.

Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

Produção Editorial

Carlos Alexandre Venancio
cavenancio@gmail.com

Diagramação

Manuela Sanchez

Cessão gratuita das fotos

André Lopes e Diogo Teixeira

Formato: 15,5 x 22,5cm

Tipologia: Abadi MT, Aker Brygge, Calibri, Cardo,
Cuprum e Leitura

Número de Páginas: 240

Maringá, junho/2023



ISBN 978-65-87030-53-1



9 786587 030531 ▶